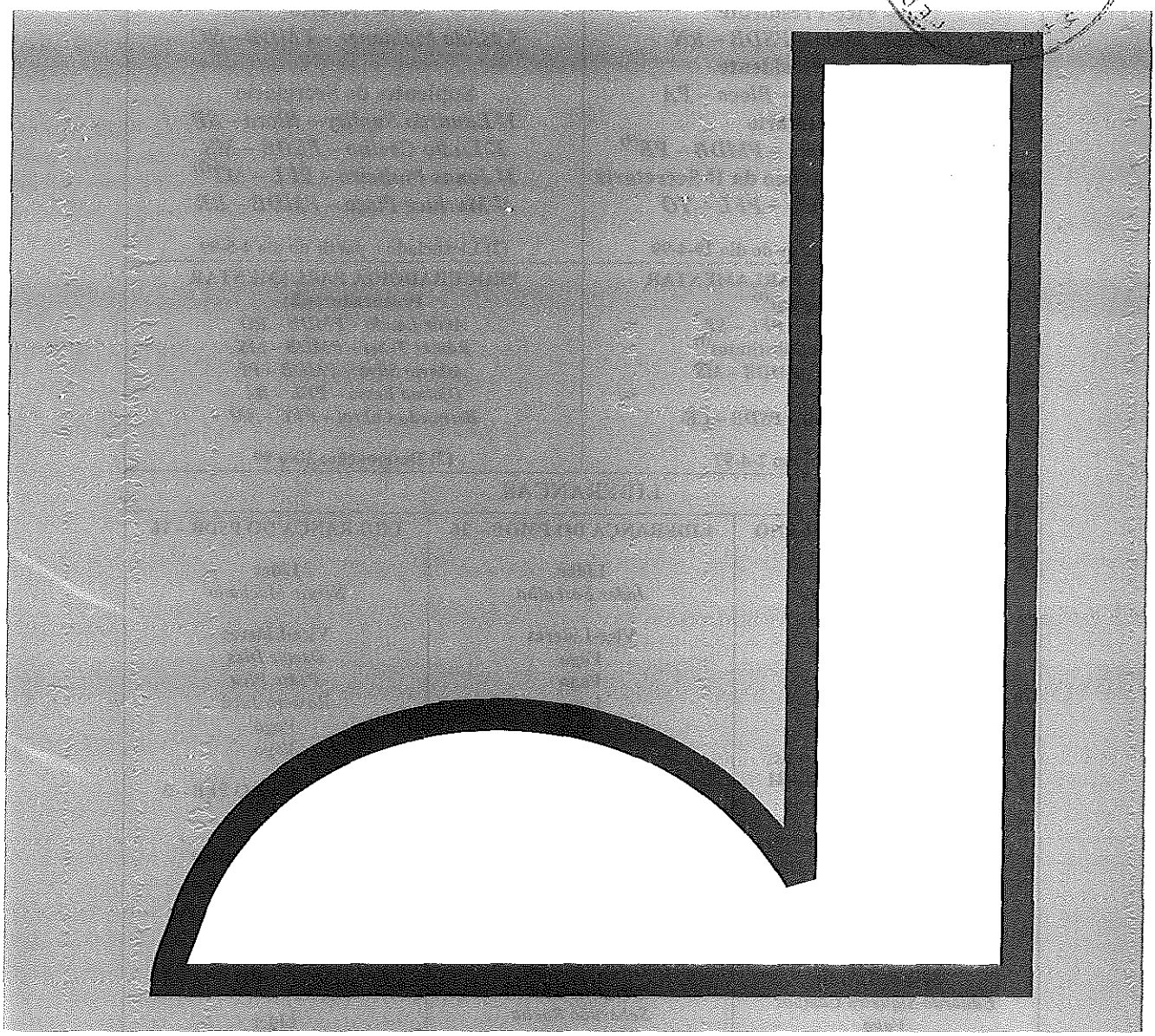
EXEMPLAR UNICO

República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - Nº 137 SEXTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 1999 BRASÍLIA-DF

MESA

Presidente *Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA* **1º Vice-Presidente** *Geraldo Melo – PSDB – RN* **2º Vice-Presidente** *Ademir Andrade – Bloco – PA* **1º Secretário** *Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB*(1) **2º Secretário, no exercício da 1ª Secretaria** *Carlos Patrocínio – PFL – TO*	**3º Secretário** *Nabor Júnior – PMDB – AC* **4º Secretário** *Casildo Maldaner – PMDB – SC* **Suplentes de Secretário** *1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP* *2º Lúdio Coelho – PSDB – MS* *3º Jonas Pinheiro – PFL – MT*(2) *4º Marluce Pinto – PMDB – RR*
(1) Licenciado a partir do dia 29-4-99	(2) Licenciado a partir do dia 4-5-99

CORREGEDORIA PARLAMENTAR **Corregedor**(1) *Romeu Tuma – PFL – SP* **Corregedores Substitutos**(1) *Ramez Tebet – PMDB – MS* *Vago* *Lúcio Alcântara – PSDB – CE*	**PROCURADORIA PARLAMENTAR** **Procuradores(2)** *Amir Lando – PMDB – RO* *Ramez Tebet – PMDB – MS* *Alberto Silva – PMDB – PI* *Djalma Bessa – PFL – BA* *Bernardo Cabral – PFL – AM*
(1) Reeleitos em 2-4-97	(2) Designação: 30-6-99

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
José Roberto Arruda

Vice-Líderes
Vago
Vago

LIDERANÇA DO PFL – 21

Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Mozarildo Cavalcanti
Romeu Tuma
Eduardo Siqueira Campos
Vago
Vago

LIDERANÇA DO PMDB – 26

Líder
Jader Barbalho

Vice-Líderes
Vago
Vago
Vago
Vago
Vago
Vago
Vago
Vago

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO – 14

Líder
Marina Silva

Vice-Líderes
Sebastião Rocha
Roberto Freire
José Eduardo Dutra

LIDERANÇA DO PSDB – 16

Líder
Sérgio Machado

Vice-Líderes
Osmar Dias
Pedro Piva
Romero Jucá
Vago
Vago

LIDERANÇA DO PPB – 3

Líder
Leomar Quintanilha

Vice-Líder
Vago

LIDERANÇA DO PTB – 1

Líder
Arlindo Porto

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal *Claudionor Moura Nunes* Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações *Júlio Werner Pedrosa* Diretor da Subsecretaria Industrial	*Raimundo Carreiro Silva* Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal *Marcia Maria Correa de Azevedo* Diretora da Subsecretaria de Ata *Denise Ortega de Baere* Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL A REALIZAR-SE NO DIA 15 DE SETEMBRO, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À APRECIAÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 116ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE SETEMBRO DE 1999

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 607, de 1999, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 1999, de autoria do Senador Tião Viana, que dispõe sobre o uso do Serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa. 23988

Nº 608, de 1999, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Diversos nº 33, de 1998 (nº 878/98, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 30 de junho de 1998. 23990

Nº 609, de 1999, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Diversos nº 38, de 1998 (nº 1.258/98, na origem), que encaminha ao Senado Federal o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao terceiro trimestre de 1998. 23990

Nº 610, de 1999, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 1999 (nº 77/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Assistencial Educacional e Cultural de Salgueiro para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na localidade de Sertânia, Estado de Pernambuco. 23992

Nº 611, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Eduardo Dutra, que dá nova redação ao § 5º do art. 14 da Constituição Federal, suprimindo a reeleição para Prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos. 23993

1.2.2 – Ofícios

Nº 649/99, de 1º do corrente, do Líder do PPB na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação dos Deputados João Tota e Eliseu Moura para integrarem, como suplentes, a referida Comissão. 23996

Nº 68/99, de 2 do corrente, da Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 1999, de autoria do Senador

Tião Viana, que dispõe sobre o uso do Serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa. 23996

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 1999, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. 23996

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 509, de 1999, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, solicitando a convocação do Ministro de Estado do Esporte e Turismo para prestar esclarecimentos, perante o Plenário, sobre denúncias de envolvimento daquele Ministério com a utilização de recursos relacionados com a abertura de salões de bingo no País, supostamente desviados para caixa de campanha política. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 23996

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Saudações à Delegação do Senado Francês. Leitura das reivindicações das entidades que organizaram o "Grito dos Excluídos". Comentários a artigo de autoria do Deputado Federal Salatiel de Carvalho publicado, ontem, no **Jornal do Commercio**, sobre programa de renda mínima. 23997

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Boas vindas à Delegação de Senadores Franceses. 24002

SENADOR *PEDRO SIMON* – Saudação aos parlamentares franceses. Reflexões sobre a demissão do Ministro Clóvis Carvalho e a nomeação do Senhor Alcides Tápias, para o Ministério do Desenvolvimento. 24002

SENADOR *JOSÉ ROBERTO ARRUDA*, como Líder – Considerações sobre o pronunciamento do Senador Pedro Simon. 24009

SENADORA *MARINA SILVA*, como Líder – Solidariedade ao povo do Timor Leste. 24010

SENADOR *LUIZ OTÁVIO*, como Líder – Referências ao discurso do Senador Pedro Simon. Esclarecimentos sobre as afirmações do Senador Ademir Andrade a respeito da responsabilidade pelo fechamento da ferrovia Belém-Bragança. 24012

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS*, como Líder – Confiança do PFL no trabalho e propostas do Ministro Rafael Greca. Transcrição da carta dirigida à revista **Veja** pelo referido Ministro. 24013

SENADOR *MAGUITO VILELA* – Preocupação com o agravamento na deterioração das rodovias federais com o início das chuvas. Apelo ao Governo pela antecipação da liberação de recursos para a recuperação da BR-060. 24016

SENADOR *ROBERTO REQUIÃO* – Estranheza com o apoio do PFL ao Ministro Rafael Greca. Injusta crítica do jornal **O Estado de S.Paulo** ao Senador Pedro Simon. Considerações sobre a nomeação do Sr. Alcides Tápias para o Ministério do Desenvolvimento. 24017

1.2.6 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 506, de 1999, lido em sessão anterior, de autoria do Senador Tião Viana, solicitando a formulação de voto de censura ao Governo da República da Indonésia, apontando a indignação dos brasileiros com relação aos últimos acontecimentos que tiveram lugar no Timor Leste. **Aprovado**, após parecer de Plenário proferido pelo Sr. José Fogaça em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional **(Parecer nº 612, de 1999)**. 24019

Requerimento nº 508, de 1999, lido em sessão anterior, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de solidariedade e apoio à mensagem que a Assembléia da República Portuguesa encaminhou ao Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, para que o Brasil conclame a Comunidade Internacional a assumir suas responsabilidades perante o povo do Timor Leste e envie uma força multilateral de paz para aquele País. **Aprovado**, após parecer de Plenário proferido pelo Sr. José Fogaça em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional **(Parecer nº 613, de 1999)**, tendo usado da palavra o Sr. Eduardo Suplicy. 24021

1.2.7 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADORA *EMILIA FERNANDES* – Defesa da manutenção do Programa Especial de Treinamento-PET, ameaçado de extinção em dezembro próximo. 24024

SENADOR *ROMEU TUMA* – Esforços do Ministro Paulo Renato para a melhoria da educação no País. Reflexões sobre a repressão e prevenção ao uso de drogas, bem como do controle de armas. 24029

1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *LÚCIO ALCÂNTARA* – Análise do Relatório de Atividades 1998, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. 24031

SENADOR *JOÃO ALBERTO SOUZA* – Considerações sobre o desmatamento e a biodiversidade da Amazônia, e a possibilidade de sua ocupação por forças externas, destacando a im-

portância de um projeto de desenvolvimento para a região 24034

SENADOR *MOREIRA MENDES* – Aplauso à TV Rondônia pelo transcurso de seus 25 anos de funcionamento. 24036

SENADOR *GERALDO CÂNDIDO* – Preocupação com o processo de independência no Timor Leste. Apoio às sanções militares e econômicas contra a Indonésia. 24038

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 14, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 24038

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 9-9-1999

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.747, de 1999 (Republicação). 24040

Nºs 2.026 a 2.035, de 1999. 24041

Nº 2.036, de 1999, referente ao servidor William Robespierre Nunes Athanazio. 24050

Nº 2.037, de 1999, referente à servidora Kátia Leite de Castro Merheb. 24051

Nº 2.038, de 1999, referente à servidora Maria Lúcia Correia da Rocha. 24051

Nº 2.039, de 1999, referente ao servidor Sérgio Luiz de Sá. 24052

Nº 2.040, de 1999, referente ao servidor Fernando Luiz Ortega de Paula Cunha. 24053

Nº 2.041, de 1999, referente ao servidor Evandro Bezerra Freire. 24054

Apostila, referente à aposentadoria da servidora Helena Maria da Silva. 24055

4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 116ª Sessão Deliberativa Ordinária em 9 de setembro de 1999

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo Nabor Júnior e Eduardo Suplicy

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Agnelo Alves – Alberto Silva – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Tavola – Bello Parga – Carlos Bezerra – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Francelino Pereira – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto Souza – José Agripino – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Luiz Estevão – Luiz Otavio – Luzia Toledo – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Souto – Pedro Simon – Roberto Requião – Romero Jucá – Tião Viana – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 607, DE 1999

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 1999, de autoria do Senador Tião Viana, que dispõe sobre o uso do Serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa.

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 1999, que "dispõe sobre o uso do Serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa".

De autoria do nobre Senador Tião Viana, a proposta em análise proíbe às empresas do Serviço Telefônico Fixo Comutado tornar disponível o serviço 0900 nos terminais telefônicos sem a expressa autorização do assinante.

Pretende o Autor com a medida evitar que o referido serviço, que tantas vezes se apresenta tão caro quanto atraente, seja utilizado, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, sem o conhecimento do titular da conta que, em última instância, arcará com as despesas, no final do mês.

Esclarece ainda o Proponente que a medida constitui um passo além do direito garantido ao assinante de, gratuitamente, bloquear a utilização desses serviços. Ao invés de se lhe requerer qualquer ação no sentido desse bloqueio, requerer-se-á do mesmo a ação deliberada de liberação. Evita-se, por esse mecanismo, todo o transtorno oriundo da desinformação a respeito dos direitos do assinante de uma linha telefônica fixa.

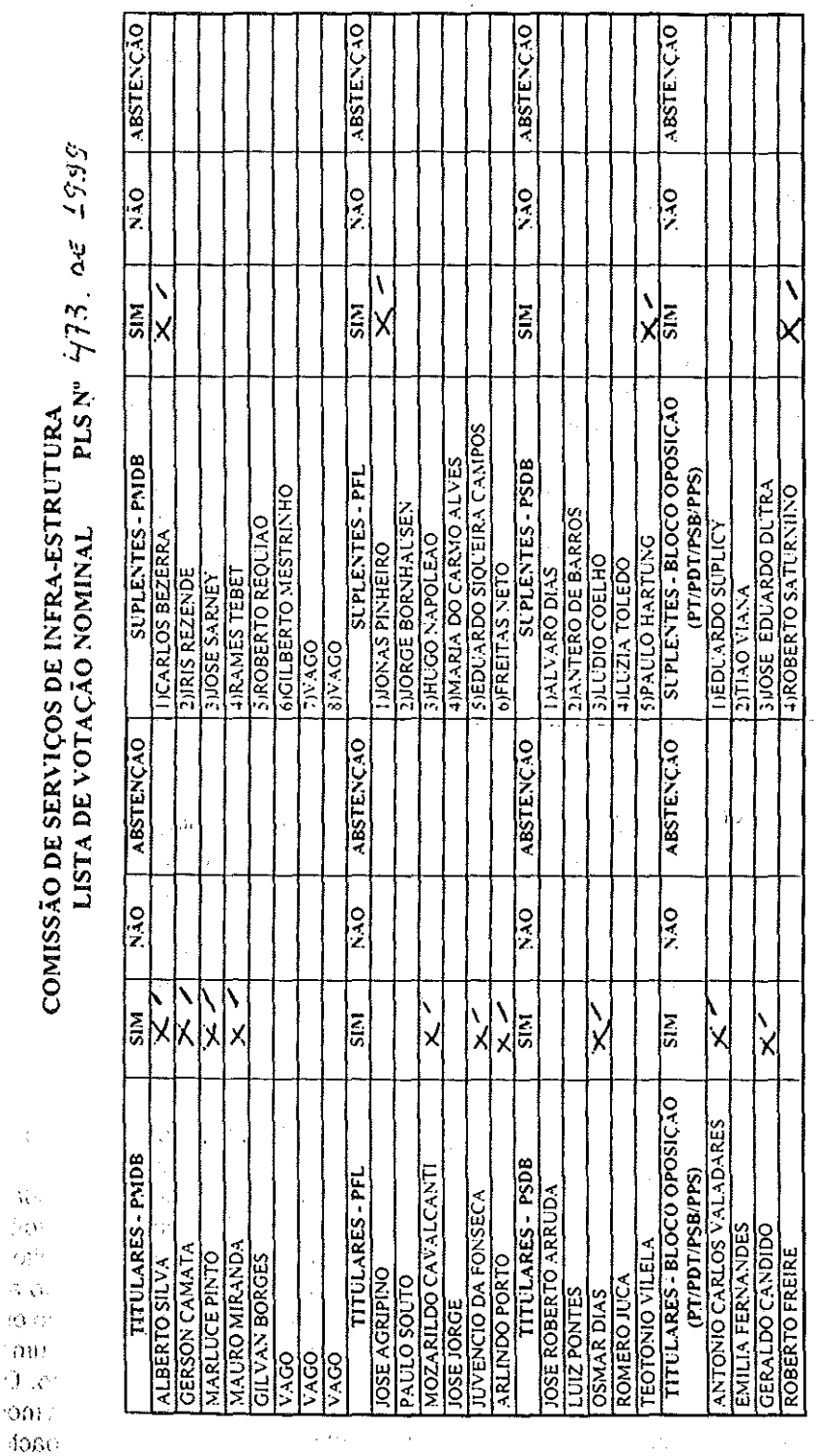
O presente projeto, passível de decisão terminativa, esteve, nesta Comissão, à espera de emendas, pelo período regimental, não tendo sofrido reparos.

II – Voto do relator

É conhecida de todos a índole do povo brasileiro, para deixar para a última hora o cumprimento de suas obrigações, bem como sua ainda incipiente capacidade de tomar medidas de auto-proteção, com base no conhecimento de seus direitos de consumidor. Esses fatos tornaram o uso não autorizado, por visitantes, parentes, filhos ou mesmo empregados da casa, de serviços telefônicos caros, um tormento para grandes contingentes da população. Diante da relevância do tema, somos favoráveis à medida, considerando-a adequada e de grande impacto social. Vota-

mos, portanto, pela prosperidade do presente projeto de lei.

Sala da Comissão, 2 de setembro de 1999. – **Emília Fernandes, Presidente – Roberto Saturnino – Relator – Mozarildo Cavalcanti – Carlos Bezerra – Juvêncio da Fonseca – Marluce Pinto – Alberto Silva – Paulo Hartung – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Mauro Miranda – Osmar Dias – Gerson Camata – Jonas Pinheiro – Geraldo Cândido.**



COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS Nº 473, de 1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ALBERTO SILVA	X			1)ICARLOS BEZERRA	X		
GERSON CAMATA	X			2)IRIS REZENDE			
MARLUCE PINTO	X			3)JOSE SARNEY			
MAURO MIRANDA	X			4)RAMES TEBET			
GILVAN BORGES				5)ROBERTO REQUIAO			
VAGO				6)GILBERTO MESTRINHO			
VAGO				7)VAGO			
VAGO				8)VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSE AGRIPINO				1)JONAS PINHEIRO	X		
PAULO SOUTO				2)JORGE BORNHAUSEN			
MOZARILDO CAVALCANTI	X			3)HUGO NAPOLEAO			
JOSE JORGE				4)MARIA DO CARMO ALVES			
JUVENCIO DA FONSECA	X			5)EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS			
ARLINDO PORTO	X			6)FREITAS NETO			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSE ROBERTO ARRUDA				1)ALVARO DIAS			
LUIZ PONTES				2)ANTERO DE BARROS			
OSMAR DIAS	X			3)LUCIDIO COELHO			
ROMERO JUCA				4)LUZIA TOLEDO			
TEOTONIO VILELA				5)PAULO HARTUNG	X		
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES	X			1)EDUARDO SUPLICY			
EMILIA FERNANDES				2)TIAO VIANA			
GERALDO CANDIDO	X			3)JOSE EDUARDO DUTRA			
ROBERTO FREIRE				4)ROBERTO SATURNINO	X		

TOTAL: 14 SIM: 14 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/09/1999

SENADORA EMILIA FERNANDES
PRESIDENTE

PARECER Nº 608, DE 1999

Da Comissão de Fiscalização e Controle sobre os Diversos nº 33, de 1998, (nº 878/98, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 30-6-98.

Relator: Senador **Luiz Pontes**

É submetido a apreciação desta douta Comissão de Fiscalização e Controle o Diverso nº 33, de 1998, que encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 30-6-98.

Esse procedimento é resultante do que determina o art. 20, §4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Especificamente, obriga cada instituição financeira federal de caráter regional apresentar, semestralmente, ao Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento de sua respectiva região, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos e que o balanço, devidamente auditado, seja encaminhado ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

A análise da documentação encaminhada referente às Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 30-6-98, e dos pareceres dos auditores independentes (Trevisan) e do Conselho Fiscal do BNB, podemos nos associar com as suas conclusões unânimes de que as referidas Demonstrações Contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 1999. – **Romero Jucá, Presidente – Luiz Pontes, Relator – Bello Parga – Jefferson Péres – Romeu Tuma – Geraldo Althoff – José Eduardo Dutra – Hugo Napoleão – Eduardo Suplicy – João Alberto Souza.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

SECRETARIA GERAL DA MESA

LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989

Regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, instituí o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências.

.....

Art. 20. Cada instituição financeira federal de caráter regional apresentará, semestralmente, ao Conselho Deliberativo da superintendência de desenvolvimento de sua respectiva região, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

§ 1º O exercício financeiro de cada Fundo coincidirá com o ano civil, para fins de apuração de resultados e apresentação de relatórios.

§ 2º Deverá ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditagem.

§ 3º Os bancos administradores deverão colocar à disposição dos órgãos de fiscalização competentes os demonstrativos, com posições de final de mês, dos recursos, aplicações e resultados dos Fundo respectivos.

§ 4º O balanço, devidamente auditado, será encaminhado ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

.....

PARECER Nº 609, DE 1999

Da Comissão de Fiscalização e Controle sobre Diversos nº 38, de 1998 (nº 1.258/98, na origem), que encaminha ao Senado Federal o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao terceiro trimestre de 1998.

Relator: Senador **Luiz Pontes.**

I – Relatório

O Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, em cumprimento ao disposto no art. 73, § 4º, da Lei Maior, bem como no art. 90, § 1º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), encaminhou para o Senado Federal, em 9 de dezembro de 1998, a resenha das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos pelo Tribunal no 3º trimestre de 1998. Nessa mesma data, o relatório foi encaminhado para a Comissão de Fiscalização e Controle. Seguiram-se alguns outros trâmites administrativos, em virtude de mudança de

legislatura. Por fim, em 18 de março de 1999, fomos incumbidos de relatá-lo.

I.1. Considerações sobre o Relatório de Atividades

Na verdade, a Lei Maior determina que o Tribunal encaminhe relatório trimestral e anual de suas atividades ao Congresso Nacional.

Já a Lei Orgânica preconiza que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas da União será exercida pelo Congresso Nacional, na forma do Regimento Comum. O § 1º repete os termos constitucionais, ao passo que o § 2º determina: "No relatório anual, o Tribunal apresentará análise da evolução dos custos de controle e de sua eficiência, eficácia e economicidade".

Considerando que, até o momento, o Congresso Nacional não disciplinou a matéria em seu Regimento Comum, o Tribunal utiliza o seu Regimento Interno para esse fim.

I.2. Atividades desenvolvidas

Destaca-se, no relatório, o julgamento de contas dos responsáveis ou dos administradores públicos e daqueles que derem causa a prejuízo ao erário.

No período em análise, foram apreciados ou julgados 3.226 processos. Desse total, 1.839 referiam-se a tomadas ou prestações de contas (efetuadas regularmente por ocasião dos finais de exercício social ou de exercício de gestão), bem como tomadas de contas especiais (realizadas em virtude de indícios de irregularidades com potencial prejuízo ao erário). O resultado direto das sanções pecuniárias aplicadas totalizou R$155.667.739,72, segundo o relatório, condenando-se 272 responsáveis ao pagamento de multa ou ressarcimento de débito. O Tribunal informou que, em época própria, lista com 111 desses responsáveis será enviada ao Ministério Público Eleitoral.

Houve, também, o acolhimento pelo Tribunal de 10 solicitações do Congresso Nacional para o fornecimento de informações ou realização de auditorias: entre elas estão a solicitação de auditoria no Sistema Telebrás, Banco Central do Brasil, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Hospital Central do Exército. Não há indicação de quando essas solicitações serão efetivamente atendidas.

Por conta do grande número de solicitações, o TCU criou o Comitê Técnico de Auxílio ao Congresso Nacional, com a finalidade de integrar e orientar as ações e atividades das unidades técnicas no atendimento das demandas.

O relatório, em resumo, poderia ser mais objetivo quanto aos dados de fluxo e de estoque, ou seja, fornecer indicadores outros como estoque inicial e final no período ou tempo médio para o encerramento dos processos.

I.3. Execução orçamentária e despesas com pessoal

Até 30-9-1998, o Tribunal realizou cerca de 89% do seu orçamento, ou seja, R$281 milhões, sendo o total da dotação equivalente a R$316 milhões. Do montante realizado, de R$244 milhões (87%) foram destinados para o pagamento de pessoal. Em termos percentuais, as despesas percentuais compõem-se de pessoal ativo (47%), pessoal inativo (34%) e pensionistas (6%).

II – Voto

Considerando a análise empreendida, votamos pela aprovação da matéria. No entanto cumpre chamar a atenção dos eminentes pares para dois temas:

a) a necessidade de melhor articular as ações do órgão auxiliar de controle externo com as necessidades do Congresso Nacional, a quem a Lei Maior atribuiu a titularidade desse controle;

b) a carência de regulamentação, pelo Congresso Nacional, quanto à quantidade e à qualidade das informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União nesses relatórios, particularmente quando se considera que elas devem servir para o exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Corte de Contas.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 1999. – **Romero Jucá**, Presidente – **Luiz Pontes**, Relator – **Bello Parga – Eduardo Suplicy – Jefferson Peres – Geraldo Althaide – Romeu Tuma – Hugo Napoleão – José Eduardo Dutra – João Alberto Souza.**

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

*Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

§ 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I – mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade

II – idoneidade moral e reputação ilibada;

III – notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV – mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

§ 2º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

I – um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antigüidade e merecimento;

II – dois terços pelo Congresso Nacional.

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.

§ 4º O auditor, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

.....

EC. Nº 20/98

LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

.....

Art. 90. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas da União será exercida pelo Congresso Nacional, na forma definida no seu Regimento Comum.

§ 1º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

§ 2º No relatório anual, o Tribunal apresentará análise da evolução dos custos de controle e de sua eficiência, eficácia e economicidade.

.....

PARECER Nº 610, DE 1999

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 1999 (nº 77/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Assistencial Educacional e Cultural de Salgueiro para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na localidade de Sertânia, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador **Gilvam Borges**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 1999 (nº 77, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Assistencial Educacional e Cultural de Salgueiro para explorar o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Sertânia, Estado de Pernambuco.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.658, de 1998, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 259, de 4 de dezembro de 1998, que outorga a permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado como o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento

que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação de renovação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O presente Projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Givaldo Carimbão, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 168, de 1999, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Fundação Assistencial Educacional e Cultural de Salgueiro atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 1999. – **Freitas Neto,** Presidente – **Gilvam Borges,** Relator – **Leomar Quintanilha – Pedro Simon** (Abstenção) – **Eduardo Siqueira Campos – Geraldo Cândido** (Abstenção) – **Heloísa Helena** (Abstenção) – **Emília Fernandes – Bello Parga – Edison Lobão – José Jorge Romeu Tuma – Lúcio Alcântara – Roberto Saturnino** (Abstenção) – **José Fogaça – Luzia Toledo – Djalma Bessa – Álvaro Dias.**

PARECER Nº 611, DE 1999

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999, tendo como 1º signatário o Senador José Eduardo Dutra que dá nova redação ao § 5º do art. 14 da Constituição Federal, suprimindo a reeleição para Prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos.

Relator: Senador **Jefferson Péres**

A proposta de emenda à Constituição sob exame, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, tem por objetivo alterar o § 5º do art. 14 da Constituição, "suprimindo a reeleição para Prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos".

Na sua justificação, o ilustre autor da proposta ressalta, primeiramente, a inconveniência que representou a introdução em nossa Carta, da possibilidade de reeleição, em 1997, quando alguns parlamentares manifestaram o receio de que o instituto iria propiciar a governantes pouco éticos a possibilidade de utilizar a máquina administrativa para benefício próprio, receio este que a recente experiência demonstrou não ter sido infundado, sobretudo porque não foi exigido o afastamento daqueles que quisessem se candidatar ao mesmo posto. A não-exigência do afastamento causou incongruência com a lei das inelegibilidades, e até mesmo o Supremo Tribunal posicionou-se favoravelmente à não-obrigatoriedade do afastamento.

Em seguida, revela preocupação com as eleições para Prefeitos, que se realizarão daqui a dois anos. Neste caso, o problema será ainda mais grave, porque na maioria dos municípios não existe controle adequado dos atos do Executivo. Em várias cidades brasileiras não há nem mesmo jornal local, ou, quando existe, quase sempre é de pessoas ligadas ao Prefeito, ou dependente de publicidade oficial, o que dificulta e até impossibilita o conhecimento, por parte do povo, dos atos ilícitos eventualmente praticados pelo chefe do Executivo com vistas a interesses eleitoreiros. Nas esferas federal e estadual, ainda que de forma limitada, esse controle existe, e é exercido pela imprensa e pela sociedade organizada. Mas no âmbito municipal o controle só se verifica nas grandes cidades, que representam apenas 1% do total dos municípios brasileiros.

A proposta não apresenta vícios de inconstitucionalidade ou injuridicidade. Plenamente oportuna e louvável quanto ao mérito, porque representa uma grande contribuição no sentido de moralizar o processo eleitoral.

Antes de tudo, como bem ressaltou a clara e objetiva justificação da proposição, não há sentido na não-exigência do afastamento daquele que vai concorrer ao mesmo posto, se a própria Constituição e a lei das inelegibilidades exigem essa desincompatibilização para os outros casos. A não-exigência fere o princípio da igualdade, cláusula pétrea que precisa ser observada até mesmo na feitura das emendas constitucionais, por ser a isonomia o princípio cardeal do Estado democrático. Uma vez aprovado o instituto da reeleição, necessária se faz a exigência da desincompatibilização, para que se evitem privilégios por parte de alguns candidatos, privilégios esses de difícil controle pela cidadania.

Quanto ao argumento, vez por outra adotado, de que o fato de o Vice-Governador assumir não evita o privilégio do titular, por serem ambos do mesmo partido ou vinculados pelos mesmos interesses, entendemos infundado. De alguma forma, julgamos que o afastamento do titular, mesmo assumindo o Vice, diminui a possibilidade de que aquele permaneça em grande evidência na mídia, evidência essa que representa significativo favorecimento perante o eleitorado.

Na verdade, justamente por atenção ao sentido teleológico sempre imanente no ordenamento jurídico, sobretudo constitucional, cremos que a Constituição já proíbe a candidatura à reeleição sem o afastamento do cargo. Porém, como tem havido divergências de interpretação tanto na doutrina como na jurisprudência, no tocante a essa questão, julgamos oportuna a presente medida.

Alteração salutar também constitui a proibição de reeleição para os Prefeitos. De fato, a maioria dos municípios brasileiros não oferece aos seus habitantes condições de controle dos atos do Poder Executivo, diferentemente dos Estado e da União nos quais tal controle é possível, ainda que de forma não satisfatória. Para agravar a situação, é justamente nesses municípios que a população de baixa renda se torna mais indefesa em face do abuso e da discricionariedade de seus governantes e representantes. Cidadãos em condições econômicas e culturais precárias, comuns nas pequenas cidades, possuem pouquíssimas condições de fiscalizar os atos de favorecimento indevido a candidatos bafejados pelo Poder em períodos eleitorais.

Entretanto, vedar a reeleição de prefeito, mantendo-a para governador e Presidente, teria o inconveniente de quebrar a simetria de regras, que deve prevalecer, na Constituição, tanto quanto possível, em relação aos três níveis de governo. Um tratamento assimétrico seria de difícil sustentação política.

Em face do exposto, voto favoravelmente à proposta, na forma do substitutivo abaixo.

EMENDA Nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO)
(À Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999)

Dá nova redação ao § 5º do art. 14 da Constituição Federal, prevendo a desincompatibilização de candidatos à reeleição.

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 5º do art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. .....

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos Municipais e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos, poderão ser reeleitos para um único período subseqüente, devendo renunciar ao cargo 180 (cento e oitenta) dias antes das eleições.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, **José Agripino**, Presidente – **Jefferson Peres**, Relator – **Sérgio Machado – Carlos Patrocínio – Mauro Miranda – Lúcio Alcântara – Antonio Carlos Valadares – Agnelo Alves** (vencido) – **Édison Lobão** (vencido) – **Eduardo Suplicy – Amir Lando – Romero Jucá – José Fogaça – José Alencar** (vencido) **Romeu Tuma** (vencido) – **Jáder Barbalho – Álvaro Dias – José Eduardo Dutra – Luís Pontes.**

Assinaturas Complementares à Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999.

(Art. 356, Parágrafo único)

Sala das Comissões, 25 de agosto de 1999. – **Omar Dias – Roberto Saturnino – Nabor Júnior – Gérson Camata – Ernandes Amorim – Marina Silva – Geraldo Melo – Heloísa Helena – Ney Suassuna – Pedro Simon – Geraldo Cândido – Ademir Andrade – Sebastião Rocha – Luís Otávio.**

Voto favoravelmente – PEC nº 10/99. – **Roberto Requião.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PEC Nº 10, DE 1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO	X			1 CARLOS BEZERRA			
VAGO				2- AGNELO ALVES		X	
IRIS REZENDE				3- GILVAN BORGES			
JADER BARBALHO	X			4 -LUIZ ESTEVÃO			
JOSE FOGAÇA	X			5- NEY SUASSUNA			
PEDRO SIMON				6- WELLINGTON ROBERTO			
RAMEZ TEBET				7- JOSE ALENCAR		X	
ROBERTO REQUIAO	X c			8- VAGO			
TITULARES - PFL	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - PFL**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
BERNARDO CABRAL				1- MOREIRA MENDES			
JOSE AGRIPINO				2- DJALMA BESSA			
EDISON LOBAO		X		3- BELLO PARGA	X c		
FRANCELINO PEREIRA				4- JUVENCIO DA FONSECA			
ROMEU TUMA		X		5- JOSE JORGE			
MARIA DO CARMO ALVES				6- MOZARILDO CAVALCANTI			
TITULARES - PSDB	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PSDB**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
ALVARO DIAS	X			1- ARTUR DA TAVOLA			
CARLOS WILSON				2- PEDRO PIVA			
LUCIO ALCANTARA		X		3- LUIZ PONTES			
LUZIA TOLEDO				4- ROMERO JUCA	X		
SERGIO MACHADO		X		5- TEOTONIO VELELA			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO C. VALADARES (PSB)			X	1- SEBASTIAO ROCHA (PDT)			
ROBERTO FREIRE (PPS)				2- MARINA SILVA (PT)			
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)				3- HELOISA HELENA (PT)			
JEFFERSON PERES (PDT)	X			4- EDUARDO SPLICY (PT)	X		

TOTAL: 16 **SIM:** 9 **NÃO:** 6 **ABSTENÇÃO:** 1

Sala das reuniões, em 25/10/ **/1999**

Senador JOSÉ AGRIPINO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 649/99

Brasília, 1º de setembro de 1999

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB os Deputados João Tota e Eliseu Moura como suplentes, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência designa os Deputados João Tota e Eliseu Moura, como suplentes, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de conformidade com o ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

OF. Nº 68/99-CI

Brasília, 2 de setembro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 1999, que "Dispõe sobre o uso do serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa".

Atenciosamente, – Senadora **Emilia Fernandes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com referência ao ofício que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 1999, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 509, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do **caput** do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Ministro de Estado do Esporte e Turismo, Senhor Rafael Greca, para prestar, perante o Plenário desta Casa, esclarecimentos referentes aos fatos relatados em matéria da Revista **Veja**, edição de 8 do corrente, referentes a denúncias de envolvimento do Ministério com a utilização de recursos relacionados com a abertura de salões de bingo no país, supostamente desviados para caixa de campanha política.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 1999. – **Heloísa Helena – Eduardo Suplicy – Marina Silva – Tião Viana – Emília Fernandes – José Eduardo Dutra – Roberto Requião – Antônio Carlos Valadares – Ademir Andrade – Maguito Vilela – Lauro Campos – Pedro Simon – Jefferson Péres.**

Ministério

BINGO, BINGO!

Ex-servidores denunciam fraude no Ministério do Esporte

Alegre e falante, o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, trombou na semana passada com um assunto nada festivo. Um órgão de seu ministério, o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, o Indesp, está sob investigação. A suspeita é de que o Indesp, encarregado de autorizar a abertura de salões de bingo pelo país, estaria mordendo o bolso dos interessados em obter uma permissão de funcionamento _ e o dinheiro estaria escorrendo para o caixa de campanha de Greca, cuja ambição é virar governador do Paraná. "Eu não estou fazendo caixinha de campanha coisa nenhuma. Não preciso disso", diz o ministro, irritado. O problema é que a denúncia, ao contrário do que ocorre com as calúnias levianas, vem acompanhada de tantos detalhes que a Procuradoria da República resolveu mergulhar no caso.

A portaria que disciplina a abertura dos bingos, que saiu em junho passado, por exemplo, andou trilhando caminhos estranhíssimos. Em vez de ser feita exclusivamente por gente do Ministério do Esporte, como seria o convencional, o papel circulou pela Companhia Nacional de Abastecimento, a Conab, órgão do Ministério da Agricultura que cuida dos estoques de alimentos, e não tem nada a ver com bingos ou máquinas de jogos. Da Conab, conforme fax aos quais **Veja** teve acesso, eram enviadas cópias de minuta da portaria aos donos de bingos, que retornavam dos bingueiros para o Conab com alterações. (Explica-se a exótica presença da Conab: o procurador do órgão, nessa época, era o advogado Paulo

Araújo, que em seguida esteve no Ministério dos Esportes cuidando, olha que coincidência, justamente da área de bingos.)

A presença nessa história de dois alienígenas, a Conab e Paulo Araújo, e a troca de fax com bingueiros, mostra que os donos de bingo, na surdina, foram consultados e modificaram o conteúdo da portaria que o ministério estava elaborando. Pelo resultado da troca de fax, percebe-se que um dos principais interesses dos bingueiros era manter somente três laboratórios _ dois de São Paulo e um do Rio de Janeiro _ autorizados a emitir laudos atestando se as máquinas de bingo eletrônico estavam regulares ou não. Até agora, ninguém sabe por que essas restrições aos outros laboratórios do país. Greca também não sabe. "Pedi ao ministro da Justiça que coloque a Polícia Federal para investigar", diz o ministro.

Depois dos indícios de que houve negociações por baixo do pano, o caso ficou mais estranho na semana passada, quando Greca foi pego em flagrantes atentados à verdade. Primeiro, numa carta para espantar as insinuações de irregularidades, disse que, em sua gestão, só foram liberados três pedidos de bingo. Negou que houvesse uma auditoria em seu ministério e, por fim, afirmou que o cacique do Indesp, Luís Antonio Buffara, jamais fora seu tesoureiro de campanha no Paraná. A verdade é que, em sua gestão, foram liberados 98 pedidos de autorização de bingo, sete permanentes e 91 eventuais _ e não apenas três, como ele disse. A auditoria que o ministro nega existe, sim, só que não é formal. Há quinze dias, Mauro Barbosa da Silva, delegado da Secretaria Federal de Controle, junto com outros quatro funcionários, faz uma auditoria informal. E, por fim, Buffara não foi seu tesoureiro de campanha _ no plano oficial. Mas qualquer político do Paraná sabe que a tesoureira oficial, Nádia Abadie Aleixo, apenas cuida de assuntos da família Greca, e não tem nada de tesoureira. Quem punha a mão na massa era mesmo Buffara. E o problema é que esse mesmo Buffara é o homem do Indesp que fez aquela portaria que caiu como uma luva para os bingueiros.

Veja 8 de setembro, 1999.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no **caput** deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

.....

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

.....

TÍTULO XI
Do Comparecimento de Ministro de Estado

Art. 397. O Ministro de Estado comparecerá perante o Senado:

I – quando convocado, por deliberação do Plenário, mediante requerimento de qualquer Senador ou comissão, para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado (Const., art. 50, **caput**);

.....

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O requerimento lido será publicado e incluído na Ordem do Dia, oportunamente, nos termos do art. 255, II, alínea "c", item 9, do Regimento Interno.

O Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra Senador Eduardo Suplicy, por vinte minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, requeiro a minha inscrição para uma comunicação inadiável, no tempo oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª será inscrito, na forma regimental.

O Senador Eduardo Suplicy tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Geraldo Melo, Srªs e

Srs. Senadores, gostaria de dar as boas-vindas à Delegação de Senadores da República Francesa, que nos visita, Senadores Jacques Oudin, Jöel Bourdin, Luc Dejoie e Marc Massion. Mais tarde, terão uma audiência com o Vice-Presidente Geraldo Melo.

Em visita ao Senado, esses Senadores franceses convidam uma delegação do Senado brasileiro para a reunião que se realizará em abril próximo na França, ocasião em que estarão sendo convidados os Senados dos diversos países onde há a bicameralidade, ou seja, onde há o Congresso Nacional composto da Câmara de Deputados e o Senado Federal, para que se estude quais são as funções do Senado em cada uma das Nações. Assim, poderá haver a troca de idéias em torno do aperfeiçoamento das instituições, o que trará proveito para todos os países.

Dando as boas-vindas ao Senado francês, ressalto hoje a importância das manifestações do último dia 7 de Setembro, quando a Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, convidou o povo para estar nas principais cidades, sobretudo na capital da Padroeira do Brasil, em Aparecida do Norte, no Estado de São Paulo. Aproximadamente 80 mil pessoas lotaram a Catedral de Nossa Senhora Aparecida, na maior manifestação já realizada naquele local. Também em praticamente todas as capitais brasileiras houve o encontro do Grito dos Excluídos. É muito importante que estejamos atentos às reivindicações expostas naquelas manifestações.

Por essa razão, passo a ler, Sr. Presidente, as principais reivindicações das entidades que organizaram o Grito dos Excluídos:

– Criação de política econômica que acabe com o desemprego e garanta trabalho para todos e distribuição de renda.

– Implementação de políticas públicas que ampliem e melhorem a rede pública de saúde; acesso à educação de qualidade e gratuita, em todos os níveis, e construção de moradias populares.

– Criação de fundos para a pequena e média empresa.

– Reforma agrária e implantação de política agrícola que apóie pequenos agricultores.

– Restrição à edição de medidas provisórias e proibição de que sejam reeditadas.

– Manutenção de normas de proteção ao trabalho.

– Revisão do acordo com o FMI.

– Suspensão do Programa Nacional de Desestatização.

– Redução dos juros.

– Controle das remessas de lucro e juros para o exterior.

– Renegociação das dívidas dos Estados e dos municípios com a União.

– Ressarcimento aos cofres públicos dos ganhos exorbitantes dos bancos com a desvalorização do real e com a especulação financeira e empréstimos (Proer).

– Revisão das dívidas e acordos de incentivos fiscais lesivos ao patrimônio público.

– Garantia de renda mínima à população.

– Demarcação das terras indígenas.

– Execução imediata de um programa de desenvolvimento da Amazônia, com respeito absoluto às populações locais e à biodiversidade da região, sem qualquer ingerência externa.

– Reforma descentralizadora que torne o Judiciário acessível, eficiente e independente dos demais Poderes, incorporando um Conselho de Controle Administrativo.

Gostaria de mencionar, Sr. Presidente, a importância dessas proposições, inclusive daquela anunciada em Aparecida, ou seja, que seria importante o Governo brasileiro pensar na realização de um plebiscito a respeito do pagamento ou não da dívida externa brasileira. Ontem, o Presidente Fernando Henrique Cardoso reagiu às manifestações do Grito dos Excluídos. Ponderou que deixar de pagar a dívida seria retroceder 30 anos.

É preciso pensar bem sobre aquilo que vem sendo proposto não apenas por aqueles que participaram do Grito dos Excluídos, mas também pelo próprio Papa João Paulo II, que lançou a idéia de que no ano 2.000 devem as nações desenvolvidas pensar na idéia do jubileu. Considerou que é tradição dos povos antigos e dos povos cristãos, tradição expressa na Bíblia, rever-se a cada 50 anos a questão da dívida das pessoas, sobretudo daquelas que estão vivendo em dificuldades. Dessa maneira, o apelo de João Paulo II é para que as nações desenvolvidas possam olhar com maior atenção a oportunidade de os países em desenvolvimento apagarem, perdoarem e anistiarem a dívida dos povos mais pobres, em desenvolvimento.

Mas, a propósito desse ato e da preocupação do Presidente Fernando Henrique Cardoso, temos que refletir sobre as mudanças que estão ocorrendo no âmbito do Governo. Será que revelam que o Governo está um pouco mais atento ao grito dos excluídos? Será que o Governo está percebendo o grau de

violência crescente que estamos a assistir, como parte da explosão social advinda da não-resolução dos graves problemas de desemprego e de pobreza que em muitos lugares se agravam?

Sr. Presidente, ainda hoje de manhã, no exercício matinal que costumo fazer perto da Quadra 309, caminhando em direção à Quadra 304, onde por vezes encontro, perto da Capela de Nossa. Senhora de Fátima, outros Senadores, como o Senador Pedro Simon, hoje encontrei o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga e o Secretário Edward Amadeo, que hoje está no Palácio do Governo. Eles estavam conversando e, quando passei, transmiti-lhes a mensagem de que esperava que, desta vez, a queda nas taxas de juros e o aumento do nível de emprego fossem algo persistente e duradouro. Do contrário, veremos o aumento do Grito dos Excluídos e o aumento de manifestações como aquela que ocorreu neste dia 7 de setembro, quando um número extraordinariamente grande de jovens adolescentes desceu dos morros e das favelas do Rio de Janeiro e começou a ocupar ônibus, quebrar lojas e assaltar pessoas, e não se sabe por onde isso iria parar. Quando eu os alertei para esse fato, o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, disse-me: "É claro que eu estou preocupado com isso, até porque a minha família mora no Rio de Janeiro e, no Rio de Janeiro, as favelas e os mais pobres não estão tão distantes dos que moram na Zona Sul, em Ipanema ou em Copacabana, vivendo em melhores condições de vida. Mas, de repente, esses jovens vieram para as ruas, para as principais avenidas, como a Atlântica e Nossa Senhora de Copacabana, e para as praias, mostrando o seu descontentamento".

O Governo precisa ter um senso de urgência muito maior, mais preocupação e sensibilidade para a questão da distribuição da renda. Não basta apenas a preocupação com o crescimento.

O Sr. Alcides Tápias distinguiu-se à frente do Bradesco, antes como diretor da área de incentivos fiscais e depois como vice-presidente, tendo sido um de seus principais executivos; foi ainda sido guindado ao posto de presidente da maior construtora brasileira, a Camargo Corrêa. Qual é o significado da ida do Sr. Alcides Tápias para o Ministério do Desenvolvimento? Qual será a sua proposição? Será que ele virá com a visão de que o desenvolvimento e o crescimento têm de ser acelerados, sobretudo por meio dos incentivos fiscais e creditícios, encaminhados em primeiro lugar para as mãos de empresários que já detêm grande patrimônio e até para as grandes empresas multinacionais no Brasil, a exemplo do que ocorreu recentemente para a segunda empresa que mais fatura no mundo, a Ford? Será que a compreensão de desenvolvimento do Sr. Alcides Tápias será a continuidade de uma política econômica que, por vezes, até gera renda e emprego, mas que, ao mesmo tempo, desloca tantas pessoas de suas oportunidades de trabalho, com um resultado pífio, às vezes até negativo, garantindo a concentração de renda e de poder nas mãos daqueles que já detêm tanta riqueza neste País?

Será que o Presidente Fernando Henrique Cardoso não se deu conta ainda, considerando os benefícios advindos da queda da inflação, de que os instrumentos de política econômica que vem adotando tendem a criar mais e mais concentração de renda e de riqueza? Será que não percebe que é exatamente isso que demonstrou o IPEA, durante a exposição que aqui fizeram o seu Presidente, Roberto Martins, e o Sr. Ricardo Paes de Barros na semana passada, discorrendo sobre a tendência inarredável do Brasil em manter a péssima distribuição da renda e da riqueza, permanecendo como campeão mundial da desigualdade econômica e social? Por que razão o Governo tem sido tão pouco sensível à proclamação, cada vez mais intensa, de que se deveria garantir a todas as pessoas um mínimo de renda como um direito à cidadania?

Aqui estão presentes quatro senadores franceses. Em 1988, por ocasião da segunda vez em que François Mitterrand foi eleito presidente, houve o compromisso de garantia de renda mínima a todos os franceses. E, logo que assumiu o seu segundo mandato, enviou para a Assembléia Nacional Francesa a lei que instituiu o Revenu Minimum d'Insertion, a Renda Mínima de Inserção, aprovada por consenso e sancionada em dezembro de 1988. Todo cidadão francês, se a sua renda não alcança determinado patamar – dois mil e quinhentos francos aproximadamente, ou um pouco mais –, passa a ter o direito de receber um complemento de renda, como um direito à cidadania. Podemos, inclusive, hoje, a partir dos estudos que a comunidade francesa tem sobre a experiência de dez anos de aplicação do **revenu minimum d'insertion,** saber quais as falhas, os aspetos positivos da lei e do seu desenho, para compará-la com outras experiências.

Gostaria aqui de sublinhar que, no documento divulgado pelo Grito dos Excluídos, está ali como um dos pontos fundamentais a garantia de renda mínima à população. Além disso, causa-me também grande satisfação ver que mais e mais Senadores desta Casa, dos mais diversos partidos, têm apoiado a

idéia. Ainda ontem, o Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Geraldo Melo, transmitiu-me que, em debate na TV Senado com um economista do IPEA, ele próprio tomou a iniciativa de se dizer convencido da importância de instituirmos uma renda mínima nacionalmente.

Chamo a atenção ainda para um artigo sobre a renda mínima, de autoria do Deputado Federal pelo PMDB de Pernambuco, Salatiel de Carvalho, publicado ontem no **Jornal do Commercio,** um dos principais órgãos de imprensa de Pernambuco. Nesse artigo, S. Exª diz o seguinte:

> A História tem confirmado que, no Brasil, o livre jogo das forças de mercado perpetua a concentração da renda e a pobreza. A sucessão de planos econômicos e de discursos bem-intencionados não foi suficiente para evitar a estagnação ou mesmo diminuição da parcela da riqueza destinada à população menos favorecida.
>
> Diante disso, diante do fracasso indiscutível das tentativas de distribuição da riqueza através do crescimento econômico, não resta dúvida de que é necessária uma intervenção consciente e objetiva por parte do poder público para erradicar a pobreza no País.
>
> Mas precisamos de uma ação eficaz, que consiga escapar às armadilhas dos mecanismos burocráticos, que sistematicamente desviam os recursos destinados à população carente. Todos sabemos que o dinheiro que sai de Brasília para beneficiar os cidadãos mais pobres acaba se dissipando, antes de atingir seus objetivos. Por isso não adianta simplesmente querer acabar com a miséria, ou fazer discursos reiterando esse compromisso.

Como aliás, ontem ainda, mais uma vez, fez o Presidente Fernando Henrique.

> Nesse sentido, o simples aumento de impostos não garante o êxito das ações, pois os recursos arrecadados não chegam às mãos de seus supostos beneficiários.
>
> Além de ter recursos disponíveis, é preciso encontrar mecanismos de transferi-los, efetivamente, aos cidadãos que deles necessitam.
>
> A nosso ver, a melhor forma de caminhar no sentido de erradicar a pobreza no Brasil é o programa de redistribuição da renda via imposto negativo e complementação do salário mínimo.
>
> A comprovação de que o cidadão não dispõe, para si e para sua família, de um nível de renda considerado mínimo para a sobrevivência é o motivo e o foco da ação reguladora do Estado.
>
> A partir da decisão política, os procedimentos administrativos são relativamente simples, muito mais simples do que os complexos programas de desenvolvimento que nunca saem do papel e acabam engordando os bolsos de atravessadores e lideranças inescrupulosas.
>
> Os efeitos de um programa como esse serão muito maiores do que se imagina. Basta percorrer o País e verificar quantas e quantas pessoas sustentam suas famílias apenas com os rendimentos de uma magra aposentadoria. Em certos lugares, quem ganha um salário mínimo por mês salva da fome muitas crianças.
>
> Se todos os chefes de família brasileiros puderem dispor de uma renda mínima mensal, teremos dado um salto decisivo para erradicar a pobreza que tanto nos envergonha, nós que temos alguns dos piores indicadores sociais do Planeta.
>
> Para os que duvidam da justiça e da oportunidade do projeto, basta lembrar dos últimos programas de ajuste lançados pelo Governo, que propiciaram subsídios bilionários às instituições financeiras.

E por aí prossegue, Sr. Presidente, concluindo em favor do projeto de renda mínima e dizendo que, apesar do boicote sistemático que a proposta de renda mínima tem sofrido por parte dos donos do poder econômico, a luta pelo direito à renda mínima não tem sido ignorada pela sociedade, que, aliás, tem retribuído o trabalho dos que a defendem com votações expressivas.

Requeiro, Sr. Presidente, a transcrição, na íntegra, do artigo do Deputado Salatiel Carvalho, do PMDB, salientando a importância de mais e mais pessoas estarem nessa batalha.

A propósito, Sr. Presidente, a própria Federação do Comércio, assim como tantas outras entidades, sobretudo nas áreas periféricas do Brasil, têm solicitado a minha presença para expor o projeto de renda mínima.

Amanhã mesmo, pela manhã, estarei na Federação do Comércio de São Paulo, que resolveu convi-

dar-me para falar sobre o assunto como forma de lhes possibilitar uma melhor compreensão acerca de qual é o melhor desenho para o projeto de renda mínima – projeto que há muito já deveríamos ter instituído universalmente.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco – PT/SP) – Para concluir, já que meu tempo está se esgotando, com muita honra, concedo um aparte ao Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Gostaria de cumprimentá-lo por seu brilhante pronunciamento e, ao mesmo tempo, apresentar também, em meu nome e, quero crer, no do povo goiano, as boas-vindas aos senadores franceses que nos visitam e que dignificam com a sua presença este Parlamento. V. Exª aborda o tema que está sendo discutido em todo o Brasil. Estive há poucos dias no Rio de Janeiro, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, falando sobre o problema da pobreza, da miséria no nosso País. Tenho notícias de que o Presidente Antonio Carlos Magalhães estará no Rio falando sobre o mesmo assunto num simpósio promovido pelo BNDES. E tenho sabido de reuniões, de congressos e de simpósios que estão acontecendo em todo o Brasil, em todos os Estados brasileiros, para discutir o mesmo tema. Isto é sinal de que a sociedade, de que o mundo político e o mundo empresarial despertaram para a necessidade de encontrarmos uma solução para esse problema que, como V. Exª afirmou, nos envergonha a todos. De forma que estou muito confiante que vamos encontrar a solução adequada para resolver esse grave problema que vem nos desafiando e desafiando o Brasil há tantos e tantos anos. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço o aparte de V. Exª e aproveito a oportunidade para informar que, ainda na última sexta-feira, o Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, transmitiu-me que havia convidado, da mesma forma que a instituição do Rio de Janeiro que V. Exª mencionou, o Presidente Antonio Carlos Magalhães para participar de um simpósio que o Instituto de Cidadania, por ele presidido, e a Trevisan Consultores Associados promovem. O objetivo do simpósio é debater formas de erradicar a pobreza em nosso País.

Eu disse a Lula que julgo essa iniciativa positiva, pois desde o primeiro dia em que aqui chegamos, desde que foi fundado o Partido dos Trabalhadores, temos o objetivo da erradicação da pobreza e da melhoria da distribuição da renda como nossa primeira prioridade. Todos aqueles que resolverem dar a isso prioridade total serão bem-vindos.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

RENDA MÍNIMA

Salatiel de Carvalho

A História tem confirmado que, no Brasil, o livre jogo das forças de mercado perpetua a concentração da renda e a pobreza. A sucessão de planos econômicos e de discursos bem-intencionados não foi suficiente para evitar a estagnação ou mesmo diminuição da parcela da riqueza destinada á população menos favorecida.

Diante disso, diante do fracasso indiscutível das tentativas de distribuição da riqueza através do crescimento econômico, não resta dúvida de que é necessária uma intervenção consciente e objetiva por parte do poder público para erradicar a pobreza no País.

Mas precisamos de uma ação eficaz, que consiga escapar às armadilhas dos mecanismos burocráticos que sistematicamente desviam os recursos destinados á população carente. Todos sabemos que o dinheiro que sai de Brasília para beneficiar os cidadãos mais pobres acaba se dissipando antes de atingir seus objetivos. Por isso não adianta simplesmente querer acabar com a miséria ou fazer discursos reiterando esse compromisso.

Nesse sentido, o simples aumento de impostos não garante o êxito das ações, pois os recursos arrecadados não chegam ás mãos de seus supostos beneficiários.

Além de ter recursos disponíveis é preciso encontrar mecanismos de transferí-los, efetivamente, aos cidadãos que deles necessitam.

A nosso ver, a melhor forma de caminhar no sentido de erradicar a pobreza do Brasil é o programa de redistribuição da renda via imposto negativo e complementação do salário mínimo.

A comprovação de que o cidadão não dispõe, para si e para sua família de um nível de renda considerado mínimo para a sobrevivência é o motivo e o foco da ação reguladora do Estado.

A partir da decisão política, os procedimentos administrativos relativamente simples, muito mais simples do que os complexos programas de desenvolvimento que nunca saem do papel e acaba, engordando os bolsos de atravessadores e lideranças inescrupulosas.

Os efeitos de um programa como esse serão muito maiores do que se imagina. Basta percorrer o País e verificar quantas e quantas pessoas sustentam e suas famílias apenas com os rendimentos de uma magra aposentadoria. Em certos lugares, quem ganha um salário mínimo por mês salva da fome muitas crianças.

Se todos os chefes de família brasileiros puderem dispor de uma renda mínima mensal, teremos dado um salto decisivo para erradicar a pobreza que tanto nos envergonha, nós que temos alguns dos piores indicadores sociais do Planeta.

Para os que duvidem da justiça e da oportunidade do projeto, basta lembrar dos últimos programas de ajuste lançados pelo Governo que propiciaram subsídios bilionários ás instituições financeiras. Basta lembrar das fortunas amealhadas pelos especuladores no momento da crise cambial no começo do ano.

Todos esses subsídios funcionam como um imposto disfarçado, que acaba recaindo sobre os ombros dos menos favorecidos, daqueles setores da sociedade que são menos organizados e não conseguem lutar para proteger seus interesses.

O programa de renda mínima, além de absolutamente necessário para evitar a desagregação social e econômica de regiões inteiras, virá restituir um direito que tem sido sistematicamente usurpado através de mecanismos financeiros invisíveis para a maioria da sociedade.

O problema como dissemos não é tanto o de aumentar impostos. A carga tributária já é bastante elevada e não tem sido suficiente para impedir que a dívida pública cresça de maneira descontrolada. O mais importante é definir critérios e mecanismos que garantam o direito à vida e à dignidade dos cidadãos brasileiros, que têm sido vítimas de um modelo econômico injusto e imoral.

Nesse contexto, cabe aqui um elogio á postura do Senador Eduardo Suplicy, que há muitos anos vem lutando para aprovar seu projeto de renda mínima. Apesar do boicote sistemático que sua proposta tem sofrido por parte dos donos do poder econômico, sua luta não tem sido ignorada pela sociedade, que aliás, tem retribuído seu trabalho com votações expressivas.

Agora que o tema da miséria voltou a obter destaque da mídia, a proposta de Suplicy, recebeu maiores atenções e já tem suas virtudes reconhecidas mesmo por aqueles que antes se opunham a ela.

O Brasil é um país muito rico e cheio de oportunidades. Não podemos mais aceitar a exclusão de parcelas crescentes da população por um modelo tão injusto e ineficiente. A erradicação da pobreza é uma prioridade inquestionável.

Salatiel Carvalho é Deputado Federal – PMDB/PE

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Honra o Senado receber a delegação de senadores franceses no dia de hoje. As ligações do Brasil com a França são permanentes e tivemos sempre, principalmente no lado cultural, uma identificação perfeita. A base da nossa cultura, sobretudo a literária, foi sempre buscada em França.

Os problemas políticos da França sempre foram, no Brasil, vividos pelos brasileiros, sobretudo na Segunda Guerra Mundial, quando nos aliamos à França num momento em que aquele país ainda estava tão sofrido no combate ao nazi-fascismo.

De modo que recebê-los é uma honra, saudá-los é um privilégio. Daí por que registro a presença da delegação francesa, composta pelos Senadores Jacques Oudin, Joël Bourdin, Marc Massion, Luc Dejoie, bem como pelo Sr. Patrick Baudry, Diretor do Serviço de Orçamento, Contabilidade e Previdência Social do Senado Francês.

A nossa identificação tem que ser cada vez maior. Interesses políticos, culturais e comerciais nos unem à Europa e não gostaríamos de ficar presos apenas a um lado do mundo, mas de estar sempre ligados ao mundo inteiro. Essa tem sido a tradição do Brasil e esse é o nosso desejo.

De modo que quando os vejo no Parlamento brasileiro, no Senado, vivo um momento de felicidade. Devo dizer-lhes que este Parlamento é muito mais movimentado do que V. Exªs estão vendo hoje. É que temos reuniões nas comissões e os parlamentares lá estão, aproveitando os dias de ontem, de hoje e de amanhã. Mas tenham a certeza de que ao saudá-los estou fazendo isso em nome do povo brasileiro, em nome dos Estados do Brasil aqui representados, para dizer-lhes, mais uma vez, da nossa admiração pelo seu povo e do nosso interesse em cada vez nos unirmos mais. Se assim fizermos, acho que estaremos contribuindo para ter um mundo melhor, um mundo mais igual, e sobretudo com mais justiça social.

Saúdo, com muito carinho, V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, distinta representação francesa, antes de abordar o assunto do meu pronunciamento, o Ministro Alcides Tápias, também trago, como fizeram o Senador Eduardo Suplicy e o nosso ilustre Presidente Antonio Carlos Magalhães, a minha saudação aos parlamentares franceses.

Nós, no Brasil, temos uma identificação muito grande com a França. A minha geração, principalmente, quando estudou os princípios de liberdade, cultura e literatura, o fez olhando para a França.

Os nossos princípios de liberdade nós os aprendemos olhando para a queda da Bastilha. Desde criança até hoje, depois do hino do meu País, muitas e muitas vezes vou às lágrimas quando ouço o fantástico hino da França, a Marselhesa.

Reconhecemos o significado e a importância da França para a cultura da humanidade, para as causas da liberdade, para as causas da justiça. E, perdoem-me, tenho visto ultimamente alguns debates internos da França que me têm chamado a atenção.

O mundo, após a guerra, estava dividido entre o comunismo e o capitalismo; entre a União Soviética e os Estados Unidos. De repente, cai o muro de Berlim, cai a União Soviética, implode o comunismo. E estamos vendo, com muita preocupação, o Brasil ter um pólo só, sob o comando dos Estados Unidos, e uma determinação só, a determinação dos Estados Uni-

dos. Na hora de intervir em um país europeu, com bombas e mais bombas e mais bombas, numa região da antiga Iugoslávia, tradicionalmente de lutas que vêm de longe, eles obrigaram a OTAN, no seu cinqüentenário, a caminhar atrás e assinar embaixo.

Hoje, quando é o Timor Leste que está precisando de presença, de uma ação, os americanos dizem que não são a guarda do mundo. São quando querem, como no caso do Iraque. Não são quando não querem, quando não têm interesse.

Vejo também com preocupação que nós, brasileiros, vivemos a angústia de muitas e muitas vezes a língua portuguesa praticamente desaparecer. No Brasil, ao estudar economia, alguém que não entende inglês tem que ter um dicionário, porque os nossos técnicos, os nossos economistas, para mostrar que têm cultura, têm que falar termos em inglês. As nossas músicas, hoje, são em grande parte americanas, ao contrário do que ocorria na minha geração, que ouvia músicas brasileiras, músicas francesas. Temos que conviver com a lavagem cerebral da música americana.

É muito difícil assistirmos a um filme francês ou italiano nos dias de hoje, porque praticamente só há filmes americanos. Na apresentação do chamado Oscar, que é uma fantasia, que é uma lavagem cerebral, passamos horas vendo o melhor do cinema nos Estados Unidos para, depois, ter um título do resto do mundo agraciado como o melhor. Ao mundo inteiro, um; cinco minutos para o mundo inteiro na programação assistida por três ou quatro bilhões de pessoas, e o restante do tempo para os Estados Unidos.

Mas só estou dizendo isso porque, acompanhando a história da França, hoje, tenho me preocupado. Há um projeto tramitando na França obrigando os cinemas e as televisões francesas a transmitirem um percentual de filmes nacionais. Tínhamos uma determinação como essa no Brasil, mas nunca imaginei que chegaria o dia em que a França teria que ter também um projeto com esse teor. Assisti a aprovação de uma lei francesa que dispunha sobre o percentual de músicas francesas nas rádios nacionais, caso contrário a música americana promoveria uma lavagem cerebral.

E a Assembléia francesa está debatendo o fato de as expressões em inglês estarem substituindo os tradicionais termos e frases em francês nos nomes de lojas, boates e até mesmo nos livros.

Se na França, berço do mundo, berço da civilização, está acontecendo isso, devemos prestar atenção. Acredito que V. Exªs devem comandar, devem buscar uma orientação no mundo no sentido da diversidade. Os americanos são importantes? Sim. Viva a América! Mas a França tem o seu lugar. A Itália tem o seu lugar. Os vários países do mundo têm o seu lugar. E a política, a cultura, a música devem ser diversificadas e não assumirem uma só direção, como está acontecendo atualmente.

Nós os saudamos e nos solidarizamos com a posição da França nessa questão. Inclusive, lamentamos a retirada do francês dos concursos para ingresso no Itamaraty. O francês sempre foi língua oficial para a carreira diplomática. Para ser diplomata brasileiro, o candidato deveria dominar o espanhol, o francês e o inglês. Retiraram o francês dos concursos, em uma demonstração de que agora basta saber o inglês. Aqui em Brasília muitos têm orgulho de dizer, filhos de ricos, filhos de gente importante, que vão para uma escola onde estudam em inglês. O ritmo é de escola americana, e eles praticamente conhecem as histórias americanas, a vida americana. Isso acontece numa escola de Brasília.

Minha saudação, meu abraço e meu respeito! Tenho esperança de que, na velha e tradicional França, assim como em todo tempo nasceram as grandes idéias libertárias, surja agora uma insurreição no sentido de se dizer: "Vivam os Estados Unidos! Viva a cultura! Viva o progresso! Viva o desenvolvimento! Viva a tecnologia feita por eles para o seu próprio país e para o mundo!". Mas vamos ver um velho império romano dominando o mundo de uma maneira muito pior, porque, à época, o Império Romano exercia o seu domínio, mas, apesar de seu poderio, não dominava a mente, porque não havia televisão e rádio. Não havia a dominação humana total, em que os princípios de uma entidade praticamente lutam para não desaparecer.

Meu abraço muito cordial a V. Exªs.

Sr. Presidente, é com muito pesar que venho à tribuna hoje. Na sexta-feira e também na segunda-feira, fiz um apelo dramático ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Lamentavelmente, V. Exª não estava aqui. Sr. Presidente, V. Exª faz muita falta. V. Exª não pode ficar fora por uma semana. Não pode! Mesmo sendo feriado, V. Exª tem de vir aqui. Se não está aqui na sexta-feira, deve estar na segunda-feira; se não está aqui na segunda-feira, deve estar na sexta-feira. V. Exª não estava aqui na sexta-feira e nem na segunda-feira e fez falta! Se V. Exª estivesse aqui, talvez as coisas tivessem sido diferentes no que diz respeito ao Presidente da República.

Sr. Presidente, falei com dois amigos pessoais meus e do Presidente e tentei algo que me parecia muito importante. Penso que o Presidente teve uma atitude

correta e perfeita no momento em que demitiu o Ministro. O Presidente não tinha outra saída. Há momentos na vida em que não temos outra opção. Quando chama de covarde a política do Ministro da Fazenda, o Ministro não está chamando de covarde o Ministro da Fazenda, mas sim o Presidente da República.

Todos nós sabemos que o Sr. Malan não tem vida própria. O Sr. Malan não é como o Ministro das Minas e Energia que pode falar alto porque tem atrás dele o Sr. Antonio Carlos Magalhães; então, ele tem uma vida. Não pode falar alto como fala o Ministro dos Transportes, porque o Padilha tem atrás dele o PMDB. O Sr. Malan tem atrás dele o Presidente Fernando Henrique Cardoso. É o homem do Presidente! É o homem que, quando escolhido pelo Fernando Henrique para ser Ministro da Fazenda, trouxe para o Ministério... Trouxe não! Foi o Itamar Franco quem concordou com isso! E ele foi Ministro porque não estava ligado a banqueiro, à empresa, a nada! No Governo Itamar Franco – isso é muito importante -, pela única vez na história deste País, o Banco do Brasil, o Banco Central, o BNDES e a Caixa Econômica Federal não tiveram na presidência banqueiro, grande empresário ou alguém ligado ao setor internacional de finanças ou mesmo ao setor local. Como o Sr. Malan não era nada disso, o Sr. Itamar concordou com a sua escolha. Então, o Sr. Malan tem atrás dele o Senhor Fernando Henrique Cardoso.

Chamando um de covarde, chamou o outro também de covarde. Foi demitido, muito bem demitido. Fiz um apelo desta Casa – aliás, eu o fiz na mesma linguagem de V. Exª -, para que não se iludisse. O Sr. Clóvis Carvalho saiu por causa da linguagem que usou, pela agressão que fez. Mas há muita gente que concorda com praticamente tudo o que o Sr. Clóvis Carvalho disse, à exceção disso.

A tese do desenvolvimento é ridícula. Não dá para entender como os altos escalões da República ficam discutindo o óbvio. Há os que defendem a estabilidade, e há os que defendem o desenvolvimento. Como é que há desenvolvimento sem estabilidade? Como é que há estabilidade sem desenvolvimento? É claro que há o tom, o **plus**, o mais, o menos. O Sr. Ministro da Fazenda quer desenvolvimento, mas não um desenvolvimento aberto, aéreo, irresponsável. S. Exª quer um desenvolvimento graduado, ou seja, quer garantir a estabilidade e buscar o desenvolvimento. Outros acham que o Sr. Pedro Malan está exagerando, graduando demais, agindo devagar demais e que ele deve arrojar um pouco mais; querem, com isso, um desenvolvimento mais avançado. É essa a discussão.

O Governo Sarney – V. Exª, como eu, foi Ministro – tinha competência para fazer isso. V. Exª sabe disso. De um lado, o Francisco Dornelles e, principalmente, o Dilson Funaro, ex-Ministro da Fazenda, queriam crescer, desenvolver e expandir com suas propostas, mas, de outro lado, o Ministro do Planejamento João Sayad dizia: "Devemos ter controle. Vamos devagar. Não é bem assim. Temos de pensar duas vezes". E o Presidente José Sarney, com muita competência, ouvia ambos. Participei de reuniões onde os dois estavam presentes. O Presidente deixava o Funaro falar que tinha que fazer isso e aquilo. E aí entrava o Sayad, mais tímido e introvertido – enquanto o Funaro era excepcionalmente extrovertido -, e dizia: "Olha, eu acho que o Funaro está bem, mas não pode ser tanto assim. Devemos ter controle". Mas isso acontecia dentro do Governo. Esse debate era feito internamente. Não havia manchetes em relação a isso. Nos jornais da época, não há qualquer acusação por parte do Sr. Sayad contra o Sr. Funaro ou vice-versa. O ridículo não é a discussão; o ridículo é o debate vir a público.

Sai o Sr. Clóvis Carvalho, que nunca deveria ter entrado. Pensou-se que havia uma unanimidade. Neste Brasil, há duas unanimidades. Uma delas é a que diz respeito ao fato de que o Senhor Fernando Henrique é um homem sério; diga o que se disser dele, mas não se pode inventar que o Senhor Fernando Henrique Cardoso não é um homem de bem, um homem digno, um homem correto. A outra unanimidade gira em torno de que ninguém gostava do Sr. Clóvis Carvalho, que saiu e não deixou saudade.

Eu dizia desta tribuna: "Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, pense! Medite a respeito do nome que Vossa Excelência vai escolher, pois essa escolha é muito importante. Será o nome mais importante que Vossa Excelência vai escolher neste seu segundo Governo. A escolha desse nome vai dar a caracterização, a orientação do seu Governo".

Sua Excelência lançou um plano de metas, o Plano Plurianual, e deu-lhe o nome pomposo de "Avança Brasil!", porque o nome "Brasil em Ação" já estava desgastado. Mas o "Avança Brasil!" é o Plano Plurianual, é um projeto, é uma proposta, é uma carta de intenções que envolve um montante de R$1,1 trilhão. Onde está esse dinheiro? É o dinheiro público, o dinheiro dos Estados, das prefeituras e da iniciativa privada. Pergunta-se: vai ser garantido? Vem o Dr. Pedro Malan e diz: "Depende das crises, depende disso, depende daquilo". Haverá um crescimento, no próximo ano, de 4% e, nos dois anos seguintes, de 6%. Pergunta-se novamente: é garantido? Responde

o Sr. Pedro Malan: "Se não houver nenhuma outra crise como a da Rússia, como a da China ou como a do Japão, se não houver nenhuma outra crise, pode ser que sim". Vão ser criados 8,5 milhões de novos empregos? Esperamos que sim.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só um minuto, Senador Roberto Requião.

O plano do Senhor Fernando Henrique é um plano de intenções que não tem o mesmo peso do primeiro. Todos se lembram dos "cinco dedos das mãos". O Senhor Fernando Henrique ganhou as eleições quando disse que, em seu Governo, daria prioridade à agricultura, à saúde, à educação, à moradia e ao bem-estar social. Ali estava a credibilidade do Presidente. Hoje "os cinco dedos" estão ali, e não dá para esconder nenhum, porque nenhum desses problemas foi resolvido.

O primeiro plano, o "Brasil em Ação", passou e não se sabe para onde foi. Agora vem o segundo plano, e Sua Excelência está com a credibilidade no chão.

Eu dizia: "Senhor Presidente, Vossa Excelência deve escolher um nome que tenha credibilidade, que seja aceito. No momento em que Vossa Excelência decidir quem será o novo Ministro do Desenvolvimento, tanto no Rio Grande do Sul, como no Rio Grande do Norte, deverão conhecer esse nome. Deverão dizer: "Que baita nome ele escolheu! Esse é o nome!". Aí Sua Excelência escolhe o Sr. Alcides Lápias. O nome dele é Lápias, não é?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Tápias.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tápias. Eu preferia que fosse Lápias, porque Tápias lembra tapear. Mas o nome é Tápias. Vamos deixar claro. Taquigrafia, atenção: acento no primeiro "a". O nome é Tápias. Peço que a Taquigrafia não esqueça isso, para não me deixar mal. O acento é no primeiro "a". O nome é Tápias, e nele não há um "r".

Eu não sabia quem era o escolhido.

E sou brindado hoje com o editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**. Ah, Sr. Presidente, que saudade do nosso velho **Estadão**! Que saudade do tempo em que pai e filho estavam vivos! No tempo de Júlio de Mesquita Filho, havia uma linha reta. Podia-se discordar, mas tinha de se aplaudir.

Eu levei o **Estadão** pelo Rio Grande afora na época do regime militar. Aprendi a cozinhar com as "Receitas de Dona Benta" e reli Camões nas páginas censuradas do jornal, onde eram publicadas mensagens. Nunca me esqueço de uma palestra de Carlos Chagas, na Assembléia Legislativa, cercada pelo Exército, onde ele nos mostrou uma série dos originais do **Estadão** que não tinha saído por causa da censura. Mas eles publicavam e imprimiam, e, depois, o censor retirava.

O **Estadão** me coloca numa posição de ridículo, de grotesco. Tenho muito respeito por esse cidadão do **Estadão**, mas acho que ele não está à altura daquele jornal. O jornal é muito maior que esse jornalista, que não sei quem é. Em primeiro lugar, ele mente quando diz que penso que é melhor que não seja político. É mentira! Em nenhum momento, afirmei que o cidadão deveria ser político. Até deixei claro que poderia até não ser político. Poderia ser ou não político; essa deveria ser uma escolha pessoal do Presidente. Diz ele que quero deixar uma reserva para os políticos, porque dei a entender que só os políticos é que são competentes e que devemos deixar esse cargo para os políticos e não para um técnico, como está aqui. Mentira! Ele faltou com a verdade.

É dito: "A percepção é a de que o Governo é, antes de tudo, uma reserva de mercado de trabalho para políticos profissionais, chamados a ocupar os postos de primeiro escalão do edifício administrativo. (...) Tão arraigada é a expectativa segundo a qual o mandatário comporá sua equipe, em estrita obediência a esse modelo corporativo, que, a cada indicação discrepante, tem um protesto".

Ele diz que os meus discursos são hilariantes, que ele ri muito e que sou uma figura folclórica. Não sei. Considero-me uma figura que diz o que pensa. Falo do meu jeito, falo com o coração e com a minha alma. Se esse cidadão me conhecesse, ele iria verificar, em primeiro lugar, que não sou político profissional, embora esteja na política há 40 anos. Deixei de ocupar vários cargos, inclusive em Ministérios, por decisão pessoal. Eu poderia ter permanecido por mais cinco anos como Ministro do Presidente Sarney, mas saí no primeiro ano para buscar o mandato popular. Poderia ter sido Ministro do Sr. Itamar, mas recusei o convite e, a muito custo, aceitei ser Líder, porque eu tinha coordenado e comandado, junto com outros companheiros, a CPI do **Impeachment**. Eu não queria que, na minha biografia, ficasse consignado que ajudei a derrubar o Sr. Collor e que, depois, vim a ocupar o Ministério que o substituiu. Fui convidado pelo Senhor Fernando Henrique, no início do seu mandato, para ser Líder do seu Governo, mas recusei o convite, porque sabia que não me identificaria com o tipo de política e de alianças que ele havia feito.

Não, meu senhor! O senhor se ilude a meu respeito. Tenho idéias, pensamentos e uma maneira de

ser. Meu senhor, a minha discordância em relação à escolha do Sr. Tápias é diferente daquilo que o senhor está salientando. Penso que, para essa posição, o Senhor Fernando Henrique deveria escolher um nome de repercussão nacional, um homem que tivesse credibilidade e respeitabilidade nacionais.

Dei um exemplo. O Ministro da Fazenda do Governo Itamar, Eliseu Resende, daquela tribuna, respondeu ponto por ponto à reportagem da revista **Veja** que criticava a sua honra e contava uma série de fatos a seu respeito. E S. Exª se saiu muito bem, teve o aplauso do Senado. Nós festejamos. E estávamos festejando quando, na segunda-feira, a revista **Veja** publicou outra edição, com nova capa e nova reportagem, contando outros fatos. Às nove horas da manhã, o Sr. Eliseu, o Presidente e eu estávamos no Palácio. O Presidente, fanatizado, dizia que ele tinha de ficar, que isso não tinha significado algum e que era preciso responder. E o Presidente se surpreendeu quando o Sr. Eliseu aceitou o debate que estávamos travando. Achei que ele deveria renunciar, porque ele não poderia passar o tempo todo mostrando que era honesto. A URV, precursora do Plano Real, tinha que ser tocada, e estávamos patinando há três meses. Eliseu Resende teve a grandeza de renunciar. E ficamos sem ele.

E o Sr. Itamar, o bronco, o que não tem curso superior e pós graduação em universidades no exterior, teve a visão de não escolher um economista ou um executivo de uma empresa paulista para ser Ministro da Fazenda naquela época. Ele escolheu um cassado, um sociólogo, uma pessoa que tinha se lançado na vida pública nos palanques de beira de fábrica, com o Lula candidato ao Senado da República contra o Montoro. Ele escolheu o Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Na hora em que ele me falou, quando estávamos no Palácio, não entendi. "Eu vou colocá-lo" – disse ele. Convidou, então, Fernando Henrique, que, apavorado, disse que não aceitava e que viria a Brasília. Conversou com sua mulher, que sugeriu que ele não aceitasse ao convite de jeito nenhum. No dia seguinte, nas manchetes de todos os jornais, foi publicado que ele tinha aceitado o convite. Ele foi nomeado Ministro sem ter dado a resposta. Itamar o nomeou. A empresa paulista ficou de olhos arregalados. A imprensa não entendeu. Um sociólogo de esquerda? Pois foi escolhido Fernando Henrique!

Dizia eu, desta tribuna, Sr. Presidente: o Sr. Itamar teve a competência de, naquela hora tão importante e vital, em que a URV estava dando certo e em que se ia avançar para o Plano Real – era necessário alguém que desse credibilidade ao Plano -, nomear o Fernando Henrique! Ele não foi buscar banqueiros ou empresários importantes de São Paulo.

Então, por que o Senhor Fernando Henrique, no momento em que seu Governo está com o mais baixo índice de popularidade, não faz algo semelhante?

Agora, Sua Excelência está convocando os Ministros para a guerra! Estou assustado, Sr. Presidente. Guerra contra quem? Que guerra é essa de que Sua Excelência está falando? "Vamo-nos preparar para a guerra!" Se a guerra é para calar a boca, Sr. Presidente, que se coloque esparadrapo.

Nesta hora em que o Presidente da República está preocupado com a arrancada para não perder mais tempo, eu disse desta tribuna, na segunda-feira: "Presidente Fernando, se o Itamar, que não tem a sua visão, escolheu V. Exª; V. Exª que é um homem de imensa visão..."

Está certo, Sr. Presidente, acho que o Presidente Fernando Henrique deve pensar o seguinte: "Mas não há um outro como eu. Igual a mim não há. Com a minha capacidade, com a minha competência, com a minha genialidade não há outro." Mas não precisa ser igual a Sua Excelência; que seja 50%, Sr. Presidente. Não precisa ser 100% igual. Fernando Henrique pensou, refletiu, analisou: "Igual a mim não há. O Itamar fez porque eu estava sobrando, mas agora não há alguém sobrando." Por amor de Deus, Sr. Presidente, por amor de Deus!

O Itamar teve o ato de arrojo de, sem pedir, nomear o Senhor Fernando Henrique, que estava lá no Japão, e o Senhor Fernando Henrique escolhe o Sr Tápias. Sr. Tápias – credencial primeira: começou como contínuo e foi a vice-presidente do Bradesco. Emocionante, não há dúvida alguma! Um gesto que merece respeito, daquelas pessoas que começam do nada e chegam lá em cima. Sempre me lembro de uma figura máxima nesse sentido, que foi Onassis. Ele começou, vindo da Grécia, às margens do Tigre, na Argentina, ajudando os marinheiros, pegando restos de cigarro e fazendo cigarro novo, que lhes vendia. Economizou, comprou a primeira barca, comprou a segunda barca, comprou a terceira barca, e terminou sendo o mais importante homem do mundo, em seu segmento. Grande nome.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – (Faz soar a campainha).

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço um pouco mais de tolerância. Só um pouquinho. Obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Exª um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já. Primeiro o do Requião, e já lhe darei o aparte.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – Depois, eu gostaria de merecer um aparte de V. Exª.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Também estou inscrito para um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – São muitos os aparteantes. Pediria, não somente aos aparteantes como ao orador, que fossem sintéticos tanto o aparte quanto a resposta, porque existem outros oradores.

Aproveito a oportunidade para dizer que aqueles que participam de Comissão estão liberados para ir a ela.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sairei daqui e irei à Comissão, Sr. Presidente, como fiz ontem, o tempo todo, até às 21 horas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – É que eu já teria que acabar agora, mas não posso acabar com V. Exª na tribuna.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado. Agradeço a gentileza de V. Exª. Sei que é do fundo do coração essa sua sinceridade. Muito obrigado.

Olha, claro que tem valor! Sabe-se lá o que é entrar como contínuo e terminar vice-presidente de banco? Largar o banco, o maior banco privado do Brasil, ir para a Camargo Corrêa, a maior empreiteira nacional, e ser presidente? É um baita cara. Por amor de Deus, é um baita cara! Não tenho coisa alguma contra sua dignidade, acho-o muito competente.

Com relação ao Bradesco, tem que falar desta tribuna o Senador Requião, que foi Relator da CPI dos Precatórios. A CPI teve coragem, graças ao Senador Requião, de denunciar Governador, Prefeito, entidades e o próprio banco Bradesco, mas ficou tudo na gaveta do Procurador. À época em que esses fatos aconteceram, existia a "corrente da felicidade", de que fala o Senador Requião. Fortunas andando; o primeiro da cadeia não tinha um tostão, o segundo também não, nem o terceiro, porque lá na ponta, para receber, estava o Bradesco. Esse é um fato muito grave. Eu pertencia à CPI, e disso o Senador Requião vai falar.

Agora, ele está lá na Camargo Corrêa. Tenho recebido várias manifestações. Ele explodiu a Camargo Corrêa em desenvolvimento. Há um Senador importante de São Paulo, e não é o Suplicy, que diz que, hoje, 80% do PIB brasileiro andam por estradas que estão sob o controle da Camargo Corrêa, sob a coordenação desse cidadão. No setor elétrico, a Camargo Corrêa entrou com dinheiro do BNDES, e esse é o cidadão que o coordenou.

Votamos o imposto sobre cheque. Foi uma luta tremenda, mas o imposto foi aprovado. Aprovado o imposto sobre cheque, a Febraban entrou em juízo, discutiu, debateu, questionou. O presidente da Febraban era o Sr. Tápias.

Na hora de fazer a fiscalização – e ainda ontem repetiu-nos isso o Secretário da Receita, Sr. Maciel -, a Receita queria saber: "O Sr. Pedro Simon, pagou tanto de imposto sobre cheque. De onde é? Pagou em tal lugar." A Febraban do Sr. Tápias entrou em juízo e esse nosso querido Supremo, Sr. Presidente, tem algumas decisões fantásticas.

O Supremo decidiu que a Receita não pode saber. O homem do Bradesco sabe, um funcionariozinho de terceira categoria do Bradesco sabe quanto eu paguei, onde dei e quais são os meus cheques, onde estão, onde não estão, o que se faz, mas a Receita não pode saber. Ela só diz o seguinte: o Pedro Simon ganhou tanto e pagou tanto. Mas de onde veio é proibido.

Esse é o homem que, agora, vem para o lado de cá. Aí, dizem: "Mas também criticaram muito o atual Presidente do Banco Central e olhem que ele está dando certo." Eu acho que ele está dando certo. Não nego o que se dizia do Presidente do Banco Central, que foram pegar o braço direito de um megaespeculador para ser Presidente do Banco Central. Até alguém, que não sou eu, disse que era o mesmo que chegar na Rocinha e pegar o homem que comanda o tráfico de drogas para ser chefe de polícia. Mas, de certa forma, houve lógica, porque esse cidadão conhece tudo sobre especulação e está cuidando da especulação. Ele está no seu setor, mas do outro lado. E se está agindo do outro lado, e está indo bem, repito, tudo bem.

Agora, não me parece que o Sr. Tápias foi convocado para uma posição dessa natureza. Ele foi convocado para ser o algodão de cristal, para mostrar ao Sr. Malan, como disse o Sr. Antonio Carlos Magalhães – e disse muito bem -, que S. Exª não é um vitorioso, que ganhou mas não levou; que, pelo contrário, está numa situação delicada, agora. Caiu um, caíram dois, caíram três. S. Exª é o tal? Não é bem assim. Volto a repetir: há muita gente que discorda do discurso do Clóvis, discorda da gravação, do debate que fez o Ministro anterior com o Banco Central, num envolvimento que não era próprio de Ministro, mas muita gente adota a tese de que o Brasil deve crescer. Então, tem esta: o Sr. Malan: super; o Senhor Fernando Henrique na questão de não saber dizer

"não"...Olhe, Sr. Presidente, vou contar a V. Exª a seguinte situação: fui Líder do Governo. E hoje posso citar uma das causas da grande vitória do Senhor Fernando Henrique Cardoso. Sua Excelência era Ministro da Fazenda, e o Sr. Itamar Franco, Presidente da República. O que acontecia é que o Senhor Fernando Henrique Cardoso, com a sua equipe, debatia, demonstrava, apresentava teses e propostas que davam certo e errado. S. Exª falava. Quando dava errado, quando as coisas não davam para ser, quando tinham que mudar, quando S. Exª dizia "sim" - como hoje Sua Excelência diz "sim", lá pelas tantas vemos que o "sim" não é "sim" -, S. Exª chegava lá para o Itamar: "Itamar, você vai dizer "não"." Não, mas o Fernando Henrique era o Ministro da Fazenda! Vinha uma pessoa interessada: "Mas o Ministro da Fazenda me disse que "não"!" Era uma das coisas que o Itamar mais gostava: dizer "não" quando Fernando Henrique já tinha dito "sim", de acordo com o próprio Fernando Henrique. É o que está faltando agora para o Senhor Fernando Henrique. Está faltando alguém que fale depois de Sua Excelência para dizer "não". Deus me perdoe, mas não sei se o Senhor Fernando Henrique não nasceu para ser o maior "segundo" que o mundo já teve! Mas como primeiro, para dar a última palavra, eu não sei...Se Sua Excelência é assim, se é difícil para Sua Excelência dar a palavra final, Sua Excelência teria que colocar ali alguém que fizesse esse jogo, alguém que tivesse essa capacidade, alguém que tivesse essa competência e, principalmente, se o Sr. Malan está dizendo que temos que crescer devagarinho, porque não há dinheiro, tem que selecionar esse desenvolvimento. Vamos crescer onde? Penso, Sr. Presidente, que vamos crescer na agricultura, na agricultura familiar, vamos plantar — não apenas como diz o Governo, para exportar — para exportar também, mas vamos plantar para os trinta milhões de brasileiros que estão passando fome. Vamos iniciar um plano de moradia popular, Sr. Presidente. V. Exª apresentou um plano, que estamos debatendo lá na Comissão, a respeito do combate à fome. Que coisa melhor para combater a pobreza que produzir alimentos para o povo! Iniciar um plano de moradia popular, onde a prefeitura entra com o terreno; o Estado, com a infra-estrutura; e a União, com o dinheiro, para que, na mão-de-obra em forma de mutirão, seja feita a construção! Vamos criar um banco popular para auxiliar! Um banco que dê dinheiro - cinco, dez, quinze mil reais - para aquele que hoje não é nada, que não existe, de repente ele possa ter a sua cozinha semi-industrial, poder fazer alguma coisa, ter um emprego. É por aí que tem que ser!

Agora, o Sr. Tápias, Sr. Presidente, o Sr. Tápias, com todo o respeito – ele tem 35 anos de banco –, com 35 anos de banco, o que ele entende é de colocar dinheiro e ganhar juros. Daí ele foi para uma empreiteira. Na empreiteira o que se sabe fazer é bastante obras para cobrar e pegar o dinheiro do Governo. Qual é a sensibilidade social que ele tem? Qual é a experiência que ele tem para olhar uma hora como esta? Se tivéssemos "as burras cheias", Sr. Presidente, se estivéssemos cheios de dinheiro, a hora é de aplicar, vamos gastar, o Sr. Tápias era o homem formidável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Pedro Simon, pediria a V. Exª que encerrasse, pois V. Exª já ultrapassou o seu tempo em 20 minutos. Eu realmente ficaria mal com os outros Parlamentares quando S. Exªs quisessem se estender no tempo.

Claro que o discurso de V. Exª está agradando ao Plenário, mas se V. Exª puder contribuir com a Mesa, eu o agradeço

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já estou encerrando, Sr. Presidente. Palavra que eu encerro.

Mas em uma hora como esta, em que o Governo vai ter que medir, o Senhor Fernando Henrique tem que entender isso: Sua Excelência vai ter que medir onde irá fazer o desenvolvimento. Contamos com o Presidente do Senado, que lançou uma Comissão, que é unanimidade no Congresso, onde estamos debatendo, dia-a-dia, onde é que devemos atuar, qual é o projeto, qual é a idéia, qual é a proposta que podemos fazer na busca de algo no sentido da erradicação da miséria.

O Sr. Tápias, me perdoe, Sr. Presidente, foi muito infeliz o Presidente. Quem diria, Presidente? O Sr. Itamar Franco, rústico – agora é fácil -, mas teve a visão de ver no Fernando Henrique uma pessoa que todos achavam – no Itamaraty estava bem: gosta de viajar, fala várias línguas, etc -, mas não passava pela cabeça de ninguém o Fernando Henrique na Fazenda. E ele o nomeou. E o Senhor Fernando Henrique, que já é Presidente, não é o Itamar, é ele, que já tem um bom Ministro da Fazenda, que é o Malan, na hora de escolher uma pessoa para essa missão, escolhe o Sr. Tápias, que tem um mérito: é seu amigo, da sua cota pessoal.

Sr. Presidente, acho que deveríamos baixar, aliás, pretendo apresentar uma lei dizendo que Presidente da República não tem cota pessoal de Ministro. Isso é um absurdo, Sr. Presidente! Deve ser indicado alguém de capacidade, de competência, ligado a partido, à indústria, ao comércio ou a onde quiser. Mas olha,

esse Senhor Fernando Henrique tem sido incompetente em sua cota pessoal! E é o Eduardo Jorge...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Pedro Simon, o tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço, Sr. Presidente. Peço desculpas por ter me alongado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder, apenas para fazer algumas considerações sobre o discurso do Senador Pedro Simon, assumindo o compromisso de ser bastante rápido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª tem a palavra, como Líder do Governo.

A Senadora Marina Silva fará uma comunicação inadiável, e o Senador Maguito Vilela está inscrito.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu caro Senador Pedro Simon, gostaria de, rapidamente, em primeiro lugar, dizer que todas as informações do setor produtivo sobre o Dr. Alcides Tápias revelam tratar-se de um homem que vem de uma escola de austeridade, tem excelente reputação, é um homem competente e tem interlocução com o setor produtivo. E, embora o Senador Pedro Simon não deseje me ouvir, eu diria, Senador, que é fundamental que tenhamos, no critério de julgamento das pessoas que fazem vida pública – e lhe agradeço pela atenção –, e V. Exª mais experiente sabe disso, o cuidado de julgar as pessoas pelos atos, pela sua vida, e não pelos lugares em que trabalhou. Não julgo ninguém bom ou ruim porque é político ou porque é empresário. Há bons e maus políticos. Há bons e maus empresários.

Mas vamos assistir ao desempenho do Dr. Alcides Tápias. Espero que ele dê conta, com a reputação que tem, de ser uma interlocução com o setor produtivo e de cumprir o desafio de fazer desenvolvimento com estabilidade. É um desafio próximo, desses que V. Exª enfrenta todos os dias, ou seja, falar coisas sérias com bom humor. E eu, não só como seu amigo, seu admirador, seu Colega de Senado, reconheço que V. Exª tem dado conta desse desafio, difícil, porque, muitas vezes, no limite, mas V. Exª, com a inteligência e formação que tem, tem-se saído muito bem.

Senador Pedro Simon, a guerra a que se referiu o Presidente, não é guerra contra ninguém; é uma guerra a favor do Brasil; é uma guerra de quem acredita neste País, e que ao invés de ficar choramingando pelas dificuldades, sabe que o País desmentiu os pessimistas, levou um "soco na boca do estômago" com a crise econômica internacional, recuperou-se, já tem índices de desempenho muito melhores do que os analistas econômicos imaginavam, e há um cenário econômico à nossa frente com crescimento possível de 4% do PIB, com uma inflação inferior a 6%, desde que digamos "não". E o Presidente tem dito "não" até quando quem sugere é o seu amigo mais próximo. "Não" ao populismo; tem dito "sim" à persistência, ao caminho da responsabilidade fiscal, único caminho que pode gerar um desenvolvimento sustentado.

V. Exª foi Líder, V. Exª é um Parlamentar experiente, e se lembra, como Ministro, como Líder, do falso desenvolvimento: daquele que laçava boi no pasto, que congelava poupança, que confiscava, que gerava grandes expectativas para depois gerar grandes frustrações. Não é esse o desenvolvimento que desejamos.

Se V. Exª tivesse falado ontem, antes da reunião ministerial, diriam, com justiça, que as decisões firmes do Presidente, como a de destinar R$2,4 bilhões de crédito para construção da casa própria e os R$1,75 bilhões para financiamento da safra, disponíveis no Banco do Brasil para o mês de setembro, teriam ocorrido por causa de seu discurso.

Dessa vez, graças a Deus, V. Exª falou um dia depois. Caso contrário, Senador Pedro Simon – e falo carinhosamente não como Líder do Governo, função temporária, transitória, como bem sabe V. Exª, e sim como seu admirador -, o risco que V. Exª corre com esse seu discurso tão veemente e tão afirmativo é como aquele que correu Chico Buarque durante o regime militar: quando interrogado a respeito da música Amanhã Vai Ser Outro Dia. Perguntavam-lhe os inquisidores o que ele queria dizer com "amanhã vai ser outro dia". Ele contou a seguinte história: havia um galo que acreditava piamente que sol nascia quando ele cantava. Todos os dias ele acordava cedinho, ainda escuro, cantava, e o sol nascia. Eis que um dia, ele se apaixonou por uma galinha do terreiro vizinho, pulou a cerca, teve uma noite de amor e, no outro dia, quando acordou, o sol já tinha nascido.

Espero sinceramente, Senador Pedro Simon, continuar contando com seu espírito crítico – críticas construtivas, reconheço – mas espero que, assim como muitos de nós erramos no julgamento, àquela época precipitado, sobre Armínio Fraga, que está tendo a coragem de enfrentar a corporação do Banco Central, diminuindo compulsórios e fiscalizando bancos; que está conseguindo diminuir os juros, o seu prejulgamento em relação ao Dr. Alcides Tápias seja desmentido por ele mesmo. Ninguém mais tem condições de fazer isso. E digo mais a V. Exª: essa é a chance da nossa geração.

Na década de 70, havia desenvolvimento com descontrole da economia. No final da década de 80, fez-se estabilidade sem desenvolvimento. Essa não é a chance do Presidente Fernando Henrique Cardoso nem do Governo; é a nossa chance de mostrar ao País e ao mundo que é absolutamente compatível fazer desenvolvimento com responsabilidade fiscal e com estabilidade.

Agradeço a V. Exª.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Exª me permite um aparte, Senador José Roberto Arruda?

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Mesa informa ao nobre Senador Edison Lobão que, no período de comunicação de liderança, não é permitida a concessão de apartes.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Lamentando não poder ouvir o aparte do Senador Edison Lobão, agradeço.

Durante o discurso do Sr. José Roberto Arruda, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Está inscrita antes de V. Exª a Senadora Marina Silva, a quem eu concedo a palavra para uma comunicação de liderança por cinco minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Perfeitamente.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar em nome da Liderança do PPB. E solicito um esclarecimento: a Senadora Marina Silva vai falar em nome do Bloco?

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Senadora Marina Silva vai falar como Líder do Bloco.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, esclareço a V. Exª que usarei da palavra na sessão de hoje por permuta com o Senador Jefferson Péres, o que comuniquei ao Presidente da Mesa, Senador Antonio Carlos Magalhães. No entanto, creio que a Secretaria não informou esse fato a V. Exª quando assumiu a presidência.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Mesa comunica a V. Exª, Senadora Marina Silva, que, de acordo com entendimento entre a Mesa e as Lideranças partidárias, o período destinado à Ordem do Dia da presente sessão será aproveitado para o funcionamento das Comissões Técnicas. Neste momento, funciona a Comissão de Educação.

Desse modo, após a manifestação dos oradores inscritos para falar em nome das suas respectivas Bancadas e o pronunciamento do Senador Maguito Vilela, a Mesa encerrará a sessão, como aconteceu na tarde de ontem, quando o Presidente da Mesa, Senador Antonio Carlos Magalhães, encerrou a sessão para que as Comissões se reunissem normalmente, em atenção ao acordo das Lideranças com a Mesa Diretora.

Assim, V. Exª terá oportunidade de falar como Líder da Bancada e não em substituição ao Senador Jefferson Péres.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, da mesma forma, o Partido da Frente Liberal solicita inscrição para pronunciamento de sua Liderança após os já inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Tem a palavra a Senadora Marina Silva como Líder do Bloco da Oposição, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Presidente da Mesa, Senador Antonio Carlos Magalhães, determinou ontem a votação, na sessão de hoje, do requerimento para que o Senado Federal aprecie e vote a mensagem da Assembléia Nacional Portuguesa referente ao Timor Leste. De modo que, antes de encerrar a sessão, V. Exª colocará em votação o requerimento. Foi o que entendi.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Eminente Senador Eduardo Suplicy, a Mesa está aguardando apenas o relatório sobre os requerimentos que se encontram sobre a Mesa, a fim de colocá-los em votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Na sessão de hoje ainda?

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Na sessão de hoje, antes de encerrá-la.

Com a palavra a Senadora Marina Silva, como Líder.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveitando a indagação do Senador Eduardo Suplicy, refiro-me ao conflito a que hoje estamos assistindo com muito pesar, após o plebiscito que deu vitória ao povo timorense em relação à sua liberdade. A vitória

ocorreu com 78,5% de votos a favor da autonomia, liberdade e independência do Timor Leste contra 21,5% dos votos favoráveis à autonomia provincial daquele país – já o chamo de país, profetizando, se Deus quiser, a sua independência.

Os conflitos que se desencadearam a partir do plebiscito são estarrecedores. Os meios de comunicação têm noticiado todas as atrocidades que ali vêm ocorrendo. Mas de mil pessoas já foram assassinadas após o plebiscito, inclusive jornalistas. O Bispo Carlos Ximenes Belo, Prêmio Nobel da Paz, teve que se evadir cladestinamente para a Austrália, usando nome falso. Só assim pôde proteger-se após a invasão de sua casa. Vários Srs. Senadores ontem se pronunciaram a esse respeito.

Temos aqui vários requerimentos, entre eles o de voto de censura encaminhado pelo Senador Tião Viana e o do Senador Eduardo Suplicy, ao qual S. Exª se referiu agora, no sentido de que o Congresso Nacional Brasileiro, no caso o Senado Federal, acolha as recomendações enviadas pelo Presidente da Assembléia da República de Portugal, para que o Brasil assuma uma posição frente a essas atrocidades.

E o que estamos sabendo hoje, Sr. Presidente, é que os Estados Unidos resolveram que, nesse episódio, eles não serão o xerife do mundo, não serão a polícia do mundo ou a salvaguarda do mundo, como gostam de se autodenominar. E sabemos que essa pseudoposição de altruísmo, ao renunciar ao seu poder, tem outro nome: omissão. Talvez mais do que omissão, isso se chama posição; posição de colocar acima da vida humana, da solidariedade, da ética, da justiça e da liberdade os seus interesses geopolíticos. Nesse momento, eles demonstram seu posicionamento: a de serem uma força que interfere ao seu bel-prazer, quando bem entendem. E a humanidade está a exigir a solidariedade de quem pode prestá-la de fato e não apenas o enternecimento, a indignação, não apenas o que cada pessoa pode sentir quando assiste cenas degradantes da condição humana e da violência que ali vem sendo praticada, mas de quem pode, efetivamente, fazer alguma coisa, como o envio da Força de Paz que a ONU pode mandar e da qual o Brasil deve participar, até porque temos uma identificação histórica, temos uma identificação com a língua falada. Um jornalista português, Aurélio Moreira, escreveu que os jornais brasileiros estão dando muito pouca informação, estão dando pouca visibilidade às atrocidades que estão ocorrendo no Timor Leste. Lá, as pessoas que estão sendo massacradas e assassinadas, quando sentem a dor, falam e gritam em língua portuguesa. Algumas foram assassinadas e morreram rezando o Pai Nosso em língua portuguesa. Isso já é mais do que suficiente para que o Brasil assuma uma posição em relação ao que está acontecendo no Timor Leste.

Sr. Presidente, como tenho apenas cinco minutos e muito do que iria dizer já foi dito por outros colegas, eu queria ressaltar também que medimos a grandeza do forte pela forma como ele trata o fraco. A Indonésia, a quarta população do planeta, com 210 milhões de habitantes, enfrenta o pequeno Timor Leste, em território, com uma população reduzida pelos massacres, e aí poderíamos, pelo olhar da aparência, dizer quem é o fraco nesta relação desmedida entre a força da Indonésia e o povo do Timor Leste. Se olharmos pelos olhos da aparência, vamos perceber que, talvez, por tudo que ali está acontecendo, pelas brutalidades, pelas perdas morais, físicas, culturais, humanas, pelas perdas que estão hoje sendo vivenciadas, principalmente no que se refere à insegurança em que as pessoas vivem, pelo medo de ser o que são, hoje, no Timor Leste, o fraco seria o povo timorense; mas, se olharmos pelos olhos do coração, da alma e da essência, poderemos perceber que fracos são aqueles que estão oprimindo esse povo, fraca é exatamente a Indonésia, porque ela talvez tenha perdido o elo com a humanidade, talvez tenha perdido o elo com o seu semelhante e massacra aquele povo por interesses econômicos, talvez pelo petróleo existente no Timor.

Essa é a fraqueza do povo da Indonésia, e é contra essa fraqueza que o Brasil, como força concreta, tem que tomar uma posição, porque essa fraqueza pode nos fazer fracos também diante da nossa condição humana. Quando nos solidarizamos com o povo do Timor Leste talvez a solidariedade não seja apenas com o povo timorense. A solidariedade seja acima de tudo entre nós mesmos, porque se não formos mais capazes de nos indignarmos, se não formos mais capazes de nos revoltarmos com esse tipo de procedimento, estaremos perdendo o sentido da essência humana.

É por isso que as respostas que podem sair daqui, Sr. Presidente, são a aprovação pelo Congresso Nacional das singelas medidas que aqui estão postas, mas que têm um sentido e um significado político; são nas ações do Governo brasileiro, que não pode ficar perdido em palavreados diplomáticos e não assumir uma posição.

Fiquei feliz, hoje, ao ouvir do Ministro Lampreia que o Brasil assumirá uma posição caso a ONU mande uma força de paz. Mas é fundamental que haja uma pressão para que essa força de paz ocorra – pe-

las razões que falei anteriormente – e que os Estados Unidos, neste momento, coloque a defesa dos direitos humanos acima do seus interesses geopolíticos.

Sr. Presidente, como tenho apenas cinco minutos para fazer este meu breve pronunciamento, concluo dizendo também que nos enternecemos com o massacre que ocorre em outras regiões, a exemplo do que ocorreu em Kosovo. Mas, muitas vezes, temos os nossos pequenos Kosovos e os nossos pequenos Timor Leste, quando os índios são massacrados, as pessoas também são massacradas nas nossas favelas, e o nosso enternecimento, às vezes, não ocorre. Há uma posição de alheamento que não podemos permitir.

Em nome da solidariedade humana, da defesa dos direitos humanos, para não perdermos o elo com os nossos semelhantes e não afrontarmos o maior dos ensinamentos em todas as religiões que confessam a Deus, que é o amor, que façamos algo de concreto, pelo Congresso Nacional e pelo Governo brasileiro, em solidariedade a um povo que hoje se coloca, talvez, como um dos elos mais fortes da civilização, que não perdeu o sentido de vida na defesa da liberdade e na busca da felicidade. E por ser um país pequeno em tamanho e população, é grandioso pelo que representa como força humana e capacidade de ainda viver sonhos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio, pela liderança do PPB, por cinco minutos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fiquei bastante satisfeito com a forma como o Senador Pedro Simon se apresentou em plenário e muito mais ainda pela apresentação do Líder do Governo, Senador José Roberto Arruda. Mas, considero interessante fazer algumas considerações rápidas, porque, inclusive, o meu Partido, o PPB, que faz parte da base do Governo, de certa forma, foi citado.

Quero dizer ao Senador Pedro Simon que agora, daqui para frente, realmente viveremos entre Tápias e beijos. Vamos ficar com o Sr. Alcides Tápias, que, na verdade, é uma pessoa que tem o aval e que foi escolhida com a mesma intenção que teve o Presidente Itamar Franco ao escolher Fernando Henrique. Quem sabe também não estejamos escolhendo um novo Fernando Henrique nos nossos tempos.

É também interessante e importante colocar que o momento que vivemos, quando o Presidente fala em guerra, quando convoca os seus Ministros, sua base de Governo, a guerra é a guerra política. Estamos realmente num embate. A oposição tem se manifestado de forma contundente. É natural até. Vivemos um momento de campanha. E a guerra tem efeito figurado, com certeza.

É pena que o Senador Pedro Simon já tenha se retirado do plenário, mas amanhã estará aqui novamente para poder confirmar ou não o que ouvi hoje pela manhã. S. Exª disse que foi convidado para ser Líder do Governo, ainda no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique , e não aceitou porque ele era contra as alianças, ele discordava das alianças que o Presidente havia feito. Aí pergunto: é contra quem, o Senador Jorge Bornhausen, que é do PFL? S. Exª é contra o Senador Jader Barbalho, que é do PMDB, que também se aliou ao Presidente Fernando Henrique, agora principalmente, no segundo mandato? Ou S. Exª é contra o PPB, que agora está sendo dirigido e coordenado pelo Deputado e ex-Ministro Delfim Netto? Não entendi, realmente, a forma como o Senador Pedro Simon apresentou não somente a sua discordância, mas a recusa ao desafio de ser Líder do Governo porque discordava das alianças.

Deixo aqui a minha dúvida, e creio que da maioria das pessoas que ouviram o Senador Pedro Simon, hoje pela manhã, de que precisamos descobrir também se é do próprio partido a que S. Exª pertence, o PMDB, se é do PFL ou se pode até ser do pequeno PPB, com sua força maior na Câmara dos Deputados, por mais de 50 Deputados Federais, e aqui com os minguados três Senadores, mas que estão sempre na defesa dos interesses do Governo.

Aproveito o tempo, já que o tenho, para usá-lo como a Senadora Marina Silva o fez muito bem, para, falando em nome da liderança do meu Partido o PPB, fazer um registro em nome do Senador Jarbas Passarinho.

Durante a votação e a aprovação, por esta Casa, do projeto de lei que constará agora do plano de obras, a rodovia transoceânica ligando o meu Estado do Pará ao Estado do Maranhão por via litorânea, o Senador Ademir Andrade, no seu encaminhamento de votação, favorável ao projeto, fez referência ao Senador Jarbas Passarinho, dizendo que, à época em que era Senador dos governos militares e Ministro de Estado, S. Exª foi responsável pelo fechamento da nossa ferrovia, ligando a capital do Estado, Belém, à Bragança.

Na verdade, isso não ocorreu. Todos nós, paraenses, sabemos disso. Deve ter sido uma questão de memória ou alguma informação distorcida que entregaram ao Senador Ademir Andrade.

A modificação feita por meio do Plano de Viação de Obras, à época, pelo governo e apoiado pelo Senador Jarbas Passarinho, deveu-se à nossa ferrovia ser muito antiga, arcaica, de bitola estreita nos trilhos e de velocidade muito reduzida das locomotivas.

Então, a construção de uma rodovia moderna, que ligou a Capital do Pará à região do Salgado e, em especial, à Bragança, substituiu a ferrovia. É uma rodovia moderna, que está lá até hoje, tendo uma trafegabilidade muito maior. Os custos, na ocasião, foram menores, tendo em vista a condição do Governo Federal na construção de Brasília e principalmente da Rodovia Belém-Brasília, que ligou o norte do País ao sul e ao sudeste, pelo centro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos pela Liderança do PFL pelo prazo de 5 minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no horário reservado ao Partido da Frente Liberal para pedir a transcrição nos Anais desta Casa da carta enviada pelo Ministro Rafael Greca ao editor da revista **Veja**, em função da matéria publicada naquela revista e também dos pronunciamentos feitos na tarde de ontem nesta Casa.

Digo, antes de iniciar a leitura, Sr. Presidente, que conta o Ministro Rafael Greca, não apenas com a solidariedade irrestrita do Partido da Frente Liberal, mas – tenho certeza – com a admiração e o respeito da opinião pública nacional, pelo trabalho sério que está realizando à frente do seu Ministério.

> "Sr. Editor, a revista **Veja**, na matéria Bingo, Bingo!, publicada na edição de 08 de setembro de 1999, promove o meu linchamento moral sem a apresentação de fatos concretos contra a minha pessoa.
>
> A matéria sustenta que "ex-servidores denunciam fraude no Ministério do Esporte", mas não diz quem são os acusadores.
>
> Nada temo, a não ser o mal sem rosto.
>
> O curioso é que a insidiosa campanha de desmoralização e difamação veiculada pela mídia – na qual a revista **Veja** está sendo vítima de informantes de má-fé – estranhamente ocorre no exato momento em que este Ministério inicia um processo de aprovação de medidas saneadoras, moralizadoras e de transparência para o setor de bingos. Em favor do esporte brasileiro auto-sustentável, as medidas propõem o aperfeiçoamento da Lei Pelé e do decreto que a regulamenta.
>
> Já enfrentei situação semelhante quando, na Prefeitura de Curitiba, liquidei com quadrilhas de sonegadores, aumentando a arrecadação do município de R$17 milhões, em janeiro de 1993, para R$57 milhões, em 1996.
>
> Desde janeiro, quando assumi o Ministério do Esporte e Turismo, tenho feito tudo o está a meu alcance para enfrentar o problema e dar transparência ao processo dos bingos. Por isso, determinei estudos para aperfeiçoar a legislação, especialmente no que diz respeito ao setor de bingos.
>
> As regras atuais – tenho dito reiteradamente – impedem um controle eficaz do setor, não havendo condições de este Ministério saber quantos bingos funcionam no País e muito menos identificar as entidades desportivas beneficiadas e saber se os repasses legais de arrecadação estão sendo feitos devidamente.
>
> No dia 12 de agosto de 1999, finalmente conheci o inteiro teor da proposta de alteração da Lei Pelé, trazida pela Consultoria Jurídica deste Ministério, na presença de minha assessoria. No dia 20 de agosto, a proposta foi encaminhada, para análise, ao Palácio do Planalto junto com uma exposição de motivos.
>
> A proposta trata de dois assuntos básicos:
>
> **a)** impedir a formação de cartel na compra de times de futebol, adequando a legislação brasileira às regras da FIFA;
>
> **b)** regulamentação mais clara de funcionamento dos bingos (eventuais, permanentes e máquinas eletrônicas programadas).
>
> No que diz respeito aos bingos, a proposta cria uma série de mecanismos de controle, objetivando sempre a destinação dos recursos devidos para o desenvolvimento do desporto. Por isso, este Ministério sugere a centralização da fiscalização e do controle da arrecadação na Caixa Econômica Federal. Dentre as propostas sugeridas, está a adoção de cartelas com código de barras; o automático recolhimento dos 7% da renda do bingo à entidade desportiva be-

neficiada, em conta na Caixa Econômica Federal; recolhimento automático dos impostos. Sugere-se ainda a obrigação de os bingos ostentarem nas suas fachadas, salões, cartelas e máquinas eletrônicas o nome da(s) entidade(s) desportiva(s) a que serve(m). E mais: a empresa que realiza o sorteio e a entidade desportiva terá que apresentar não apenas o CGC, mas o CPF de cada um dos sócios, dando à Receita Federal maior controle. A habilitação de um bingo dependerá ainda de declaração dos Procons de cada Estado. Esses instrumentos moralizadores, segundo a exposição de motivos, entram em vigor assim que as alterações da Lei Pelé forem efetivadas.

A onda de denúncias surgiu, por uma estranha coincidência, no dia 13 de agosto de 1999, horas depois de eu ter decidido enviar as propostas moralizadoras para o Palácio do Planalto.

Desde o primeiro momento, este Ministério adotou as medidas cabíveis. Em 16 de agosto, por solicitação da Secretaria Executiva, os representantes da Secretaria Federal de Controle, do Ministério da Fazenda, junto a este Ministério iniciaram um trabalho mais detalhado de acompanhamento dos processos no Indesp. No dia 3 de setembro, tomei outras duas providências. Solicitei, por telefone, ao Ministro da Justiça, José Carlos Dias, que a Polícia Federal acompanhasse o trabalho do Indesp. Em seguida, determinei a instauração de sindicância, pela presidência do Indesp, para a apuração de todos os fatos.

Reafirmo, com ênfase, que o engenheiro Luís Antônio Buffara não foi tesoureiro, nem colaborador, de qualquer uma das minhas cinco vitoriosas campanhas eleitorais. Nossa relação profissional vem do seu talento exitoso como gestor do programa BID/Curitiba, conforme demonstra carta do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em anexo. O engenheiro foi mantido no mesmo cargo na prefeitura de Curitiba pelo meu sucessor até janeiro de 1999.

Reafirmo, com a mesma ênfase, que em toda a minha vida política nunca existiu caixa de campanha criada com expedientes escusos. Isso não condiz com a minha conduta ética.

Reitero que, ao contrário do que afirma a **Veja**, estou propondo mudanças nas regras dos bingos para dar seriedade à arrecadação. Por isso, quero que o controle dos recursos arrecadados seja feito pela Caixa Econômica Federal, fato que informei – como tenho feito há meses a toda a imprensa – à reportagem da **Veja** antes da referida publicação de 8 de setembro.

Nada tenho a esconder. Há um descontrole a ser dominado e estou determinado nesta missão."

Sr. Presidente, pedindo a transcrição dessa carta nos Anais da Casa, faria um último esclarecimento que julgo oportuno. A principal acusação que faz a revista, nesta que seria uma artimanha para privilegiar os laboratórios que fazem a aferição das máquinas de exploração do bingo, é de que haveria, supostamente, no Ministério, o intuito de preservar dois laboratórios de São Paulo e um do Rio de Janeiro. Os laboratórios realmente fazem a aferição, mas a revista não diz quais são esses laboratórios. Considero importante tornar público que esses laboratórios são o da PUC, no Rio de Janeiro, da USP, de São Paulo, e da Unicamp.

Portanto, dizer que se está pretendendo privilegiar três laboratórios em detrimento dos demais, sem dizer que são a PUC, a Unicamp e a USP, é omitir um fato importante, porque duvido que qualquer cidadão venha a levantar suspeitas sobre a seriedade dos técnicos, dos profissionais e dos acadêmicos desses três importantes centros universitários.

Se a maior denúncia é de que o intuito era privilegiar em favor dos donos de bingo três laboratórios em detrimento dos demais, a explicação de que pertencem a esses três centros universitários faz cair por terra qualquer suspeita sobre essa ação.

E mais: o Presidente do Indesp, Manoel Tubino, não foi ouvido. Portanto, a proposta enviada ao Palácio do Planalto pelo Ministro Rafael Greca propõe que a Caixa Econômica Federal seja a gestora desse programa, assim como estabelece código de barras nas cartelas e regulamentação para o setor, porque todos sabem que, hoje, a real dúvida refere-se ao destino desse dinheiro.

O Partido da Frente Liberal reafirma, assim, a sua confiança no Ministro e nas suas propostas e deixa transcrita nos Anais da Casa a carta enviada à Revista **Veja**.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Antes de o Senador Maguito Vilela usar a tribuna, concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes, pela ordem.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, tomo conhecimento neste momento de que, por determinação do Presidente desta Casa, após a manifestação do Senador Maguito Vilela, votaríamos duas matérias que estão na Ordem do Dia e a sessão plenária seria encerrada.

Quero manifestar a minha preocupação, por dois motivos. A justificativa de tal decisão é a realização de reunião nas comissões. Realmente, há uma subcomissão da Comissão de Educação que discute temas relativos à televisão e ao rádio que está reunida desde as 10 horas – inclusive, substituindo o Senador Pedro Simon, que estava em plenário a pedido do Presidente, presidi os trabalhos daquela subcomissão.

Saí da subcomissão porque havia me inscrito ontem, de acordo com o Regimento, para hoje usar da palavra em plenário. No entanto, agora, estou sendo informada de que a todos os demais senadores — com exceção dos que já usaram da palavra e dos líderes, que têm prerrogativas regimentais que outros parlamentares não têm – não seria garantido o uso da palavra hoje e a sessão seria suspensa.

Quero manifestar a minha contrariedade. Estamos em Brasília, estamos no plenário, não estamos prejudicando os trabalhos da subcomissão que está reunida. Após a Ordem do Dia, tranqüilamente, poderíamos dar continuidade aos nossos trabalhos e poderia ser concedida a palavra àqueles senadores que desejassem manifestar as suas opiniões ou registrar assuntos importantes.

Peço a reconsideração de V. Exª, porque entendo que não há nenhum poder que se sobreponha ao poder do Regimento. Não estamos prejudicando os trabalhos de nenhuma subcomissão; ao contrário, já demos a nossa contribuição, já estivemos lá e, portanto, gostaríamos de ter garantida a nossa participação em plenário.

Quando há Ordem do Dia, é importante virmos ao plenário; quando não há, deliberaram que fôssemos às comissões. Entretanto, como estas já avançaram nos seus trabalhos, não há necessidade de que nos desloquemos para lá; entendo que, portanto, não há necessidade de interrompermos os trabalhos do plenário.

Era o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente, porque considero que os meus direitos de Senadora que está no plenário, que deseja fazer uso da palavra e que está regimentalmente inscrita estão sendo atropelados.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Mesa esclarece à Senadora Emilia Fernandes que a decisão de suspender a Ordem do Dia das sessões de quarta-feira e quinta-feira para que as comissões pudessem adiantar seus trabalhos baseou-se num acordo entre as lideranças dos diversos partidos com assento na Casa e a Mesa Diretora. Foi argüido que não estavam chegando à Mesa matérias para serem votadas na Ordem do Dia, só requerimentos de apensamento de projetos, de informações, etc.

As matérias mais importantes que estão tramitando na Casa não estavam chegando à Mesa para a sua inclusão na Ordem do Dia. Diante disso, as lideranças se manifestaram e a Mesa entendeu que a solução para essa questão seria suspender a Ordem do Dia nesses dois dias, dedicando-os ao funcionamento das comissões.

Se V. Exª deseja que essa posição seja revista, a Mesa lhe sugere que acione a liderança do grupo a que o seu partido está integrado, o bloco parlamentar da oposição, para que seja encaminhada uma outra solução. A Mesa, juntamente com as demais lideranças, avaliará as sugestões apresentadas. Se houver uma mudança da decisão anterior, a Mesa vai se portar de acordo com ela.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Agradeço o esclarecimento de V. Exª, Sr. Presidente, mas o meu questionamento não foi sobre a Ordem do Dia ou a decisão das lideranças em relação a esses dois dias. Apenas estou pedindo que, após a votação da Ordem do Dia, seja garantida a inscrição dos parlamentares que estão em plenário e a daqueles que desejarem fazer uso da palavra. O meu apelo é para que sejam respeitadas as inscrições dos parlamentares que desejarem fazer uso da palavra após a votação das matérias que serão encaminhadas por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Se a Mesa fosse atender as ponderações de V. Exª, certamente iria deixar de cumprir aquele acordo que foi celebrado entre as lideranças e a Mesa. Se a intenção é fazer com que as comissões permanentes e temporárias tenham o seu funcionamento regular nesses dois dias, ao atender as reivindicações de V. Exª para que as inscrições sejam respeitadas, as comissões não

vão funcionar, não se vai atender o objetivo do acordo que foi sugerido pelas lideranças e acatado pela Mesa.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, participei dessa reunião pela liderança do Bloco e inclusive registrei que gostaria de ver realizada uma experiência com a decisão que havia sido tomada.

Mas temos que usar o bom senso, Sr. Presidente. Não há que se falar em desrespeito ao acordo, pois ele foi no sentido de que se aproveitasse o dia nobre do Senado, quarta-feira, para reuniões nas comissões – isso, em razão da escassez de matérias para que o plenário votasse. Dessa forma, após a Hora do Expediente, em vez de se ter Ordem do Dia, seria suspensa a sessão para que as comissões se reunissem na quarta-feira, às 15 horas e 30 minutos, e produzissem matérias para o plenário votar.

Veja a realidade do momento: são 11 horas e 57 minutos – a sessão começou às 10 horas -, existem senadores inscritos para falar e não há nenhuma comissão reunida. Está prevista reunião da Comissão Mista Especial sobre Erradicação da Pobreza às 14 horas e da Comissão de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania às 15 horas e 30 minutos. Não vejo sentido em se suspender a sessão em função de reunião de comissão que não está acontecendo. Pode-se conceder a palavra aos senadores inscritos sem que seja ferido o acordo das lideranças.

Volto a insistir que se decidiu fazer uma experiência na quarta-feira, para que se tivesse matéria para votar – por ser esta uma semana atípica, até acho que ela não foi a ideal para se testar esse sistema. O fato é que hoje é uma quinta-feira e não há comissões reunidas; há senadores inscritos e não há o menor sentido em se suspender a sessão. Pretende-se suspender a sessão e não está acontecendo nada no Senado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Senador Nabor Júnior, quero elogiar a preocupação e o zelo de V. Exª em tentar preservar o acordo das lideranças. V. Exª está tendo uma atitude que é própria de quem exerce a presidência: V. Exª quer fazer valer, quer tornar realidade aquilo que as lideranças se propuseram no acordo que estabeleceram.

No entanto, parece-me que, mesmo em face do acordo, que tem mero sentido indicativo para os liderados de cada bancada, não há como negar aos parlamentares inscritos regularmente o direito de fazer valer a sua inscrição no momento próprio da sessão – mesmo que essa atitude do parlamentar contrarie uma orientação da sua liderança. Regimentalmente ele tem o direito universalmente reconhecido de se inscrever e tem também o direito de ver respeitada essa inscrição.

Tenho a impressão de que nada impediria que V. Exª desse início à Ordem do Dia, que votássemos as matérias que estão em pauta e, logo após, aqueles que estão inscritos regularmente ou que se inscreverem regularmente pudessem exercer esse direito regimental. Se isso desatende a uma orientação de liderança ou se isso desatende a um acordo, infelizmente, não há como, na minha opinião, e é isso que tento fazer ver V. Exª, tento comunicar a V. Exª que não temos como não cumprir essa ordem de inscrições. Portanto, realmente vejo o espírito de opção da posição tomada por V. Exª no sentido de preservar aquele acordo que os Líderes fizeram, mas me parece que, neste momento, se há parlamentares inscritos, não temos como negar-lhes esse direito.

Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Mesa, levando em consideração as ponderações que foram aqui apresentadas pelos diversos oradores que fizeram alguns questionamentos a respeito da decisão de suspender a sessão e não dar a oportunidade dos oradores inscritos de usarem da palavra, vai adotar a seguinte decisão: vamos discutir dois requerimentos que sugerem a formulação de voto de censura ao Governo da República da Indonésia e, depois, vai conceder a palavra aos oradores que estão devidamente inscritos no livro de inscrição para o período de Breves Comunicações até que a Mesa, através do seu titular, Presidente Antonio Carlos Magalhães, em nova negociação com as Lideranças, decida de maneira definitiva a respeito dessa questão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela, para uma breve comunicação, pelo espaço de cinco minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou extremamente preocupado com o início do período chuvoso, que já se avizinha. Aliás, ontem, no Mato Grosso do Sul e até em Goiânia, graças a Deus, tivemos mui-

ta chuva, que, inclusive, minimizou o problema das queimadas no Centro-Oeste.

No entanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, se de um lado as chuvas minimizam o problema das queimadas, por outro, com a chegada do período chuvoso, as rodovias federais, que, nesta época seca, já estão realmente deterioradas, tendem a ficar muito piores.

Viajando pelo interior de Goiás neste feriado, pude constatar **in loco** esse quadro gravíssimo da principal rodovia federal que corta a região sudoeste do Estado. O asfalto da BR-060 está realmente numa situação calamitosa, para desespero de moradores e especialmente dos agricultores daquela região, para não dizer dos usuários.

Vários líderes políticos goianos, entre eles, vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, já me haviam informado desse problema, e eu pude constatar de perto. A situação é ainda mais grave se levarmos em consideração que o sudoeste goiano está entre as três regiões do Brasil de maior produtividade agrícola e que a BR-060 é o principal eixo de escoamento ali existente.

A BR-060, que liga a capital Goiânia à cidade de Santa Rita do Araguaia, passando por Acreúna e Rio Verde, dando acesso a Montividiu, Santa Helena, Mineiros, Serranópolis, Palmeiras, Chapadão do Céu, Guapó, Indiara, Paraúna, Quirinópolis e Cezarina, a zona de maior produção em Goiás, pois ali se estão algumas das cidades que mais produzem neste País, encontra-se em uma situação de precariedade que já se vai transformando em um problema histórico, já que a solução definitiva, que seria o recapeamento, arrasta-se há muito tempo, gerando prejuízos incalculáveis aos produtores e ceifando um número incontável de vidas.

No ano passado, o Governo Federal fez um ótimo trabalho em um pequeno trecho da rodovia, entre Goiânia e Acreúna. O trecho mais complicado, onde a rodovia está em condições mais precárias, recebeu apenas uma operação tapa-buracos, insuficiente para solucionar a questão em função da sua gravidade, repito.

Estive, recentemente, com o Ministro dos Transportes Eliseu Padilha, que demonstrou interesse na obra, mas prevê a liberação de recursos apenas para o ano que vem. Gostaria de fazer um apelo ao Governo, à equipe econômica especialmente, para rever essa posição e antecipar a liberação de recursos. No estágio atual da rodovia, ela não irá agüentar as primeiras chuvas, ficará, com certeza, numa situação ainda pior do que ano passado, quando muitas vidas foram ceifadas.

Volto a repetir, essa é uma rodovia fundamental à economia goiana, visto que transporta grande parte da produção regional de grãos. O seu estado precário significa perda de competitividade e prejuízo aos produtores de Goiás e de algumas regiões do Mato Grosso, que também necessitam dela.

Era esta a comunicação que gostaria de fazer, Sr. Presidente, no sentido de que o Governo acuda a tempo essa e outras rodovias importantes do nosso País, atendendo uma parcela significativa de quem produz grãos, de quem produz alimentos no Centro-Oeste brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Requião, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, não poderia deixar de fazer um reparo ao pronunciamento do Senador Eduardo Siqueira Campos em defesa do Ministro Rafael Greca.

Os denunciantes têm identidade sim. A denúncia foi clara. Pediram demissão dos cargos que ocupavam no momento que se recusaram a participar da patifaria e foram ao Ministério Público. Fica mal o PFL quando, diante das evidências, através de um dos seus Senadores, hipoteca de forma irrestrita solidariedade a um Ministro de má fama. A fama do Ministro Rafael Greca já começa na Assembléia Legislativa do Paraná, com reiteradas denúncias de apropriação de salários dos funcionários do seu gabinete e caminha vida pública adentro à medida que ele avançava nos cargos que ocupava.

No entanto, Sr. Presidente, o que me faz ocupar a tribuna neste momento é a necessária solidariedade que quero trazer ao Senador Pedro Simon, agredido duramente por um editorial do Estado de São Paulo hoje, e por um editorial do Estado de São Paulo de ontem.

O editorialista tenta desqualificar o Senador Pedro Simon, alegando que S. Exª utiliza, em excesso, o humor nos seus comentários políticos, pretendendo tornar ridícula a forma de expressão do Senador com a sua abundante gesticulação.

O editorialista pretende dizer que o Senador Pedro Simon, político profissional, está tentando uma reserva de mercado ao criticar a nomeação do Sr. Alci-

des Tápias para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

A crítica dura é o político profissional. O editorialista gostaria que os políticos fossem amadores e os lobistas fossem profissionais. Falta propor o voto distrital, que é a despolitização e a desideologização definitiva do comportamento político e a transformação do Congresso Nacional numa espécie de câmara de presidentes de associação de bairro.

Sr. Presidente, o que significa o termo "política"? Tenho certeza que o culto editorialista do **Estadão** sabe o que significa. A palavra vem do grego **polis** – cidade – à qual se acrescenta um sufixo "ico" ou "ica" que transforma o substantivo em adjetivo. Política quer dizer "da cidade" – administração da cidade – e, por extensão, administração do Estado, administração da Nação. É preciso que existam políticos profissionais, pessoas que se interessem em tempo integral, que aprofundem os seus conhecimentos sobre a administração do País. Ridículo seria que tivéssemos lobistas profissionais, como quer o editorialista do **Estadão**, nos ministérios e políticos amadores sem nenhuma condição de defender o interesse público no Congresso Nacional.

Por outro lado, como ninguém deixa de ter razão em alguma coisa, quero me somar a uma determinada visão, percebida nas entrelinhas do editorial, que é a visão de que políticos detentores de cargos eletivos não deveriam ocupar cargos na administração pública. Penso que, na verdade, a transformação de deputados, senadores, vereadores ou deputados estaduais em ministros é uma forma de cooptação do Parlamento pelos detentores dos cargos executivos. Eu até me proponho a dar início a um projeto de lei nesse sentido. Uma vez que não vivemos num regime parlamentarista, não tem por que parlamentares ocuparem cargos nos ministérios, de certa forma manietando o Congresso e viabilizando a manipulação do Congresso Nacional nas suas decisões. Os suplentes ficam sempre com uma guilhotina em cima do pescoço e o Congresso se submete ao Legislativo, além de se submeter por intermédio das famosas liberações de emendas orçamentárias, pela manipulação dos empregos, dos ministérios, das secretarias.

O editorialista do **Estadão** sai ainda com mais uma gracinha, faz o elogio do Armínio Fraga. Talvez tenha pronunciado erradamente o nome desse rapaz, uma vez que a pronúncia americana se faz necessária porque, na verdade, é cidadão norte-americano com dupla nacionalidade. Faz um elogio ao Armínio Fraga, Senadora Heloisa Helena, ele diz que o Armínio Fraga está dando certo. Dando para quem e tirando de quem? O Armínio Fraga, esse gênio da raça, resolve conter a disparada do dólar, Senador Suplicy, com um artifício brilhante, interessantíssimo para os Georges Soros que atuam no mercado – George Soros é ex-patrão do Armínio Fraga. Este, para combater, a disparada do dólar, emite papéis cambiais, com equivalência em dólar, mas que são ainda premiados com os juros internos do mercado brasileiro. Papéis com equivalência em dólar, que se submetem a juros de 19,5% ao ano, que são os juros internos do mercado brasileiro.

Ora, Sr. Presidente, qualquer empréstimo internacional em dólar, hoje, não ultrapassa os juros normais do mercado internacional que são, no máximo, de 6% . Então, na verdade, o Sr. Armínio Fraga derruba a demanda pelos dólares, emitindo dólares acrescidos dos juros internos do mercado brasileiro. Quem ganha com isso são os especuladores, os rentistas.

Agora, o editorialista do **Estadão** e o nosso jornalão estão a nos dever alguma coisa a mais do que a injusta crítica que fizeram ao Senador Pedro Simon, que mostrou sua inteligência, sua cultura, seu brilho com o discurso que fez hoje neste plenário. Eles nos devem uma posição mais franca, mais aberta a respeito das coisas que acontecem no País. O editorial faz o elogio do Armínio Fraga, mas o **Estadão** e o seu editorial calaram quando eu denunciei o Bradesco, na CPI dos Precatórios. Ninguém teria roubado um tostão de dinheiro público, se na ponta da linha não estivesse um bancão a comprar os títulos que meia hora antes não comprou nos leilões dos Estados, 40% abaixo do preço de aquisição, muitas vezes. Comprava só depois que os títulos passassem pela ciranda da felicidade; comprava pelo preço de face e jogava nos Fundos de Renda Fixa de Curto Prazo dos seus mutuários. O Bradesco deu sustentação à patifaria dos precatórios e o jornalão, que deu ampla cobertura à CPI, jamais teve coragem de avançar na denúncia do comportamento dos bancos privados brasileiros, notadamente, o Bradesco, o maior banco e, portanto, em via de conseqüência, o banco que mais comprou títulos.

O Governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, em depoimento na CPI, declarou de forma clara e transparente, que havia procurado, pessoalmente, o Presidente do Bradesco, Sr. Lázaro Brandão, quando emitiu os títulos de Alagoas. Mas o Presidente do Bradesco não pretendia comprar títulos de Alagoas, pelo menos não pretendia comprar no leilão original; comprava títulos públicos depois que eles passavam na corrente da felicidade. E o Sr. Alcides Tápias, tão elogiado pelo editorialista do **Estadão**, nada mais era do que o Vice-Presidente do Bradesco; Vice-Presidente do Bra-

desco, Presidente da Febraban, o organismo classista dos banqueiros, e, posteriormente, Presidente da Camargo Corrêa – aquela dos contratos dos pedágios que acabam sendo questionados, inclusive, pelo próprio Governo Federal, que não tem coragem de executá-los porque a população, os caminhoneiros e a economia não agüentariam mais os aumentos das tarifas.

É um lobista. Mais uma vez o Presidente Fernando Henrique, tendo a possibilidade de escolher entre o Brasil e os **lobbies**, entre o País, o emprego, o desenvolvimento e os rentistas, cedeu aos rentistas e colocou num pífio, ministério, o Ministério do Desenvolvimento, um representante dos banqueiros que lucraram só no primeiro trimestre desse ano R$1,711 bilhão, sem terem produzido um prego, um parafuso ou gerado um emprego. É o País submetido ao Fundo Monetário Internacional. A nomeação do Sr. Alcides Tápias foi um ato de covardia do Presidente da República, porque o ato corajoso seria inverter esse processo de entrega, combater ou desistir definitivamente desse mito da globalização que está nos levando ao desespero e ao desemprego.

Sr. Presidente, uma década atrás, o Produto Interno Bruto do Brasil tinha participação de 44% do Produto Industrial Bruto, hoje essa participação não chega a 23%, estamos crescendo para baixo, como rabo de burro, e isso é conseqüência do fato de o Brasil não está sendo governado por interesses brasileiros.

O Presidente da República, a meu ver, já renunciou ao Governo, renunciou pelo menos a um governo que defenda o interesse dos brasileiros. O Brasil está sendo governado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo grande capital rentista, está sendo governado pelos **lobbies**, Sr. Presidente, e o Presidente da República, que de fato renunciou ao Governo do Brasil, só esqueceu de se mudar do Palácio do Planalto e de avisar o povo que não é mais Presidente.

A nomeação do Sr. Alcides Tápias é emblemática. A coisa continuará como está.

Mangabeira Unger, numa recente publicação encartada na **Carta Capital**, chama a atenção ao fato de que 500 bilhões de dólares circulam nas bolsas norte-americanas e voltam ao Brasil, através do Anexo 4, que tem origem na corrupção interna do País, na sonegação de impostos, no narcotráfico e no tráfico de armas. Mas esse dinheiro pode ser aplicado nas nossas bolsas sem nenhuma tributação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Senador Roberto Requião, a Mesa solicita a V. Exª que encerre o seu pronunciamento, porque V. Exª excedeu em sete minutos o tempo que lhe foi destinado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Encerrarei em seguida.

Para esses efeitos o Presidente da República nomeou o Sr. Armínio Fraga. E o ex-Ministro Rubens Ricúpero, em artigo de hoje, nos jornalões, nos chama a atenção ao fato de que, dos R$700 milhões de remessas de lucros de empresas estrangeiras para fora do País, nós tivemos um salto para R$7,700 bilhões. É Alcides Tápias, é Armínio Fraga e é Fernando Henrique Cardoso, um entreguista confesso – uma confissão feita há muito tempo. Quem tiver alguma dúvida disso leia o seu livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, escrito no Chile entre 1966 e 1967, em parceria com o chileno Enzo Faletto.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Passa-se agora à apreciação do Requerimento nº 506, de 1999, lido em sessão anterior, de autoria do Senador Tião Viana, que requer a formulação de voto de censura ao Governo da República da Indonésia, apontando a indignação dos brasileiros com relação aos últimos acontecimentos que tiveram lugar no Timor Leste.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça para proferir parecer em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

PARECER Nº 612, DE 1999
(De Plenário)

Em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 506, de 1999, de autoria do Senador Tião Viana, visando à formulação, pelo Senado Federal, de voto de censura, dirigido ao Governo da República da Indonésia, em razão dos últimos acontecimentos que tiveram lugar no Timor Leste.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por meio do Requerimento nº 506, o Senador Tião Viana, em consonância com o disposto nos arts. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que, após a manifestação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Senado Federal formule um voto de censura junto ao governo da República da Indonésia, manifestando a indignação dos brasileiros com relação aos últimos acontecimentos que tiveram lugar no Timor Leste, onde é flagrante o desrespeito ao compromisso firmado, em 5 de maio último, em Nova Iorque, com o aval da Organização das Nações Unidas, entre o Governo

de Portugal e as autoridades indonésias no sentido de assegurar não só a realização de um plebiscito, mas também a implementação pacífica de seu resultado.

O Senador Tião Viana justifica a sua iniciativa alegando que o Brasil não pode furtar-se ao dever de manifestar, em nome dos cidadãos brasileiros, o seu repúdio àqueles que são, em última análise, responsáveis pelo desrespeito aos mais elementares direitos humanos no Timor Leste.

Relembra que o fato de a Constituição brasileira consagrar, em seu art. 4º, como princípios fundamentais a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos (e não dos governos), a defesa da paz, a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, dá respaldo a sua solicitação, tendo em vista que todos os mencionados princípios estão sendo acintosamente afrontados naquele país.

Enfatiza a natureza dos laços que unem os timorenses aos brasileiros, como a colonização portuguesa, a mesma língua e a mesma cultura.

A comunidade internacional não teria agraciado três timorenses, o líder da resistência Xanana Gusmão, o bispo católico Carlos Belo e o advogado e líder pró-independência José Ramos Horta com o Prêmio Nobel da Paz se não reconhecesse que o Timor Leste busca e merece sua independência para viver em paz e harmonia com o mundo.

É inegável, Sr. Presidente, que a situação do Timor Leste está se deteriorando e há risco de que a região venha a sofrer danos semelhantes aos ocorridos em Ruanda ou Kosovo, se a comunidade internacional chegar tarde demais.

É importante registrar que tal como em Kosovo houve uma intervenção da OTAN, na Indonésia se registra uma situação simetricamente igual; ou seja, é um povo que luta por sua independência e que está sendo vítima da agressão desumana de um exército paramilitar que, de maneira brutal, vem colocando o povo do Timor Leste numa situação absolutamente cruel. Por isso esta manifestação. Parece claro que aquele governo, embora se diga responsável pela segurança no Timor Oriental, não tem conseguido manter a lei e a ordem na região conflituosa. É clara, sem dúvida nenhuma, a omissão do governo da Indonésia diante da ação brutal dos grupos paramilitares. Ao mesmo tempo, tem sido o governo hostil a qualquer possibilidade de intervenção das Nações Unidas com sua força de paz.

Sem que se entenda este voto como uma violação ao princípio constitucional de não-intervenção nos assuntos internos de outros países, uma vez que a crise do povo timorense atinge as próprias raízes de nossa origem comum, creio ser de todo conveniente ao Senado Federal, a esta Casa, dirigir moção de censura ao governo indonésio e instar nossas autoridades diplomáticas para que, nos ambientes internacionais apropriados, aumentem a pressão sobre o governo de Jacarta no sentido de fazê-lo reconhecer que sem a ajuda da Organização Mundial lhe será difícil apaziguar os ânimos e colocar em trilhos verdadeiramente democráticos a minoria racial timorense que expressou nas urnas uma insofismável vontade de independência.

Da mesma forma como o governo sérvio não concordava com a intervenção da Organização das Nações Unidas, o governo indonésio não permite a intervenção da ONU.

Opino, portanto, Sr. Presidente, como Relator deste requerimento, pela aprovação do voto de censura ao governo da Indonésia e conclamo o Senado a instar o Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores e o Presidente da República, atores principais das relações do Brasil com outros povos, a uma atitude decisiva em favor da liberdade do Timor, para que o nosso País se manifeste claramente diante da sorte de uma população de língua portuguesa que tem recebido a simpatia de toda a comunidade internacional.

Este é o voto favorável, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº DE 1999

(De Plenário)

Em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 506, de 1999, de autoria do Senador Tião Viana, visando à formulação, pelo Senado Federal, de voto de censura, dirigido ao Governo da República da Indonésia, em razão dos últimos acontecimentos que tiveram lugar no Timor Leste.

Relator: Senador **José Fogaça**

I – Relatório

Em consonância com o disposto nos arts. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, o ilustre Senador Tião Viana requer que, após manifestação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Senado Federal formule um voto de censura junto ao governo da República da Indonésia, manifestando a indignação dos brasileiros com relação aos últimos acontecimentos que tiveram lugar no

Timor Leste, onde é flagrante o desrespeito ao compromisso firmado, no dia 5 de maio último, em Nova York, com o aval da Organização das Nações Unidas, entre o governo de Portugal e as autoridades indonésias no sentido de assegurar não só a realização de um plebiscito mas também a implementação pacífica de seu resultado.

É o relatório.

II – Análise

O autor do requerimento em discussão justifica sua iniciativa, alegando que o Brasil não pode furtar-se ao dever de manifestar, em nome dos cidadãos brasileiros, o seu repúdio àqueles que são, em última análise, responsáveis pelo desrespeito aos mais elementares direitos humanos no Timor Leste.

Relembra que o fato de a Constituição brasileira consagrar, em seu art. 4º, como princípios fundamentais, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos (e não dos governos), a defesa da paz, a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, dá respaldo à sua solicitação, tendo em vista que todos os mencionados princípios estão sendo acintosamente afrontados.

Enfatiza a natureza dos laços que unem os timorenses aos brasileiros: a colonização portuguesa, a mesma língua e a mesma cultura.

E conclui que a comunidade internacional não teria agraciado três timorenses, o líder da resistência Xanana Gusmão, o bispo católico Carlos Belo e o advogado e líder pró-independência José Ramos Horta, com o prêmio Nobel da paz se não reconhecesse que o Timor Leste busca e merece sua independência para viver em paz e harmonia com o mundo.

III – Voto

É inegável que a situação do Timor Leste está se deteriorando e, como dizia um de seus líderes, há risco de que a região venha a sofrer danos semelhantes aos ocorridos em Ruanda ou Kosovo se a comunidade internacional "chegar tarde demais".

Parece claro que aquele governo, embora se diga responsável pela segurança no Timor Oriental, não tem conseguido manter a lei e a ordem na região conflituosa e, ao mesmo tempo, tem sido hostil a qualquer possibilidade de intervenção das Nações Unidas, com sua força de paz.

Portanto, e sem que se entenda esse voto como uma violação ao princípio constitucional de não-intervenção nos assuntos internos de outros países, uma vez que a crise do povo timorense atinge as próprias raízes de nossa origem comum, creio ser de todo conveniente ao Senado Federal dirigir moção de censura ao governo indonésio, e instar nossas autoridades diplomáticas para que, nos ambientes internacionais apropriados, aumentem a pressão sobre o governo de Jakarta no sentido de fazê-lo reconhecer que, sem a ajuda da organização mundial, lhe será difícil apaziguar os ânimos e colocar em trilhos verdadeiramente democráticos a minoria racial timorense, que expressou nas urnas uma insofismável vontade de independência.

Diante do exposto, opino pela aprovação do presente requerimento de voto de censura ao governo da Indonésia e conclamo os meus pares a instar o Itamaraty e o Presidente da República, atores principais das relações do Brasil com outros povos, uma atitude decisiva em favor da liberdade do Timor, para que o nosso país se manifeste claramente diante da sorte de uma população de língua portuguesa, que tem recebido a simpatia de toda a comunidade internacional. – Relator **José Fogaça**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O parecer conclui favoravelmente à aprovação do requerimento.

Os avulsos do referido requerimento encontram-se à disposição dos Srs. Senadores nas bancadas.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Junior) – Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 508, de, 1999, lido em sessão anterior, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer a aprovação de voto de solidariedade e apoio à mensagem que a Assembléia da República Portuguesa encaminhou a esta Presidência, para que o Brasil conclame a comunidade internacional a assumir suas responsabilidades perante o povo do Timor Leste e envie uma força multilateral de paz para aquele país.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça, para proferir parecer sobre a matéria.

PARECER Nº 613, DE 1999

(De Plenário)

Em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 508, de 1999, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que seja aprovado um voto de solidariedade e apoio à mensagem do Presidente da

Assembléia da República Portuguesa sobre a situação no Timor Leste.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Presidente da Assembléia da República Portuguesa enviou ao Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, uma carta em que solicita a manifestação do Senado, a solidariedade do Senado, do Poder Legislativo deste País, à aguda crise que está vivendo o povo do Timor Leste.

O Senador Eduardo Suplicy, por meio de requerimento, solicita esta manifestação formal de solidariedade.

Vou apenas ler, para resumir o parecer, a carta assinada pelo Presidente da Assembléia da República Portuguesa, Dr. António Almeida dos Santos:

> "Interpretando o sentimento que neste momento domina os membros da Assembléia da República do meu país, venho junto de V. Exª exprimir a nossa mais profunda preocupação, e não menor indignação, pela dramática situação em Timor Leste.
>
> Ao exercício do direito de autodeterminação do seu povo, de forma tão responsável e tão ordeira, está a seguir-se uma verdadeira matança de inocentes por milícias armadas pela Indonésia, perante a passividade e, mais do que isso, a conivência da polícia e do exército indonésios.
>
> Perante o vazio informativo que está a ser metodicamente promovido, é de recear um novo genocídio, semelhante ao que ocorreu em 1975, sem que dele o mundo tivesse tido outra notícia que não o relato insuspeito da Cruz Vermelha Internacional.
>
> A Comunidade Internacional e, em especial, a ONU e o seu Conselho de Segurança não podem demorar por mais tempo uma resposta adequada à situação em Timor Leste, sob pena de o direito à autodeterminação nesse território se converter numa armadilha e numa traição.
>
> Estão em causa a consciência universal, os direitos humanos, a vida e a liberdade de um povo heróico e mártir que lutou durante um quarto de século pelo direito de autodeterminar o seu futuro, e que enfrenta o risco de o ter exercido em vão.
>
> Venho apelar à solidariedade do meu prezado colega para que tudo faça em ordem a que a ONU e a Comunidade Internacional assumam as suas responsabilidades perante o povo de Timor e perante si mesmas. E que as assumam a tempo e de forma eficaz, nomeadamente através de uma força de intervenção multilateral de paz, o mais possível com o acordo das autoridades legítimas da Indonésia.
>
> Cordiais saudações,
>
> Palácio de S. Bento, 6 de setembro de 1999.

A carta é assinada pelo Presidente da Assembléia da República, Dr. António de Almeida Santos.

Há um requerimento do Senador Eduardo Suplicy para que essa carta, dirigida ao Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, receba a solidariedade do Poder Legislativo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sob o ponto de vista regimental, nada há a obstar ao pedido do Senador Suplicy. Saliento a importância da decisão do Presidente da Casa, que colocou essas matérias em votação numa sessão em que não estava prevista nenhuma Ordem do Dia, dada a emergência, relevância e importância política desta manifestação do Senado.

Consideramos que há adequação regimental e enquadramento constitucional, e ainda há motivos profundos e sólidos de laços culturais, se não fora, Sr. Presidente, termos razão de solidariedade humana para nos manifestar em relação à crise do Timor e da Indonésia.

Opinamos pelo envio deste mesmo voto que estamos apresentando ao Presidente da República Federativa do Brasil e ao Ministro das Relações Exteriores, conclamando-os a adotarem as providências cabíveis e tomarem uma atitude que seja de clara manifestação em favor da liberdade do Timor, a fim de que o nosso País tenha essa posição diante da Comunidade Internacional e diante da sorte de uma população de Língua Portuguesa, que tem recebido a simpatia de todos. Digo isso, Sr. Presidente, ressaltando que, como Relator, o parecer é tecnicamente favorável, e, de minha parte, como Parlamentar, é também politicamente favorável.

Em casos de governos como o da Sérvia, da Iugoslávia, no passado socialista, ou da Indonésia, caracterizado como de direita, a questão ideológica fica subposta a uma questão primacial, que é a relevância da defesa dos direitos humanos. Sei que essa mesma manifestação também houve por ocasião da crise da Iugoslávia e de Kosovo, e é por isso que, com a mesma coerência, eu a faço aqui também em relação à Indonésia.

Sr. Presidente, o parecer é favorável ao requerimento.

É o Seguinte o parecer na íntegra.

PARECER Nº , DE 1999
(De Plenário)

Em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 508, de 1999, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que seja aprovado um voto de solidariedade e apoio à mensagem do Presidente da Assembléia da República Portuguesa sobre a situação no Timor Leste.

Relator: Senador **José Fogaça**

I – Relatório

No dia 6 de setembro de 1999, o Presidente da Assembléia da República Portuguesa, Sr. Antonio Almeida dos Santos, enviou ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Antônio Carlos Magalhães, uma mensagem em que conclama a solidariedade do Poder Legislativo brasileiro para que una esforços e se manifeste no sentido de que a transição política no Timor Leste se faça de forma pacífica, de acordo com os princípios de auto-determinação e com o auxílio dos organismos internacionais.

O eminente Senador Eduardo Suplicy, em face da premente situação por que atravessa o povo de Timor Leste, e provocação pela mensagem da Assembléia Portuguesa, faz chegar ao Plenário do Senado Federal um requerimento, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, para que seja aprovado um voto de solidariedade e apoio, no sentido de "o Brasil conclame a Comunidade Internacional a assumir suas responsabilidades perante o Povo do Timor Leste e envie uma força multilateral de paz o mais rápido possível para aquele país".

É o relatório.

II – Voto

A mensagem do Presidente da Assembléia da República Portuguesa ao Presidente Antônio Carlos Magalhães é clara e enfática, mormente em seu último parágrafo, ao

> Apelar à solidariedade do meu prezado colega para que tudo faça em ordem a que a ONU e a Comunidade Internacional assumam as suas responsabilidades perante o Povo de Timor e perante si mesmas. E que as assumam a tempo e de forma eficaz, nomeadamente através de uma força de intervenção multilateral de paz, o mais rápido possível com o acordo das autoridades legítimas da Indonésia.

Este o motivo precípuo que leva o Senador Eduardo Suplicy a requerer a manifestação do Plenário para emitir um voto de solidariedade à mensagem do parlamento português.

Do ponto de vista regimental, nada há a obstar o pedido do Senador Suplicy. O art. 222 estabelece que o requerimento de solidariedade "será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional e internacional". Inegavelmente, a situação no Timor Leste é hoje um dos pontos de maior sensibilidade na agenda internacional, e que se agrava para o Brasil, por ser aquela comunidade também uma ex-colônia de Portugal e co-participante na liga dos países de língua portuguesa.

A Constituição Federal, igualmente, ampara, em seu art. 4º, sobre os princípios fundamentais da nação brasileira, a pretendida manifestação. Estabelece-se ali como fundamentos de nossa pátria a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminaçaõ dos povos (e não dos governos), a defesa da paz, a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Tais princípios, no caso de Timor Leste, estão sendo acintosamente afrontados.

Pelo exposto, dada a adequação regimental e enquadramento constitucional, pelos laços culturais e por todas as razões de solidariedade humana, consideramos ser de todo conveniente a aprovação do presente requerimento do Senador Eduardo Suplicy, e que seja enviado um voto de solidariedade à mensagem do eminente Presidente da Assembléia da República Portuguesa, manifestando a posição do Senado Federal no sentido de que todo o processo político no Timor Leste se faça em ordem, e que a Organização das Nações Unidas e a comunidade internacional assumam suas responsabilidades perante o povo do Timor Leste e perante si mesmas.

Opinamos ainda pelo envio desse mesmo voto ao Presidente da República Federativa do Brasil e ao Ministro das Relações Exteriores, conclamando-os a adotarem as providências cabíveis e tomarem uma atitude decisiva e coerente em favor da liberdade do Timor, para que o nosso país se manifeste claramente diante da sorte de uma população de língua portuguesa, que tem recebido a simpatia de toda a comunidade internacional.

Sala da Sessões, , Presidente. – **José Fogaça**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O parecer conclui pela aprovação do requerimento.

Os avulsos do referido requerimento encontram-se à disposição dos Srs. Senadores nas bancadas.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPLICY – (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra a V. Exª por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador José Fogaça expressou muito bem nossas preocupações, que são as mesmas da Assembléia da República Portuguesa.

Em sua última visita a Lisboa, o Presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu ajudar o Timor Leste, até mesmo com o envio de uma força de paz, e é importante que essas palavras, agora, sejam efetivadas. Esta é a razão do requerimento, não para que apenas prestemos a nossa solidariedade à manifestação da Assembléia Portuguesa, mas para que também assumamos como nossa a mensagem tão bem explicitada e no mesmo sentido da proposição do Senador Tião Viana, que ganhou maior relevância na medida em que, hoje, o Presidente B. J. Habíbie, da Indonésia, ameaçou não respeitar o resultado do plebiscito, pelo qual mais de 78% do povo do Timor Leste, no último dia 30 de agosto, optaram claramente pela independência.

Não podemos esquecer os laços de História e de Língua que unem Portugal, Brasil e Timor Leste. A propósito desse traço de união, quero lembrar as palavras do grande poeta português, Fernando Pessoa. No *Livro do Desassossego*, assinado por seu heterônimo, Bernardo Soares, o grande escritor lembra, com emoção, da primeira vez em que travou contato com a prosa magnífica do Padre Antônio Vieira.

"Lembro-me", escreveu Pessoa, "como do que estou vendo, da noite em que, ainda criança, li, pela primeira vez, o passo célebre de Vieira sobre o rei Salomão. "Fabricou Salomão um palácio..." E fui lendo até o fim, trêmulo, confuso; depois rompi em lágrimas felizes, como nenhuma felicidade real me fará chorar, como nenhuma tristeza da vida me fará imitar. Aquele movimento hierático da nossa clara Língua majestosa, aquele exprimir das idéias nas palavras inevitáveis, correr de água porque há declive, aquele assombro vocálico em que os sons são cores ideais – tudo isso me toldou de instinto como uma grande emoção política. E, disse, chorei; hoje, relembrando, ainda choro. Não é – não – a saudade da infância, de que não tenho saudades: é a saudade da emoção daquele momento, a mágoa de não poder já ler pela primeira vez aquela grande certeza sinfônica.

Não tenho sentimento político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a Língua Portuguesa.

Srªs e Srs. Senadores, a nossa pátria é a Língua Portuguesa. Os timorenses são nossos compatriotas. E nós, brasileiros, portugueses e demais cidadãos de Língua Portuguesa no mundo, temos a obrigação especial e incontornável de sermos solidários com o Timor Leste nesta hora grave.

Ontem, em Lisboa, dez mil pessoas se deram as mãos, formando uma corrente, todos pararam por três minutos e as sirenes e os sinos tocaram em solidariedade ao povo do Timor Leste. Abracemos com ações efetivas a causa de Xanana Gusmão, do Professor José Ramos Horta, do Bispo Campos Belo, pró-independência e pró-justiça.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – De acordo com a decisão desta Presidência, após reunião com os Líderes, o período da Ordem do Dia da presente sessão destina-se aos trabalhos das Comissões. Dessa forma, a Presidência solicita aos Srs. Senadores membros da Comissão de Educação que para lá se dirijam, uma vez que a Subcomissão de Rádio e TV está reunida.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra à Senadora Emília Fernandes, por cessão do Senador Tião Viana, pelo prazo de vinte minutos.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a exploração de um povo, de uma nação, de uma sociedade pode ocorrer de várias formas: pela violência da guerra, pela dominação, pela contrariedade das decisões democráticas, pelo impedimento da liberdade, da solidariedade e da independência. Ela pode ocorrer também pelo poder econômico, que exclui, que massacra, que concentra, que marginaliza, e que realmente se volta a um espaço e a uma tendência de submissão aos grandes. E ela pode ocorrer também de uma outra forma: por meio do silêncio da voz do conhecimento, pela distância entre a educação e o povo, a distância do conhecimento, a distância da criação, a distância da ciência da pesquisa e da tecnologia sustentável.

É nesse sentido que queremos trazer aqui um tema que está preocupando a comunidade universitária do Brasil inteiro e que, conseqüentemente, extrapola as fronteiras dos pensadores e, principalmente, daqueles que têm a responsabilidade de administrar a questão da educação. E chega a esta Casa também, por intermédio da manifestação da solidariedade da comunidade acadêmica, pedido de solidariedade e atenção desta Casa.

Por isso, estamos aqui, fizemos questão de marcar a presença no plenário neste dia, porque entendemos que o que as universidades estão pedindo é que o clamor, a mobilização se estendam além dos espaços democráticos das universidades e atinjam o Congresso Nacional, que tem que estar diretamente atento às políticas governamentais e, principalmente, às destinações de recursos dos Orçamentos do nosso País.

O anúncio de extinção e corte na verba de R$16 milhões no Programa Especial de Treinamento – PET, marcado para 31 de dezembro, deste ano, pelo Ministério da Educação e Cultura, fez com que professores e universitários de 59 instituições do País formassem a Executiva Nacional em defesa do Programa Especial de Treinamento. Somente no Estado do Rio Grande do Sul, segunda região que mais recebe os incentivos, o corte será de R$1,5 milhão, deixando de atingir 400 bolsistas de sete universidades gaúchas.

Por isso, reafirmamos, desta tribuna, a importância deste Programa, chamando a atenção para o PET, que é o único Programa de fomento à graduação do CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior -, que integra atividades de ensino, pesquisa e extensão. Criado há mais de 20 anos no Brasil, ficou conhecido pela experiência na formação de jovens cientistas, além de preparar novos empresários que levam seus conhecimentos de pesquisa para cerca de 1,4 milhão de estudantes, através de palestras e trabalhos científicos.

Por isso, ao registrar eventos ocorridos no País nesses últimos dias, no sentido de dar maior visibilidade para o problema proposto, pedimos a atenção dos Srs. Parlamentares, inclusive alertando o Governo no sentido de que qualquer mudança, para melhor, é salutar, mas que essas mudanças, no mínimo, devem ser discutidas com a comunidade universitária, com o Congresso Nacional, com os órgãos do Governo e da sociedade.

Portanto, creio ser oportuno registrar dois eventos importantíssimos ocorridos recentemente no País. Um dos eventos, de dimensão nacional, ocorreu em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no mês de julho próximo passado, por ocasião da 51ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso de Ciência – SBPC – maior congresso científico realizado no Brasil -, e que neste ano reuniu cerca de 15 mil pessoas ligadas à Ciência no Campus da Pontifícia Universidade Católica do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

O evento anteriormente mencionado, que foi parte integrante da reunião da SBPC, é o IV Enapet – Encontro Nacional de Grupos de Programa Especial de Treinamento, coordenado inclusive por um Professor gaúcho, Dante Augusto Couto Barone, e pelo Professor Celso Maciel da Costa, coordenadores dos Grupos PET na Universidade do Rio Grande do Sul e na Universidade Católica respectivamente.

O Encontro reuniu cerca de 500 pessoas, entre professores, tutores, responsáveis de grupos PET e alunos bolsistas, representando 68% das 59 instituições de ensino que contam com estes grupos. Vale lembrar que o PET atinge, hoje, diretamente, cerca de 3.500 alunos bolsistas em todo o País, reunidos em 314 grupos que atuam nas diversas áreas do conhecimento, nas diversas regiões do País. Portanto, é um tema de caráter nacional que, certamente, deve preocupar a todos os Srs. Parlamentares.

É importante também chamar a atenção para o fato de que, naquele evento, foram realizadas várias palestras e discussões, que conduziram a uma Assembléia-Geral, na qual foi definido que o Encontro Nacional de Grupos PET é o órgão deliberativo máximo de alunos bolsistas e de professores, tutores do Programa. Além disso, ficou estabelecida a criação de uma Comissão Executiva Nacional, composta pelos Professores Dante Barone (UFRGS), Celso Maciel da Costa (PUCRS), Zelinda Maria Braga Hirano (Furb), Felipe Müller (UFSM), Marcos Danhoni (Universidade Estadual de Maringá) e Marcelino Pequeno (UFCE).

Em agosto, foi realizada a I Conferência Nacional de Grupos de PET – Conapet – na cidade de Viçosa, Minas Gerais, que contou com cerca de 300 participantes. Foi incluído o nome da Professora Ana Maria Bonetti, da UFU, na Comissão Executiva Nacional. Neste evento, o representante do Capes, o órgão financiador do PET, Professor Adalberto Vasquez, declarou textualmente que o Programa estará sendo extinto em 31 de dezembro próximo.

Nesse sentido foram realizados, recentemente, eventos para a discussão desse assunto, ficando evidenciada a preocupação com o futuro do Programa e

a necessidade de mobilização política e de manifestações públicas.

Por isso, alertamos o Brasil e esta Casa, pedindo o bom senso do Governo Federal para que, no mínimo, se estabeleçam, inclusive no Congresso Nacional, debates nesse sentido.

Sr. Presidente, encaminhamos à Comissão de Educação requerimento no sentido de que se faça uma audiência pública sobre o assunto, porque temos consciência de que, do ponto de vista qualitativo do ensino superior, há um longo caminho a percorrer, como a ampliação do número de mestres e doutores em nossas universidades públicas, principalmente nas mais jovens, situadas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Além da qualificação dos docentes, é preciso também investir na recuperação, na manutenção e modernização do patrimônio físico das nossas universidades. Por outro lado, é necessário também promover a atualização de métodos e processos pedagógicos, incentivar a produção didático-científica e a implantação e expansão de projetos e experiências destinados a estimular a melhoria do ensino de graduação, a integração da formação acadêmica com a atividade profissional e a formação de profissionais críticos e atuantes.

Então, neste sentido, resgatarei, rapidamente, a história do que é realmente esse Programa Especial de Treinamento, o chamado PET, que foi criado em 1979, pelo Professor Cláudio de Moura Castro, então Diretor-Geral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, e tinha como objetivo incentivar, nas Instituições de Ensino Superior – IES, o surgimento de grupos de estudo que se dedicassem ao trabalho intelectual em tempo integral, sob a orientação de um professor-tutor, num ambiente que favorecesse o envolvimento, a participação e a troca de idéias e experiências entre alunos e professores.

Foram definidos, naquela época, três grupos perfazendo um total de 15 bolsistas. A evolução do PET, no período de 1979 a 1994, apresentou uma grande ampliação do número de Instituições de Ensino Superior que implementam Grupos PET (de 3 para 54), embora o crescimento do número de grupos tenha sido significativamente maior (de 3 para 255), como era de se esperar.

Até 1994, em relação ao **status** jurídico das universidades, havia predominância da esfera federal (65%), seguida pela esfera estadual (24%). As IES particulares ocupavam a terceira posição (11%), sendo contempladas apenas seis delas.

É inegável a evolução quantitativa do Programa, especialmente a partir de 1987. Quanto à evolução qualitativa, os especialistas costumam identificar quatro fases: a primeira, experimental (de 1979 a 1985); a segunda, institucionalização do Programa (de 1986 a 1989); a terceira, expansão desordenada (de 1990 a 1992); a quarta, consolidação (de 1993 a 1994). Agora estaríamos entrando na quinta fase, qual seja, a do desmonte desse programa ou alteração de uma proposta, que ainda não conhecemos.

Atualmente, feitas as necessárias correções de percurso e incorporadas as modificações naturalmente impostas pelo tempo, pode-se afirmar que o PET constitui uma modalidade de investimento acadêmico em cursos de graduação com sérios compromissos epistemológicos, pedagógicos, éticos e sociais. Com uma concepção calcada nos moldes de grupos tutoriais de aprendizagem e orientado pelo objetivo de formar globalmente o aluno, o PET não se resume em proporcionar ao bolsista apenas uma gama nova e diversificada de conhecimento acadêmico, mas procura também contribuir para sua melhor classificação como pessoa humana e como membro da sociedade.

Hoje, existem em funcionamento, no País, 315 grupos espalhados em 59 Instituições de Ensino Superior, totalizando 3.466 bolsistas.

Em 1997, foi realizada uma pesquisa ampla para avaliar a influência do PET na graduação, uma vez que o desempenho individual dos grupos já era aferido periodicamente. A pesquisa, coordenada pela Professora E. Galbachevsky, do Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da USP, apontou resultados relevantes, assim sintetizados: "o PET é um programa bem-sucedido no que se refere aos seus alunos e bolsistas. As oportunidades de treinamento oferecidas pelo programa são ímpares, mesmo quando comparadas com outros programas, até certo ponto, similares".

Em 1998, foi feita uma avaliação geral do Programa Especial de Treinamento, elaborada por uma comissão constituída por três professores-tutores do PET e três professores não envolvidos no programa.

Foram realizadas visitas a 16 Instituições de Ensino Superior, selecionadas aleatoriamente, respeitando-se a regionalidade. Um total de 144 grupos foram avaliados – 45,5% do total do Programa. Cada instituição foi visitada por um membro da Comissão, acompanhado por um consultor **ad hoc**.

Em seu relatório, a Comissão afirma:

"1) Melhoria substancial nos cursos de graduação onde o PET se instalou;

2) O PET tem contribuído para promover a proximidade dos alunos com a faculdade e para fazer reaparecer o papel da instituição universitária para os estudantes;

3) O PET é um grupo que otimiza a estrutura curricular nas instituições de ensino superior, refletindo o espírito da Lei de Diretrizes e Bases;

4) O PET demonstra ser um programa fundamental para implementação de ações dirigidas à comunidade, principalmente aquelas voltadas para o Ensino Fundamental e Médio;

5) Os "petianos" desenvolvem cidadania como alunos e como jovens brasileiros; aprendem a conduzir eventos acadêmicos, a promover oportunidades para o debate de questões da atualidade e a buscar soluções para demandas da comunidade externa;

6) Há evidências do desempenho diferenciado dos egressos do PET no mercado de trabalho;

7) O PET forma profissionais melhor preparados para integrar a comunidade científica ou para integrar as áreas profissionais e empresariais em seus campos de formação."

Em seu parecer final, a Comissão considera: "...o PET é uma das iniciativas mais consistentes e produtivas no sentido de estimular os estudantes e melhorar a qualidade do ensino de graduação no País...", "...o PET melhora o desempenho global do curso no qual se insere, tanto no que tange à eficiência na formação dos estudantes quanto no que se refere à maior produtividade dos professores...", "Como uma das prioridades do País, no âmbito educacional, é melhorar a formação superior, um dos mecanismos mais eficazes instalado no momento é, sem dúvida, o Programa Especial de Treinamento".

Considerando todos esses resultados – e esse é o foco do nosso pronunciamento, por entendermos a importância desse programa –, causa profunda estranheza o Ofício Circular nº 030/99/PR/CAPES, notificando aos reitores das IES que o Programa, "com o formato atual, entra em seu último ano de funcionamento, tendo como data limite 31 de dezembro de 1999".

Chamo a atenção para uma matéria de jornal, a que já me referi no início do meu pronunciamento, que destaca que "o PET recebeu importantes elogios da Academia Nacional dos Estados Unidos e foi eleito o melhor programa de graduação do Brasil, através de pesquisa realizada com 144 grupos".

É lamentável verificar que as autoridades constituídas tomam suas decisões sem ouvir as Instituições de Ensino Superior e as Pró-Reitorias que trabalham séria e honestamente em prol da educação e da juventude brasileira. O Brasil não tem tradição no ensino superior comparável às universidades do primeiro mundo – a USP, por exemplo, foi criada em 1934. Quando acumulamos experiências positivas, como no caso do PET, não as levamos em conta, mesmo com a avaliação apontando as vantagens do Programa. Então, pergunto: por que gastar tempo e dinheiro com avaliação? Para desmontar? Não há preocupação em reformular e manter a prática, por quê? Afinal, o PET já tem 20 anos, e, em um país de experiências efêmeras, 20 anos já constitui uma tradição.

É, portanto, incompreensível a decisão do Governo Federal nesse sentido. As razões apresentadas para a criação do PET, em 1979, continuam a justificar a sua manutenção, tendo em vista que, na década de 90, com já expus, a situação das universidades brasileiras agravou-se ainda mais em decorrência, dentre outros fatores, das condições econômicas que o País vem enfrentando. E as universidades convivem, de um modo geral, com sérios problemas, de infra-estrutura física, material, humana, o que vem acarretar, sem dúvida, prejuízos para uma formação acadêmica de alto nível para os estudantes brasileiros. Além disso, as estatísticas dos vestibulares têm demonstrado que os alunos continuam ingressando no 3º Grau sem embasamento suficiente.

Portanto, mais do que no passado, o PET constitui um mecanismo necessário à formação acadêmica de bom nível. A sua reputação já atravessou as fronteiras do País por meio de comunicações científicas efetuadas pelos tutores de diversas áreas do conhecimento, sendo atualmente conhecido na América Latina, especialmente na Argentina, no Uruguai, no Canadá, na Alemanha e em outros países da Europa inclusive. Tem despertado elogios da comunidade científica internacional, que sempre destaca a iniciativa do Governo brasileiro em apoiar um programa dessa natureza.

É, no mínimo, suspeita a insistência do Governo em manter o clima de incerteza e insegurança quanto ao sistema de bolsa gerido por órgãos como a Capes e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. É um contra-senso realizar cortes para fugir da crise, quando deveríamos investir em educação e pesquisa, justamente para evitar outra situação como a atual. O Governo revela uma preocupação imediatista, conjuntural, comprometendo, com isso, áreas vitais para o desenvolvimento do País, sem o concurso das quais não enfrentaremos a crise do futuro, mesmo que superemos as dificuldades financeiras do momento.

Algumas áreas não podem sofrer cortes sob alegação econômica, pois a interrupção dos seus projetos não só compromete as possibilidades de retomada no futuro, como também ocasiona perdas irreparáveis no que já se investiu. É o que acontece com o desenvolvimento de recursos humanos qualificados. É um trabalho que exige continuidade e que acarretará, se interrompido, muito mais prejuízo, inclusive para a própria área econômica. Não se trata somente do destino pessoal de algumas centenas de jovens, mas da possibilidade de o País passar a contar com um quadro de profissionais capazes de alavancar o seu desenvolvimento.

Portanto, concluo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, reiterando a nossa preocupação e alertando esta Casa para a anunciada extinção do Programa Especial de Treinamento. Isso fere a autonomia universitária, compromete a expansão qualitativa do ensino superior e neutraliza os esforços empreendidos para a melhoria da sua qualidade. Atinge, portanto, os três pilares sobre os quais, conforme afirmamos no início deste pronunciamento, assenta-se a demanda da universidade pública brasileira.

A manutenção das experiências exitosas é uma forma de luta da universidade pública. Dessa forma, é preciso, independentemente de nossas tendências partidárias, tomarmos a defesa do patrimônio técnico, acadêmico e científico deste País, entre o qual o PET se insere, instrumento fundamental na superação do atraso e da subserviência histórica e veículo indispensável na conquista da justiça e do bem-estar social.

Assim, conclamamos todos os segmentos da sociedade a cerrarem fileiras em defesa das universidades federais e pela manutenção plena de seus instrumentos pedagógicos, atendendo ao anseio de toda a comunidade acadêmica, com os olhos voltados para o futuro da Educação, da Ciência, da Tecnologia e da Cultura nacionais, no melhor interesse da Nação Brasileira.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Exª me concede um aparte?

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Emilia Fernandes, não vou entrar no mérito do seu discurso, tão bem elaborado e orientado, porque, infelizmente, ouvi apenas um trecho dele. Mas não posso deixar de homenageá-la pela forma como se tem conduzido na defesa da educação e da formação dos jovens brasileiros, defendendo, sempre que possível, sempre que usa a tribuna, projetos que indiquem, no seu conceito, a importância da educação na formação da cidadania. V. Exª traz, hoje, um assunto grave, um alerta à sociedade brasileira para a importância dos investimentos em pesquisa e ensino. Acredito que o país que quer um futuro forte, coerente e que possa alcançar o nível das primeiras nações, tem que investir nas suas pesquisas e na educação. Queria prestar essa homenagem a V. Exª e cumprimentá-la pela oportunidade do tema.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Agradeço o aparte de V. Exª, Senador Romeu Tuma. Com a mesma sensibilidade com que temos tentado abraçar as questões de educação, V. Exª tem abraçado também diferentes temas nesta Casa.

Tenho certeza de que este alerta que estamos fazendo diante da iminência de extinção do Programa Especial de Treinamento, que qualifica, que valoriza o conhecimento, a ciência, a tecnologia neste País, que é um País novo, pequeno – grande na sua dimensão, mas pequeno na sua capacidade de produzir, de autodeterminação, de até não necessitar continuamente estar na dependência dos ditames de fora para dentro, em relação ao nosso potencial, ao nosso crescimento, à nossa produção, à nossa mão-de-obra qualificada -, necessita de mais pessoas atentas a esta questão.

Fiz a denúncia de que, até 31 de dezembro deste ano, este programa seria interrompido, inclusive com o corte de verbas da ordem de R$16 milhões, com prejuízo não apenas para os que já são bolsistas hoje – estamos perguntando como ficarão -, mas também para a continuidade de um programa que é reconhecido internacionalmente como algo positivo no Brasil. Então, que se aperfeiçoe o programa é uma questão, mas a sua extinção é totalmente inviável.

Nesse sentido, Sr. Presidente, solicito que seja publicada, na íntegra, como continuidade do meu pronunciamento, uma moção do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a instância máxima deliberativa da UFRGS em relação a este programa, assinada pela Reitora, Professora Wrana Panizzi. Nesta moção, alerta-se que, diante do quadro de incertezas sobre a sobrevivência do PET e da ausência de quaisquer informações por parte da Capes, e considerando ainda que a UFRGS mantém grupos PET desde 1988, contando atualmente com seis equipes, o Conselho Universitário da UFRGS reafirma sua posição pela continuidade, aperfeiçoamento e expansão do Programa Especial de Treinamento – PET/Capes. Isso reduz e abrange o sentimento de todos nós.

Sr. Presidente, estaremos enviando um requerimento à Comissão de Educação do Senado, para que se faça uma audiência pública, que se chame o Governo, a fim de se escutar, de viva voz, qual a proposta alternativa que o Governo deseja implementar, e que se discuta, com os interessados e com o Congresso Nacional, que representa a sociedade, a mudança desse programa tão importante para os meios científicos do nosso País.

Muito obrigada.

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA EMILIA FERNANDES EM SEU PRONUNCIAMENTO:

MOÇÃO

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instância máxima deliberativa da UFRGS, em sessão realizada em 9 de julho de 1999, decide manifestar ao Ministro da Educação, à Capes e a comunidade acadêmica sua expectativa pela manutenção do Programa Especial de Treinamento – PET, pelos motivos a seguir expostos:

O Programa foi criado em 1979, com os seguintes parâmetros norteadores:

1º – oferecer aos alunos de graduação uma formação acadêmica de excelente nível, visando à formação de um profissional crítico e atuante;

2º – promover a integração da formação acadêmica com a futura atividade profissional, especialmente no caso da carreira universitária;

3º – estimular a melhoria do ensino de graduação.

Desde então, os programas foram sendo aprovados pela CAPES, de tal modo que hoje existem em funcionamento, no país, trezentos e quinze grupos espalhados em 59 Instituições de Ensino Superior, totalizando 3.456 alunos bolsistas.

A avaliação dos grupos, até 1997, consistia na análise do seu funcionamento interno, a partir de Relatórios e Planos de Atividades, entregues pelos grupos, por meio de consultores nomeados pela Capes. Estes eram orientados por Coordenadores de Área, um para cada campo de conhecimento.

A partir de 1997, a Capes demitiu os Coordenadores de Área, sob a alegação de que a avaliação dos grupos apresentava "graves" falhas e que, além disso, o programa estaria a merecer uma avaliação global. Para tal, o Nupes, sob contrato, realizou para a Capes uma avaliação independente, a qual acabou por revelar-se muito positiva para o PET. Não satisfeita, a Capes fez realizar em 1998 mais uma avaliação externa, por uma equipe de consumidores por ela mesma escolhida. Pois bem, no relatório final desta última avaliação consta, com todas as letras "... O PET é um programa bem sucedido no que se refere ao seus alunos bolsistas. As oportunidades de treinamento oferecidas pelo Programa são ímpares, mesmo quando comparadas com outros programas até certo ponto similares.

O PET é um programa complexo e completo e não pode ser avaliado apenas pelo número de pessoas que atinge diretamente. Como programa institucional e de longa duração, o PET melhora o desempenho global do curso no qual se insere, tanto no que tange à eficiência na formação dos estudantes quanto no que se refere à maior produtividade dos professores, mesmo que não estejam diretamente envolvidos no Programa.

Como uma das prioridades do país, no âmbito educacional, é melhorar a formação superior (Graduação), um dos mecanismos mais eficazes no momento, é sem dúvida o Programa Especial de Treinamento".

Considerando os resultados francamente favoráveis provenientes de todas as avaliações, foi com profunda estranheza e desagrado que professores tutores e alunos bolsistas receberam o ofício n. 030/99-Capes, pelo qual foram notificados que o programa "com o formato atual entra em seu último ano de funcionamento, tendo como data limite 31 de dezembro de 1999".

Diante deste quadro de incertezas sobre a sobrevivência do PET e da ausência de quaisquer informações, por parte da Capes, e considerando ainda que a UFRGS mantém grupos PET desde 1988, contando atualmente com 6 equipes, o Conselho Universitário da UFRGS, reafirma sua posição pela continuidade, aperfeiçoamento e expansão do Programa Especial de Treinamento – PET/Capes.

Wrana Maria Panizzi, Reitora.

Durante o discurso da Sra. Emília Fernandes, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Gostaria de informar à Senadora Emilia Fernandes que, no mesmo sentido de seu pronunciamento, ainda no dia 18 de agosto último, também enviei carta ao Ministro Paulo Renato Souza solicitando que seja feita a avaliação sobre a possibilidade de continuidade do PET, da concessão de bolsas pela Capes aos alunos vinculados a esse programa, sobre cujas características e qualidades V. Exª discorreu.

Pergunto ao Senador Romeu Tuma se ainda deseja fazer uso da palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Serei breve.

Como V. Exª se referiu ao Ministro Paulo Renato, gostaria de dizer que temos acompanhado de perto sua luta pela melhora do ensino de 1º, 2º e 3º graus, tentando eliminar uma série de erros e defeitos que se foram acumulando ao longo dos anos. Acredito que as próprias dificuldades financeiras talvez venham retardando um pouco o seu programa, que já apresenta resultados bastante efetivos.

Após ouvir o discurso da Senadora Emilia Fernandes e a referência de V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, quero mencionar fatos que me deixam assustado como paulista, assim como V. Exª, meu Presidente. As notícias diárias que correm pelos jornais,

de crimes, homicídios, latrocínios, eliminação pura e simples de pessoas, assassinatos, por encomenda ou não, eliminação de testemunhas vêm num crescendo assustador.

Ainda ontem, o Secretário de Segurança Pública fez uma reunião, em que elegeu como inimigo nº 1 o **crack**, que é um mal que vem assolando a sociedade V. Exª sabe e talvez tenha-se referido a isso no seu programa de campanha. Ouvi alguns de seus pronunciamentos sobre a importância do combate ao tráfico de drogas, principalmente o **crack**, usado em cada esquina da zona central de São Paulo. Ontem, em boa hora, o Secretário determinou se faça um combate sério, repressivo, sem nos esquecermos da importância da prevenção. Há projetos internacionais, e isso vem avançando, porque só a repressão não tem resultado no combate ao tráfico de drogas.

Temos três fases: repressão, prevenção e recuperação. A repressão tem de ser eficiente, permanente, principalmente na região de fronteira trataremos do assunto em outro momento e ao tráfico urbano, que V. Exª conhece e tem proposto o seu combate. A prevenção é algo importante, com a busca de programas ideais para desviarmos essa juventude, essa mocidade, de buscar na droga uma opção para suas angústias. E há ainda a recuperação. Não se pode investir simplesmente na repressão.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com prazer, ouço V. Exª

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Senador Romeu Tuma, quando o Secretário elege o **crack** como o inimigo nº 1, fico pensando: não será a impunidade? O traficante é preso em um dia e, no dia seguinte, há um **habeas corpus**, uma medida ou algo assim, liberando-o. Vemos as coisas mais estapafúrdias acontecendo, e a punição é nenhuma. No Brasil, um País que tem uma enorme fronteira, temos todas as nossas Forças Armadas no litoral das grandes cidades. Creio que deveria haver uma reformulação geral no aparelho de segurança e nas leis, a fim de que as pessoas apanhadas no crime da traficância sejam realmente punidas exemplarmente. Ao mesmo tempo, que se invista num apoio às pessoas que são vítimas pelo vício, caminhando no sentido de sua recuperação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Agnelo Alves, V. Exª tem toda razão. Houve uma época, há poucos anos, em que o Ministério do Exército, principalmente, desativou quartéis de fronteira sul do litoral, transferindo essas unidades para regiões da Amazônia.

Então, surgiu o Projeto Calha Norte com força muito grande durante o Governo do Presidente José Sarney. Hoje, parece-me que há oito ou nove pelotões de fronteira, três batalhões e várias unidades. Infelizmente, na verba orçamentária participamos da Comissão Especial do Calha Norte , nada foi projetado nesse sentido para sua melhoria ou continuidade. Há uma forte opção de interligação do Sivam, do Calha Norte, mas sem desativar o Calha Norte, porque se trata de um projeto com várias fases. Ele tem uma presença física e prevê-se também uma presença econômica de ocupação da Região Amazônica, isolando-a, assim, da presença permanente da criminalidade de fronteira.

Hoje, tive a oportunidade de ver publicado um artigo meu na **Folha de S.Paulo** sobre o problema das armas. Já fiz um requerimento à Mesa solicitando que o Ministro da Justiça informasse, realmente, os índices das armas assassinas registradas, cadastradas, e aquelas que são realmente clandestinas.

Tivemos aprovado por esta Casa e pela Câmara projeto criando o Sistema Nacional de Registro de Armas. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o índice de recadastramento é de menos de 30%. E as autoridades não vão atrás daqueles que tinham registro antes e deixaram de se recadastrar? Essas armas passaram a ser clandestinas, e é crime o seu porte.

Então, vem o Governo, talvez com a melhor das intenções, já fazendo um projeto que elimina o porte, a fabricação, a compra, tudo. Não foi feito nem o recadastramento dessas armas que estão aí. Como exigir o cumprimento das obrigações daqueles que deixaram de fazê-lo?

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Permite-me V. Exª novo aparte, nobre Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com prazer, ouço V. Exª.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Senador Romeu Tuma, V. Exª sabe por que as pessoas não fazem o registro? Porque sabem que, se não o fizerem, nada acontecerá.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É a impunidade de que fala V. Exª. Então, não adianta a sobrecarga de leis se não damos andamento àquelas que já estão vigência e que, às vezes, demoram um ano para entrar em vigor. Imediatamente, já se quer revogar, já se quer transformar. Por quê? Porque não se dá conta daquilo que existe como lei. Então, diz-se: "Ah, se a gente não consegue combater o crime, va-

mos tirá-lo do Código Penal, porque aí fica mais fácil para controlar". Quer dizer, isso é suicídio da sociedade e da própria cidadania.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Permita-me, nobre Senador Romeu Tuma, lembrar aquela velha história famosa do sofá. O marido, traído, chega em casa, encontra a mulher com outro cidadão no sofá e diz: "Vamos tirar o sofá da sala".

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É isso mesmo.

Mas creio que está na hora, Sr. Presidente e sei que V. Exª pensa assim também de fazermos com que as leis sejam cumpridas com o rigor implícito nelas mesmas. Não adianta dizer: aplicar a lei com rigor. Ora, isso está implícito no seu texto legal. Quando o legislador elabora uma lei, ele já explicita como deve ser cumprida. Não se pode relegá-la a segundo plano e querer-se, imediatamente, mudá-la sem saber se o seu resultado vai ser bom ou ruim.

Não sou favorável a armas. Este é um princípio meu: quem não está preparado e quem não tem necessidade não pode e não deve nem pensar em andar armado. Então, o controle da compra e da venda deve ser rigoroso.

Não sei se V. Exª estava presente quando discutimos o acordo internacional sobre a fabricação de armamentos e artefatos que podem trazer gravidade à sociedade, minas e outras coisas, com o esplendor de um acordo que tem um rigoroso controle internacional. Mas ficamos na base da flauta, quer dizer, deu, deu; se não deu, deixa para lá, e a impunidade vem crescendo.

Estou preocupado que, com a proximidade do fim do ano, venha um projeto de indulto. Segundo um informe que recebi, há possibilidade de concessão de indultos até para crimes hediondos com condenação de até de 8 anos; podem entrar até estupradores, violentadores e assaltantes. Não digo que já exista...

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Existe mesmo, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Preocupo-me, porque membros da Procuradoria de Execuções Penais estão assustados com a evolução que os indultos estão tendo.

Por quê? Porque, com as cadeias cheias, é mais fácil botar na rua, evitando-se conflitos, levantes ou repressão forte em que a polícia tenha de intervir. Então, começam a aliviar desse jeito. Temos de tomar cuidado com isso, Sr. Presidente. Temos que começar a discutir o sistema prisional, a legislação penal e tudo aquilo que possa favorecer o criminoso em detrimento da sociedade.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Ainda tem um aspecto: a desvalorização da Polícia. Procura-se hoje desmoralizar a Polícia nas mínimas coisas, não se sabe quem é mais desvalorizado, se a Polícia ou o bandido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não há dúvida.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – A sociedade está meio sem saber o que fazer.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sou contra qualquer movimentação grevista de policiais, pois acho que a atividade policial é extremamente necessária à sociedade. No entanto, ontem, quando um PM de um Estado do nordeste disse que ganhava R$260, fiquei assustado.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Está ganhando bem!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não conseguem nem sobreviver. Ele vive na zona do criminoso, mora onde mora o assaltante, a quadrilha, e ele não tem nem como proteger a sua família.

Se não investirmos nessa atividade e se não mudarmos essa visão do sistema de segurança pública, a sociedade vai viver prisioneira do medo, não vai ter como reagir, e amanhã virá o risco de ressurgir a justiça pelas próprias mãos, o que também não podemos admitir.

O Governo tem que pensar um pouco em investir no sistema de segurança pública, dar qualificação ao trabalhador policial, dar-lhe meios para que possa viver com dignidade e respeitar princípios éticos.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Estou inteiramente de acordo com V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A Presidência informa que, às 14 horas, haverá a reunião da Comissão Mista Especial sobre a Erradicação da Pobreza e, às 15 horas e 30 minutos, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Essas duas Comissões irão se reunir na tarde de hoje na Ala Nilo Coelho – sala 2 e sala da CCJ, respectivamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, João Alberto Souza, Moreira Mendes e Geraldo Cândido enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, tive o prazer de tomar conhecimento do *Relatório de Atividades 1998*

da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, nossa brava Embrapa, a empresa que sempre está do lado do produtor rural, seja na área de produção animal, no cultivo de grãos, seja em silvicultura ou na produção de vinhos, no controle contínuo das pragas de café ou cacau, enfim, encontramos a Embrapa sempre presente com a resposta científica, o resultado de árdua pesquisa e a presteza de seus agentes.

Ao folhear o Relatório, Senhor Presidente, e dele ir tomando conhecimento, foi ganhando maior robustez o julgamento que sempre fiz sobre a importância da atuação da Embrapa no cenário dos avanços agropecuários brasileiros.

Na Apresentação, o Diretor-Presidente da Embrapa, Senhor Alberto Duque Portugal, considera que o Relatório de 1998 encerra "um ciclo iniciado há pouco mais de duas décadas, quando produtores e industriais brasileiros reclamavam soluções tecnológicas genuínas, inspiradas na múltipla e complexa realidade dos ecossistemas nacionais."

Construiu-se, então, uma formidável base tecnológica, geradora de condições de sustentabilidade e de competitividade internacionais. Na área de pesquisa e desenvolvimento, a Embrapa sempre pautou seu trabalho por sólidos princípios: os postulados do método científico, a continuidade, a constância, a dedicação.

Nas palavras de seu Diretor-Presidente, "*as prioridades continuam a ser definidas segundo uma visão holística, que vai do empresário ao agricultor familiar, do Norte ao Sul, da pesquisa básica à validação final de uma tecnologia.*" Completa ele: "*Com freqüência, a tarefa exige a dedicação de uma vida.*"

Sabemos que cientistas e pesquisadores costumam dedicar toda a vida ao trabalho, em longas permanências nos laboratórios, em exaustivas jornadas dedicadas aos experimentos de campo, embrenhados em meio a tubos de ensaio, equipamentos sofisticados, livros e periódicos, centenas de *papers* e atas de congressos científicos... Parecem, mesmo, terem sido picados por uma mosca azul que os teria contaminado com a paixão pela pesquisa, com o gosto da descoberta, com os desafios do desconhecido.

Os pesquisadores da Embrapa não são diferentes. Enquadram-se perfeitamente nesse breve perfil, como demonstra o notório crescimento do índice de artigos por pesquisador verificado de 1995 a 1998, além dos indicadores de resultados de Pesquisa & Desenvolvimento. Desses, vale destacar o grande volume de produção técnico-científica, em forma de publicação de artigo em periódicos nacionais e estrangeiros, elaboração de capítulo para livros nacionais e estrangeiros, além de resumos e artigos publicados em anais de congressos. Vale destacar, ainda, o desenvolvimento de tecnologias, produtos e processos, seja na forma de cultivares lançadas, processos agropecuários e industriais desenvolvidos, *sofwares* gerados, metodologia científica aperfeiçoada, monitoramento e zoneamento realizados.

Novas soluções tecnológicas foram buscadas na área de biotecnologia e recursos genéticos. Destaco algumas:

- *Introgressão de genes do arroz silvestre em variedades melhoradas, para ampliar a base genética e melhorar a eficiência do programa de melhoramento do arroz irrigado;*
- *Identificação de marcadores moleculares para genes de resistência ao nematóide de cisto;*
- *Processo de produção de batata-semente por meio de brotações e minitubérculos, mais barato que cultura de tecido, com garantia de sanidade.*

Na área de recursos naturais e meio ambiente, o elenco de realizações da Embrapa é vasto e variado. Encontramos desde trabalhos de mapeamento das queimadas no Brasil, passando por trabalhos de zoneamento agroecológico – como o realizado no Estado de Tocantins –, até estudos para definição do tamanho mínimo de captura e do período de defesa de reprodução da tuvira, para controle ambiental.

No tocante à produção animal e vegetal, vamos encontrar inúmeras recomendações de cultivares para regiões específicas, descoberta e caracterização de doenças, como o carvão-do-feijoeiro e a sarna-do-feijoeiro, novas tecnologias e novo sistema de produção de determinadas espécies.

No setor de agroindústria e alimentos, foram pesquisadas novas soluções tecnológicas na produção de salsicha isenta de colesterol, na produção de macarrão de farinha industrial de soja – destinado a consumidores com diabetes e hipercolesterelemia –, na formulação de sal mineral para bovinos, no processo de pasteurização rápida de polpa de goiaba, entre outras pesquisas.

Na área de informática e instrumentação, pode-se destacar como resultado de pesquisa: *softwares* para gerenciamento e avaliação de rebanhos bovinos leiteiros; sistema para diagnóstico de doenças do milho, máquina de pequeno porte a ser acoplada ao trator para colheita de soja em pequenas propriedades, protótipo de clorador de água, para utilização em propriedades ou locais sem acesso de água tratada,

O Relatório apresenta um balanço da Articulação Nacional no período de 1995 a 1998, na busca de uma rede nacional de Pesquisa & Desenvolvimento. Diz o Relatório:

> A ambição maior do esforço de articulação nacional é a consolidação de uma rede nacional de P&D integrada por entidades que se reconheçam como iguais e, mantendo sua identidade e independência, operem em parcerias baseadas em propósitos comuns.
>
> Avançou-se muito nessa direção. De um lado, com a criação do Programa 15, do Sistema de Planejamento da Embrapa, que facilitou a interlocução com as organizações estaduais de pesquisa, e, de outro, da criação do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa – Consepa, que restabeleceu as articulações políticas para o fortalecimento do SNPA (Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária).
>
> O desafio futuro está em ampliar a participação do setor privado na sustentação dessas atividades de P&D de interesse do agronegócio.

A Embrapa buscou, ainda, consolidar o trabalho de reorganização das atividades de cooperação internacional. Em 1998, tiveram início 35 projetos de pesquisa, envolvendo 58 instituições públicas e privadas, que vão contemplar projetos em agricultura familiar, uso de recursos naturais e de tecnologias avançadas, além de projetos sobre agronegócios, em todas as regiões brasileiras. Em setembro do ano passado, foi instalado o Labex-EUA, e iniciadas as negociações para a instalação do Labex-Europa na França. Foram firmados novos acordos bilaterais, com os seguintes países: El Salvador, Estados Unidos, Índia, Japão, Namíbia e Reino Unido.

Na área de transferência de tecnologia, foram firmados convênios com a agência de notícias O Estado de São Paulo (Projeto Agrocast), com a RBS (Canal Rural) e com a TV Educativa, "*para repassar, por rede de computadores, em tempo real, e por programas de televisão, recomendações, alertas e outras informações sobre agricultura e meio ambiente.*" Ainda nessa área, foi finalizado *software* que permite acesso *on-line* a bancos de dados com soluções de problemas operacionais de fazendas e indústrias; foram produzidas, para veiculação em antenas parabólicas, quatro edições do programa Dia de Campo na TV; foi desenvolvido o Projeto Tentar, que vai transferir tecnologia para empresas em incubadoras; foram produzidos dez novos documentários educativos, em vídeo, sobre meio ambiente; foram lançados 25 novos livros, no total de 76 mil exemplares; foram produzidos 30 programas sobre oportunidades de negócios na agricultura brasileira a serem exibidos no Japão.

Informa-nos o **Relatório** que todas as ações de transferência de tecnologias buscam atender às prioridades estabelecidas pelo Governo Federal. Nesse sentido, foram realizados 104 seminários tecnológicos em 85 municípios brasileiros, tendo sido distribuídos 15 mil exemplares de publicações técnicas; foi realizado um plano emergencial para o controle da mosca-branca, no qual foram treinados 312 multiplicadores; foram realizadas mais de uma vintena de ações, numa extensa rede de parcerias, em várias regiões brasileiras.

Nas ações de transferência de tecnologia, a clientela da Embrapa engloba amplo conjunto de agentes sociais e econômicos, aí incluídos novos atores, como "os brasileiros das comunidades indígenas, dos assentamentos, das favelas, prefeitos, vereadores, ONGs, micros e pequenos empresários", numa inequívoca demonstração de que "a sociedade brasileira está adquirindo a consciência de que o fator tecnológico é fundamental para a manutenção dos negócios e crescimento das comunidades."

Poderia me alongar por muito tempo mais, Senhor Presidente, destacando os variados aspectos que demonstram a relevância de uma instituição como a Embrapa. Abrevio meu pronunciamento, no entanto, para não exceder o horário que me é concedido para ocupar a tribuna, mas certo de que, por muito pouco que se fale dessa Empresa, esta Casa tem a sensibilidade e o discernimento de reconhecer na Embrapa uma das vigorosas instituições de pesquisa a apoiar o nosso homem do campo, na sua lida permanente e contínua de produzir alimentos.

Mas eu não poderia, Senhor Presidente, antes de chegar às palavras finais de meu pronunciamento, deixar de dirigir uma palavra às nossas autoridades governamentais. Uma palavra que é, ao mesmo tempo, um apelo justo e sincero de quem reconhece a importância da Embrapa para o Brasil. Sabemos todos que, apesar de seu profícuo desempenho, a Embrapa vem sofrendo recorrentes cortes nos recursos orçamentários a ela destinados, cortes esses que poderiam comprometer seu desempenho, mas não logram fazê-lo, porque sua equipe de pesquisadores e administradores operam um verdadeiro milagre ao fazer muito com dinheiro parco. Dirijo-me, então, às autori-

dades deste País, para que passem a privilegiar com maior efetividade o grandioso trabalho desempenhado pela Embrapa em prol de nossa agricultura e pecuária. Destinem-lhe os recursos necessários para que não apenas continue ela operando no ritmo atual, mas para que o faça com maior vigor e maior amplitude! Se está na ordem do dia nacional a discussão dos assuntos ligados ao campo, o momento também é propício para se reconhecer o trabalho de excelência realizado pela Embrapa.

Minhas últimas palavras são de saudação. Saudação à equipe de cientistas, pesquisadores, técnicos e administradores que fazem da Embrapa um centro de excelência, uma ilha de eficiência no nosso universo governamental. Felicito a direção da Embrapa por manter vivo o espírito da pesquisa e do desenvolvimento, a despeito da gravidade do cenário nacional, marcado por dura realidade social e econômica!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, falar da Amazônia de há muito tornou-se quase que um lugar comum. A imprensa nacional e internacional, cientistas e ecologistas, indigenistas e religiosos, biólogos e laboratórios farmacêuticos, garimpeiros e madeireiros, guerrilheiros e traficantes de droga, pecuaristas e plantadores de soja, governos e organizações não governamentais, todos os setores se manifestam sobre a Amazônia ou agem na área. Uns perseguem interesses específicos e restritos, outros preocupam-se com as conseqüências que poderão advir de uma exploração inadequada. Alguns defendem um desenvolvimento abrangente e genérico, outros, muitos, apontam para um cenário de apocalipse no futuro.

O fato é que a questão amazônica não tem deixado ninguém indiferente. A Amazônia encontra-se no olho de um furacão, movimentado em nossos dias particularmente por três ventanias, todas fonte de acaloradas discussões.

A primeira dessas ventanias é constituída da questão do desmatamento, uma realidade especialmente visível nos dias presentes, embaçados pela fumaça das queimadas que rugem em todos os quadrantes. Não há dúvida de que a mata está sendo agredida e destruída e, o que é mais preocupante, em grande parte à margem da lei e de qualquer plano sério de exploração para o desenvolvimento e a permanência.

Esse fato se tem agravado recentemente, após a autorização dada pelo Brasil a empresas estrangeiras exploradoras de madeira de lei. Essas empresas, com capacidade financeira, com equipamentos e técnicas de corte bem mais eficientes do que as das tradicionais madeireiras brasileiras, com a mesma ou até maior disposição predatória, como mostra a sua pregressa e tenebrosa ação em outras terras, estão acelerando a devastação ambiental na região. Hoje, perto de 90 % da exportação de madeira da Amazônia é área de domínio de empresas estrangeiras. De acordo com dados constantes em relatório da Greenpeace e noticiados pela imprensa, existem atualmente "17 companhias, parcialmente ou totalmente controladas por estrangeiros, que praticam exploração ilegal de madeira" (Jornal de Brasília, 18 de agosto de 1999).

É claro que o problema não pode ser atribuído apenas às madeireiras estrangeiras. Os principais incentivadores da devastação da floresta amazônica são brasileiros. De acordo com dados divulgados pela organização inglesa Amigos da Terra, 86 % da madeira extraída dessa região são consumidos pelo mercado interno. Apenas 14 % são exportados.

Ao se instalarem no Brasil, as madeireiras estrangeiras incorporaram rapidamente os métodos já praticados por aqui para burlar a fiscalização: atuar nas áreas onde o Estado ainda não chegou. O Estado faz-se presente nos pontos de saída da madeira, onde pode atuar de forma minimamente eficiente, uma vez que, antes do embarque, mais eficientemente já atuou a corrupção, intensificada após a chegada dos dólares.

Outra forma tradicional de burlar a legislação é a contratação de pequenos madeireiros locais – posseiros, índios, garimpeiros, mateiros "laranjas" – que agem na ilegalidade e formam o que é denominado de "exército de cupins da Amazônia", hoje calculado em 300 mil pessoas. São esses "cupins" os que executam o serviço sujo e arriscado de derrubar as árvores em áreas proibidas, produto que, depois, é "esquentado" e passa nos postos de controle como se tivesse sido extraído de regiões liberadas.

Segundo evidências colhidas por diferentes entidades ambientalistas e informadas à imprensa, aproximadamente 80 % dos pontos de desmatamento são causados por esses "cupins". Cerca de 60 % do que eles extraem são comprados pelas madeireiras estrangeiras. Fazendo referência a relatório da Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Estado de São Paulo, no dia 12 de julho do ano em curso, afirma que aproximadamente "... 30 milhões de metros cúbi-

cos de madeira extraída ilegalmente foram enviados ao exterior, desrespeitando os Planos de Manejo Florestal exigidos pelo Ibama".

Outro setor que tem suscitado grande preocupação diz respeito à potencialidade da natureza da Amazônia no campo da farmacologia. Não é de agora que ilustres parlamentares desta Casa têm expressado preocupação para com esse assunto. Entre nós, já é do conhecimento geral o problema da "biopirataria".

O médico holandês Von Martius, no século XIX, ao percorrer as florestas da Amazônia, catalogando plantas e índios, afirmou que "a mata é a farmácia".

Na verdade, não se faz idéia do quanto já foi pirateado das florestas amazônicas no setor de fitoterapia cujo conhecimento, primitivo e elementar, mas eficiente, era e é de domínio dos índios, dos caboclos, dos ribeirinhos, dos habitantes, enfim, dessa região.

No século dezessete, os índios brasileiros já conheciam mais de 3 mil plantas com propriedades terapêuticas, enquanto que, nas farmácias da Europa, nesse mesmo tempo, só havia 40 remédios diferentes. É famoso o caso do remédio chamado *Triaga brasílica*, um preparado de ervas de amplo espectro e "pronto efeito", cujo segredo de preparação, guardado como tesouro pelos missionários Jesuítas, acabou indo para o Velho Continente quando da expulsão dos membros da ordem pelo Marquês de Pombal.

Infelizmente, esse é um campo ainda desconhecido pelos pesquisadores brasileiros. Até o presente, não obstante a biodiversidade amazônica, apenas cinco plantas foram analisadas para fins terapêuticos, entre elas a quebra-pedra e a espinheira santa. Mesmo assim, nunca foram realizados entre nós os chamados "ensaios clínicos" – testes com seres humanos para confirmar os efeitos esperados. "O Brasil jamais investiu seriamente em testes clínicos dessas plantas, assim como nunca se trabalhou em uma pesquisa associada entre antropologia e farmacologia", afirma Frederico Arruda, biólogo e professor da Universidade do Amazonas e superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA – em Anavilhanas, no rio Negro.

Por fim, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a terceira ventania é a que se refere a uma possível ocupação da Amazônia por forças externas, para defender pretensos interesses da humanidade. À primeira vista, soa absurda uma tal eventualidade, mas, historicamente, a ética no relacionamento entre os povos tem sido suplantada por absurdos. Os critérios que justificam a arrogância de alguém assumir o papel de polícia do mundo certamente não primam pelo respeito a tratados e à democracia e ninguém é suficientemente imune a contaminações quando se trata de interesses particulares, de indivíduos, de coletividades ou de países. A narcoguerrilha, o tráfico da droga do Peru, cuja rota atinge o norte do País, a devastação da Amazônia podem justificar à saciedade a perpetuação de mais um absurdo. São prova dessa possibilidade afirmações como a de um general norte-americano, ligado à central de informações das forças armadas desse país, no Instituto de Tecnologia de Massachussetts, segundo o qual, caso o Brasil resolva fazer algum tipo de uso da Amazônia "que ponha em risco o meio ambiente nos EUA, temos que estar prontos para interromper esse processo imediatamente" (Jornal de Brasília, 10 de agosto de 1999).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, as três questões aqui mencionadas fazem parte de uma realidade triste, porque são decorrentes de uma abordagem não condizente com o que a Amazônia é e pode ser para o Brasil e para a humanidade.

Alegro-me sobremaneira quando leio que o Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, constituído de 430 organizações não governamentais voltadas para a discussão dos problemas da região, pretende comemorar os 500 anos do descobrimento, chamando a atenção da sociedade para um "novo olhar" sobre a Amazônia. Um novo olhar visando não apenas a uma pura e simples informação, mas a um conhecimento sólido de sua realidade e necessidades e dos caminhos mais consentâneos e eficientes para a solução dos problemas da natureza e dos 17 milhões de pessoas que lá vivem.

Tenho certeza de que nenhum programa de desenvolvimento da Amazônia terá êxito sem o envolvimento das comunidades lá existentes. A salvação da Amazônia, entendendo por desenvolvimento respeito às peculiaridades de sua natureza, progresso e bem-estar para o povo, alicerça-se nas forças endógenas. Fora desse horizonte, repetir-se-ão os fatores do Brasil colônia, tempo em que os portugueses vinham a uma terra exótica com o objetivo de enriquecer e voltar para Portugal.

Ao País cabe ter um projeto para a Amazônia. Um projeto promotor do seu desenvolvimento, envolvendo capacitação dos seus recursos humanos, domínio de informação sobre seus recursos naturais, tanto em termos de riqueza quanto em termos de sua

fragilidade e rapidez de esgotamento, instrumentalização para que os nucleamentos naturais progridam com segurança, permanência no tempo, sabedoria na exploração e consciência ecológica.

Um passo importante é o que vem sendo feito por meio das ações relacionadas à implantação do Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia – SIVAM, um vasto programa de implantação de infra-estrutura de meios técnicos e operacionais destinados a coletar, processar e produzir dados de interesse específico; integrar, gerar, atualizar, avaliar e difundir conhecimentos, processar informações e comunicar. É necessário, no entanto, que tal sistema não seja mais uma ação vinda de fora, executada à margem das forças da região, as verdadeiras forças de sustentação e continuidade no processo de desenvolvimento.

Outras iniciativas importantes sem dúvida serão implementadas, por exemplo, na área do meio ambiente, cujo Ministério, dirigido pelo eminente Ministro Sarney Filho, homem de visão realista e segura em termos das potencialidades da Amazônia no campo da ecologia. Faço votos e expresso meu apoio para que sua ação à frente do Ministério seja profícua, conforme é seu desejo de bem servir e colaborar na solução dos problemas que dificultam os dias atuais no campo do desenvolvimento adequado da região.

Lembro também a atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, criada com abrangentes horizontes para o progresso da Amazônia Legal, em cujos limites está compreendida também grande parte do meu Estado do Maranhão. A SUDAM, aos poucos, foi perdendo forças, chegando a uma situação de quase impotência. Acredito, no entanto, que sua dinamização, com base nos conhecimentos adquiridos sobre a área durante anos de atuação e estudos, é de grande importância para o contexto da problemática que está a exigir projetos e ações consentâneos com a especificidade da Amazônia, em benefício do Brasil e do mundo. Seria uma resposta a dar aos reclamos internacionais relativamente ao pouco interesse de que é acusado o País em relação às necessidades dessa região.

Respeitados esses princípios, certamente, o "novo olhar" sobre a Amazônia terá condições de ser proposta nova e de prosperar, no respeito às especificidades da região.

Era o que desejava dizer.

Muito obrigado.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o próximo dia 13 do corrente mês, deste ano de 1999 tem, para a comunidade rondoniense, um significado todo especial: marca a passagem dos vinte e cinco anos de instalação da TV Rondônia, Canal 4, integrante da Rede Amazônica de Rádio e Televisão. Um quarto de século de um trabalho extraordinário, ao qual não faltaram competência técnica, profissionalismo, arrojo, pioneirismo e, coroando a própria razão de ser da empresa, o fiel cumprimento do compromisso com as causas maiores da região.

O registro desse aniversário, que hoje tenho a satisfação de fazer no Plenário do Senado Federal, tem múltiplo sentido. A um só tempo, saúda os que tiveram a coragem de apostar no empreendimento, conduzindo-o ao exuberante estágio em que atualmente se encontra; louva a abnegação de tantos e tantos profissionais que, no transcurso desses vinte e cinco anos, ofereceram seu talento para a construção de uma emissora de televisão de qualidade, integrando a Região Amazônica às conquistas tecnológicas do mundo contemporâneo; parabeniza o povo de Rondônia que, compreendendo a importância do trabalho realizado pelo Canal 4, conferiu-lhe sempre o prestígio de sua audiência.

Por trás desse aniversário, há uma bela história que, pelo menos de maneira sintética, merece ser contada. Tudo começou no final dos anos sessenta. Vislumbrando o impacto que a recém dimensionada Zona Franca de Manaus fatalmente haveria de trazer para a região, três amigos – os jornalistas Phelippe Daou e Milton de Magalhães Cordeiro e o publicitário Joaquim Margarido, então residente em São Paulo – uniram-se para criar uma agência de propaganda, a Amazonas Publicidade.

Inovando em sua área de atuação, a agência transformou-se no embrião da primeira investida do grupo no setor televisivo. Assim é que, em julho de 1969, os três empresários, aos quais se juntou Robert Phellipe Daou, constituem a Rádio TV do Amazonas Ltda. A 1.º de setembro de 1972, integrando oficialmente as festividades comemorativas do Sesquicentenário da Independência do Brasil, entrava oficialmente em operação, na cidade de Manaus, a TV Amazonas, Canal 5, fadada a ser um marco na comunicação social daquele Estado e líder da futura Rede Amazônica de Rádio e Televisão.

O zelo em sempre fazer uso da mais moderna tecnologia disponível, marca registrada da Rede, manifestou-se desde o início de suas transmissões. Adquirindo equipamento apropriado para tal fim, a TV

Amazonas foi a primeira emissora brasileira a exibir programação em cores. Sua programação, rotineiramente assinalada pela preocupação de veicular produção local, foi, num primeiro momento, centrada na TV Cultura de São Paulo e na TV Educativa do Rio de Janeiro, A seguir, passou a retransmitir a grade da Rede Bandeirantes e, desde a década de 1980, filiou-se à Rede Globo.

Destaco, Senhor Presidente, o pioneirismo do grupo, acoplado ao seu compromisso de interligar o Norte do País pela via das comunicações. Em prazo recorde, de setembro de 1974 a janeiro do ano seguinte, foram sendo implantadas as seguintes emissoras de televisão: Rondônia, em Porto Velho; Acre, em Rio Branco; Roraima, em Boa Vista; Amapá, em Macapá. Ao mesmo tempo, esforço incomum garantia a implantação de retransmissoras no interior da Amazônia, permitindo que a imagem da Rede chegasse às fronteiras dos países limítrofes: Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Guiana Francesa.

Numa época em que inexistia satélite ou canalização terrestre para a distribuição do sinal, a Rede Amazônica fez uso de um sistema – o de videocassete de formato U-Matic – revolucionário para a época. Desse modo, mesmo com algum atraso em relação às capitais, áreas remotas do interior tiveram acesso aos programas de televisão. Para tanto, fitas eram transportadas por avião, ônibus ou barco, levando às populações afastadas dos centros urbanos maiores uma intensa e variada programação, mesclando notícias, lazer e entretenimento.

Mais uma marca do pioneirismo e do arrojo dos que fazem a Rede Amazônica: a utilização, no "Brasilsat", 24 horas por dia, de um *transponder* – o Amazonsat – pelo qual exibe uma programação calcada em temas científicos, esportivos e educativos, da Amazônia para o resto do País. Assim, o Brasil vai tendo a oportunidade de conhecer um pouco melhor a cultura e toda a riqueza natural que caracterizam a Região Norte. Eventos como o Festival Folclórico de Parintins, o Festival da Canção de Itacoatiara, o Festival de Música e Arte de Tabatinga são transmitidos para todo o Brasil.

A Rede não cessa de crescer, unindo a Região e oferecendo-lhe serviços integrados de comunicação da mais alta qualidade. Às cinco estações geradoras de televisão, somam-se quatro emissoras de rádio e cento e vinte retransmissoras, espalhadas por todo o território amazônico. Empregando quase oitocentos profissionais, possuindo provedora de acesso à Internet, proprietária de todos os prédios que utiliza, tendo todos os seus setores informatizados e com presença física no Distrito Federal, onde mantém sua sucursal, a Rede Amazônica é empresa vinculada ao seu tempo e antenada com o futuro.

Daí, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o natural júbilo com que registro os vinte e cinco anos da TV Rondônia, uma das mais importantes peças da Rede. Por fim, confirmando a preocupação da Rede Amazônica de manter-se à frente de seu tempo, lembro que, desde março último, sua emissora líder, a TV Amazonas, passou a operar com equipamento digital Sony, sendo a segunda afiliada da Rede Globo a alcançar tão elevado índice tecnológico. E, para nossa alegria, nos próximos meses, quem deverá receber idêntico tratamento é a querida TV Rondônia – Canal 4, de Porto Velho.

Ressaltando o trabalho desenvolvido, ao longo desses anos, pelo Dr. Phelippe Daou deixo meus sinceros cumprimentos à Diretoria da Rede Amazônica. Pessoas como o Dr. Phelippe Daou, Diretor Presidente, empresário que enobrece seu Estado; Dr. Milton de Magalhães Cordeiro, Diretor Superintendente; Engenheiro Aluísio José Daou, Diretor Administrativo; Engenheiro Nivelle Daou Jr., Diretor Técnico; e o Diretor Joaquim Margarido, demonstram, cotidianamente, seu valor profissional e a perfeita compreensão do alcance social, político, econômico e cultural da empresa que dirigem. Registro, também, os meus cumprimentos para Murilo Aguiar – primeiro Diretor Regional da TV Rondônia Canal 4, o qual foi responsável pela instalação e inauguração daquele Canal em Porto Velho, tendo sido também responsável pela ampliação do leque de atuação da Empresa, instalando os repetidores de Ji-Paraná e Guajará-Mirim, e para o atual Diretor-Regional Antônio Carlos Ferraciolli que tem sabido com muita dedicação e competência, melhorar cada vez mais a qualidade em serviços prestados pela mesma TV Rondônia Canal 4. Merecem, também, reconhecimento e aplausos todos os funcionários e técnicos que fazem da TV Rondônia Canal 4 esse instrumento de conhecimento e entretenimento para toda a população do Estado.

Ao celebrar os vinte e cinco anos da TV Rondônia, creio poder expressar o sentimento que envolve a todos os rondonienses.

O sentimento de gratidão a quem lhe oferece uma programação de qualidade, levando-lhe, todos os dias, a informação, o lazer e o conhecimento.

O reconhecimento a um trabalho de elevado profissionalismo e de incontestável compromisso com a realidade local.

O aplauso a quem soube fazer, em nosso Estado, uma televisão que nada fica a dever aos maiores centros do País.

Por fim, os votos sinceros de que a trajetória da TV Rondônia seja de contínuo aprimoramento, de vitórias que se sucedem. A gente rondoniense bem o merece!

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco-PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, venho hoje ocupar a tribuna para expressar uma grande preocupação que diz respeito ao processo de independência no Timor Leste.

Inicialmente, devo frisar que o povo do Timor Leste decidiu pelo voto, no último dia 30 de agosto, que deseja a independência, sendo que dos 344,5 mil eleitores, 78,5% disseram "sim" ao país livre, como deveria ter sido desde de 1975, quando esse pais deixou de ser uma ex-colônia portuguesa e foi invadida pelas forças da Indonésia.

No entanto a situação no país piorou com a divulgação do resultado do plebiscito. Milícias pró-Indonésia estão controlando várias partes de Díli na capital do Timor Leste. Mais de 180 confrontos foram registrados, envolvendo civis e estrangeiros. Vários jornalistas foram ameaçados de morte.

A violência é praticada pelas milícias armadas, que são na sua maioria, militares ou policiais sem farda. Eles defendem a manutenção do território timonense sob controle político da Indonésia, contra a vontade da maioria da população.

Tudo isso ocorre sob os olhos da polícia e do Exército indonésio, pessoas que votaram pela independência tiveram suas casas queimadas. Ameaçadas de morte, milhares delas fugiram da ilha em pequenas embarcações ou tiveram de procurar abrigo em montanha desertas, centros religiosos ou instalações da ONU.

As principais estradas próximas a Díli são controladas pelas milícias contrários à independência. A capital está praticamente cercada e os bancos da cidade anunciaram que permanecerão fechados nesta semana.

O principal líder pró-independência, Xanana Gusmão, libertado nesta semana pelo governo indonésio, já previa um genocídio no Timor Leste e uma total destruição do país, em conseqüência da tentativa desesperada dos generais e políticos indonésios de negar a liberdade a esse povo e propõe que a ONU envie uma força de paz à região para acompanhar a transição até a independência.

Nesse sentido, acredito que a Organização das Nações Unidas tem, no Timor Leste, uma boa oportunidade de mostrar que ainda existe e tem alguma importância. Pois é necessário que o Conselho de Segurança se reuna rapidamente e decida enviar logo uma força internacional de paz para o Timor Leste. Essa iniciativa aconteceu ontem, segundo matéria publicado hoje no **Jornal do Brasil**, mas "a Indonésia rejeitou a entrada de uma força de paz para conter o massacre da população e a destruição das cidades por milícias contrárias à independência do território.

Ontem, também, vários países manifestaram suas posições favoráveis à uma intervenção multinacional no território, apoiados pelo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, que disse que as autoridades de Jacarta fracassaram totalmente no restabelecimento da ordem no Timor e que só uma intervenção poderá deter a violência na ilha. Estão juntos nesse propósito: Alemanha, França, Portugal, Inglaterra e Austrália. Já os Estados Unidos mantiveram uma posição ambígua: "a Casa Branca enviou mensagem exigindo que Jacarta cesse a violência ou admita a presença de uma força internacional; por outro lado, o Secretário de Defesa, William Cohen, afirmou que os EUA não enviarão soldados ao Timor.

Em fase disso, destaco a presença tímida do Brasil com relação ao plebiscito, pois o Brasil participou com 30 policiais civis e funcionários do TSE. Tal fato demonstra que no governo e na classe política persiste a idéia de que toda a luta de libertação no mundo é uma causa da esquerda, devemos romper com esse conceito e nos dedicar mais a luta dos timonenses. Nesta semana, o nosso Governo manifestou-se com muita preocupação quanto ao agravamento da situação, mas encontra-se preso à legislação da ONU.

Perante a gravidade dos fatos apresentados, o mínimo que se possa exigir é, de um lado, que as potências ocidentais imponham com urgência sanções militares e econômicas contra a Indonésia e, também, exigir do governo brasileiro uma postura efetiva favorável ao processo de paz, pois o País é membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, mas cumpre um papel estratégico nas negociações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs. e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária a realizar-se na próxima terça-feira, dia 14 de setembro, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Proposição (Autor/Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
1 Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1996 (nº 2.211/96, naquela Casa) José Sarney	Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal. Parecer nº 598/99-CAE, Relator: Senador Bello Parga, favorável ao Substitutivo da Câmara.	Discussão, em turno único. Em regime de urgência - art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 499, de 1999.
2 Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 1997 (nº 417/97, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Educadora de Guajará-Mirim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. Parecer nº 546/99-CE, Relator: Senador Amir Lando, favorável, com abstenção do Senador Roberto Saturnino.	Discussão, em turno único. (Votação nominal)
3 Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 1998 (nº 593/97, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, Estado do Paraná. Parecer nº 322/99-CE, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, com abstenção da Senadora Heloísa Helena.	Discussão, em turno único. (Votação nominal)
4 Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 1999 (nº 76/99, na Câmara dos Deputados)	Aprova o texto da Convenção sobre os Aspectos Civis do Seqüestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980, com vistas à adesão pelo Governo Brasileiro. Parecer nº 505/99-CRE, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável.	Discussão, em turno único.
5 Requerimento nº 446, de 1999 Edison Lobão	Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 365, de 1999, com os de nºs 20 e 25, de 1999, que já se encontram apensados, por versarem sobre a criação de Escola Agrotécnica Federal de Bonfim, no Estado de Roraima.	Votação, em turno único.
6 Requerimento nº 447, de 1999 Edison Lobão	Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 1999, com os Projetos de Lei do Senado nºs 17 e 46, de 1999, que já se encontram apensados, por versarem sobre criação de Escola Agrotécnica Federal de Normandia, no Estado de Roraima.	Votação, em turno único.
7 Requerimento nº 472, de 1999 Lúcio Alcântara	Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta de todos os projetos de resolução que tenham por finalidade alterar o Regimento Interno do Senado Federal.	Votação, em turno único.
8 Requerimento nº 473, de 1999 José Eduardo Dutra	Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 4, 7, 16, 34, 36, 43, 44, 57, 59, 65, 67, 80, 81 e 85, de 1999, por versarem sobre alterações no Regimento Interno do Senado Federal.	Votação, em turno único.
9 Requerimento nº 432, de 1999 Romeu Tuma	Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 16 e 59, de 1999, por versarem sobre o arquivamento de proposições em tramitação no Senado.	Votação, em turno único.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 22 minutos.)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

09/09/1999
Quinta-feira

11:00 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

ATOS DO DIRETOR-GERAL

Recebido em 09.09.99
Diretor da SSAPRO

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.747, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 10701/99-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOÃO BOSCO DE MENDONÇA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência, a partir de 1º de setembro de 1999.

Senado Federal, em 23 de junho de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(*) Republicado por haver saído com incorreção no **DSF** de 25-6-99

PUBLIQUE-SE
em 09/09/99
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.026, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 13961/99-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROGERIO FREITAS PORTAL E SILVA**, matrícula n.º 30199, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do PSDB.

Senado Federal, 9 de setembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 09/09/99
DIRETOR DA SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.027, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014095/99-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA GILDA DE SÁ CARVALHO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Renan Calheiros.

Senado Federal, 9 de setembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
Em 09.09.99
Diretor SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.028, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 014023/99-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I , da Lei n.º 8.112, de 1990, **BENIVALDO ALVES DE AZEVEDO**, matrícula 30073, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Agnelo Alves.

Senado Federal, 9 de setembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
Em 26/09/99
Diretor da SSAPES

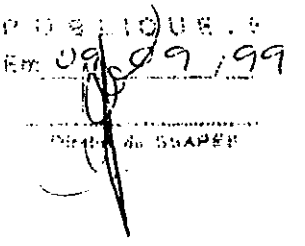
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.029, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 014023/99-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I , da Lei n.º 8.112, de 1990, **JACI SILVA DO NASCIMENTO**, matrícula 30653, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Agnelo Alves.

Senado Federal, 9 de setembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.030, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014022/99-0,

R E S O L V E exonerar **SUZANA RIBEIRO BEZERRA,** matrícula 30543, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, e nomeá-la, na forma do disposto no artigo 9º da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Agnelo Alves.

Senado Federal, 9 de setembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
Em 09/09/99
Diretor de SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.031, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014027/99-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WILLIAMS MARQUES DE PAULA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Agnelo Alves.

Senado Federal, 9 de setembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
Em 09/09/99
SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.032, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014012/99-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **Aline Giselle Pizatto**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Roberto Saturnino.

Senado Federal, 9 de setembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
Em 09/09/99
SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.033, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado, n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 014143/99-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MÁRCIA MARIA MORAIS SOUTO MAIOR**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Renan Calheiros.

Senado Federal, 9 de setembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
Em 09/09/99
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.034, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997.

Alterar o Ato nº **107/99-DGER**, que designou o servidor **HÉLIO LOPES DE AZEVEDO**, matrícula **3639**, como **Gestor Substituto** do contrato celebrado entre a **SEEP** e a empresa **SUNNYVALE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, substituindo-o pela servidora **PATRÍCIA JUNQUEIRA ALENCASTRO**, matrícula **3742**, a partir de 24 de agosto de 1999.

Brasília, 09 de setembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
Em 09/09/99
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.035, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E** :

Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES** e a empresa abaixo relacionada:

BRASÍLIA MOTORS LTDA. - Contrato de fornecimento de veículos automotores, tipo VAN - (Processo nº 101/99-0) - **Titular**: **ANDRÉ LUIZ RODRIGUES SANTANA**, matrícula **3804**; **Substituto: EDÍZIO MODESTO XAVIER**, matrícula **2185**.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 09/09/99

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

PUBLIQUE-SE
Em 09/09/99
Diretor da SSAPEG

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.036, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **WILLIAM ROBESPIERRE NUNES ATHANAZIO**, matrícula **3684**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC04**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Serviço de Aquisições, da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias-Primas e Desenvovimento Tecnológico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC05**, de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, do mesmo Órgão, responsável pelo **terceiro turno**, com efeitos financeiros **a partir de 18 de agosto de 1999**.

Brasília, 09 de Setembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

PUBLIQUE-SE
Em 09/09/99
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.037, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar a servidora **KÁTIA LEITE DE CASTRO MERHEB**, matrícula **3218**, da **FUNCÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC06**, de **ASSISTENTE EDITORIAL-GRÁFICO**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de **30 de agosto de 1999**.

Brasília, 09 de setembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

PUBLIQUE-SE
Em 09/09/99
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.038, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar a servidora **MARIA LÚCIA CORREIA DA ROCHA**, matrícula **2993**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC05**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Produção Industrial Gráfica, da Subsecretaria Industrial, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC06**, de **ASSISTENTE EDITORIAL-**

GRÁFICO, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **primeiro turno**, com efeitos financeiros **a partir de 30 de agosto de 1999**.

Brasília, 09 de Setembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

PUBLIQUE-SE
em 09/09/99
Diretor da SGAPEN

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.039, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **SÉRGIO LUIZ DE SÁ**, matrícula **3987**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC03**, de **AUXILIAR DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Impressão Tipográfica, da Subsecretaria Industrial, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC04**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Serviço de Atendimento ao Usuário, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **primeiro turno**, com efeitos financeiros **a partir de 26 de agosto de 1999**.

Brasília, 09 de Setembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

PUBLIQUE-SE
Em 09/09/99
Chefe de SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.040, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 12105/99-6, resolve APOSENTAR, por invalidez permanente, o servidor FERNANDO LUIZ ORTEGA DE PAULA CUNHA, matrícula 2651, Analista Legislativo, Nível III, Classe Especial, Padrão V/S30, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, combinado com o artigo 186, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as vantagens das Resoluções-SF nºs 59/91, 51/93 e 74/94.

Senado Federal, 9 de setembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

PUBLIQUE-SE
Em 09/09/99
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.041, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013858/99-8,

RESOLVE designar o servidor EVANDRO BEZERRA FREIRE, matrícula 2466, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Orçamento Público, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Agnelo Alves, com efeitos financeiros a partir de 01 de setembro de 1999.

Senado Federal, 9 de setembro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

P U B L I Q U E - S E
Em 09 / 09 / 99
Diretor da SSAPES

Ato nº 1885/97, do Sr. Diretor-Geral, que aposentou a servidora **HELENA MARIA DA SILVA.**

APOSTILA

Fica alterada a fundamentação legal do presente Ato para excluir a vantagem prevista na Resolução SF nº 76, de 1995, e incluir as vantagens previstas na Resolução Sf nº 74, de 1994.

Senado Federal, em 9 de setembro de 1999.

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente : (Vago)
Vice-Presidente: (Vago)

Titulares	Suplentes
PMDB	
1. Casildo Maldaner	1. Marluce Pinto
2. Ramez Tebet	2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior	3. (Vago)
4. Ney Suassuna	4. (Vago)
5. Amir Lando	5. (Vago)
PFL	
1. Geraldo Althoff1.	1 José Agripino
2. Francelino Pereira	2. Carlos Patrocínio
3. Paulo Souto	3. Djalma Bessa
4. Juvêncio da Fonseca	4. Freitas Neto
PSDB	
1. Lúcio Alcântara	1. Antero Paes de Barros
2. Osmar Dias	2. Luzia Toledo
3. José Roberto Arruda	3. Romero Jucá
Bloco de Oposição	
1. Lauro Campos	1. José Eduardo Dutra
2. Heloísa Helena	2. Marina Silva
3. Jefferson Peres	3. Roberto Saturnino

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
Chefe:
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4609)
- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4609)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1.	GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2.	PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3.	ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4.	ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5.	MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6.	MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7.	WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8.	AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9.	JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1.	JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2.	JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3.	ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4.	BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2272	5.	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1.	CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3.	LUIZ PONTES	CE	3242/3243
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	4.	LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5.	OSMAR DIAS	PR	2121/2137

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1.	ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2.	SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3.	ROBERTO FREIRE – PPS	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4.	MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5.	HELOISA HELENA – PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais		SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1.	ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Licenças, a partir de 3/5/1999, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1.	VAGO		
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2.	JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3.	MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4.	JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5.	JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6.	AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7.	GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8.	JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277	1.	EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2.	FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3.	BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4.	PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5.	JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6.	JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7.	VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8.	VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1.	ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2.	LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3.	PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4.	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	5.	TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6.	ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2171/2172	1.	EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2.	LAURO CAMPOS – PT	DF	2341//2347
SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247	3.	ROBERTO FREIRE – PPS	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	4.	JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5.	JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Licenças, a partir de 3/5/1999, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quartas–feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)
Secretário: José Roberto A. Cruz
Telefones da Secretaria: 311-4608/3515
Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3359
Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1.	CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
VAGO			2.	AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3.	GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4.	LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5.	NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6.	WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7.	JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1.	MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2.	DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3.	BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4.	JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5.	JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1.	ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2.	PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3.	LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4.	ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5.	TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2204	1.	SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS	PE	2161/2167	2.	MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3.	HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4.	EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)
Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes
Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
Fax: 311-4315 - E-mail: veranunes@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1.	MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2.	NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3.	RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4.	ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5.	JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6.	VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7.	JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8.	VAGO		
VAGO			9.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2.	FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212//2213	3.	JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5.	ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6.	EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7.	MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1.	CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2.	OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3.	PAULO HARTUNG	ES	1129/7020
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4.	LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5.	ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1.	GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2.	ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3.	LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4.	TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	5.	JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais		SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1.	LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Licenças, a partir de 3/5/1999, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Terças–feiras às 17:00 horas (*)
Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 14.00 horas

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

PMDB	
AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
PFL	
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
PSDB	
ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121
E-MAIL: julloric@senado.gov.br

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES)

TITULARES

	PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	RS- 1207/1607	
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	
	PFL	
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	
	PSDB	
TEOTÔNIO VILELA	AL- 4093/95	
	BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ- 4229/30	
	PPB	
LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393	

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE CC
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1.	AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2.	GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3.	LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4.	MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5.	MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6.	JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7.	PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1.	HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2.	JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3.	DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5.	PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1.	LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2.	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3.	ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1.	SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217	2.	ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3.	EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)
Secretário: Marcos Santos Parente Filho
Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quintas-feiras as 10:00 horas

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1.	CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2.	IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3.	JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4.	RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5.	ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6.	GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7.	VAGO		
VAGO			8.	VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1.	JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2.	JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3.	HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4.	MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5.	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6.	FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1.	ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2.	ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3.	LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4.	VAGO		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5.	PAULO HARTUNG	ES	1129/7020

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1.	EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2.	TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3.	JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164	4.	ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(1) Licenças, a partir de 3/5/1999, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)
Secretário: Celso Parente
Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3292
Fax: 311-3286

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ

Vice-Presidente: ROMEU TUMA

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1.	GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2.	IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3.	VAGO		
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062				
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346				
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195				

PFL

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1.	BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2.	FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057				
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237				
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255				

PSDB

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	1.	PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117				

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais		SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3216	1.	GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2.	ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067				

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)
Secretário: José Francisco B. Carvalho
Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho
Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
Fax: 311-1060

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51ª LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES | MEMBROS SUPLENTES

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARQUEZAM	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	NARCIO RODRIGUES	MG	431	318 5431	318 2431
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
# GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http//www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas) e_mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

EDIÇÃO DE HOJE: 88 PÁGINAS